



Universidade Federal de Pernambuco Centro  
de Ciências Sociais Aplicadas Departamento  
Pós-Graduação em Serviço Social  
Curso de Mestrado Serviço Social

**BOLSONARISMO E NEOFASCISMO: uma análise sobre as  
determinações sócio-históricas do reacionarismo no Brasil contemporâneo.**

Gabrielly Souza de França

Recife

Março, 2025.

**BOLSONARISMO E NEOFASCISMO: uma análise sobre as determinações sócio-históricas do reacionarismo no Brasil contemporâneo.**

Dissertação de Conclusão de Curso Mestrado apresentado ao Departamento de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Evelyne Medeiros

Recife

Março, 2025.

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Franca, Gabrielly Souza de.

Neofascismo e Bolsonarismo: uma análise sobre as determinações sócio-históricas do reacionarismo no Brasil contemporâneo / Gabrielly Souza de Franca. - Recife, 2025. 111f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2025.

Orientação: Evelyne Medeiros Pereira.

Inclui referências.

1. Neofascismo; 2. Formação social do Brasil; 3. Bolsonarismo. I. Pereira, Evelyne Medeiros. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

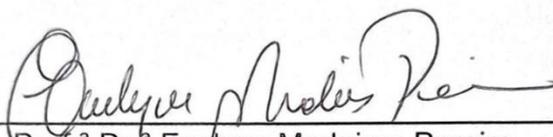
**Gabrielly Souza de França: BOLSONARISMO E NEOFASCISMO: uma análise sobre as determinações sócio-históricas do reacionarismo no Brasil contemporâneo.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – PPGSS/UFPE para a obtenção do título de Mestra em Serviço Social.

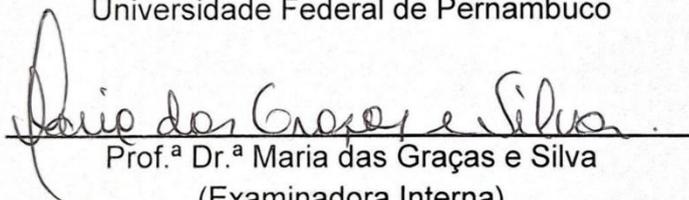
**Linha de Pesquisa:** Relações Sociais de Gênero, Geração, Raça/Etnia e Sexualidade

**Área de concentração:** Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Aprovada em 27/03/2025 pela banca examinadora constituída pelas seguintes professoras:



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Evelyne Medeiros Pereira  
(Orientadora e Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria das Graças e Silva  
(Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mavi Pacheco Rodrigues  
(Examinadora Externa)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Recife, 27 de Março de 2025.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

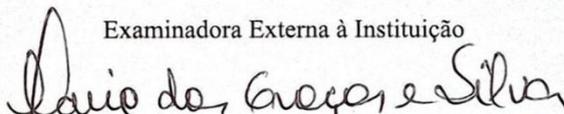
Ata da defesa/apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social - CCSA da Universidade Federal de Pernambuco, no dia 27 de março de 2025.

ATA Nº 117

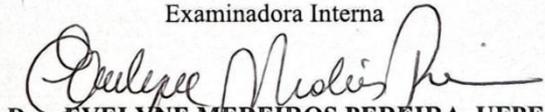
Aos vinte e sete dias de março de dois mil e vinte e cinco, às 14:30 horas, em sessão pública realizada de forma híbrida, teve início a defesa/apresentação do trabalho de Conclusão de Curso intitulado **BOLSONARISMO E NEOFASCISMO: uma análise sobre as determinações sócio-históricas do reacionarismo no Brasil contemporâneo** da Mestranda Gabrielly Souza de França, na área de concentração Serviço Social, trabalho e questão social, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Evelyne Medeiros Pereira. A Comissão Examinadora foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em reunião realizada em 19/12/2024, sendo composta pelos examinadores: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Evelyne Medeiros Pereira, da Universidade Federal de Pernambuco, Orientadora e Examinadora Interna; Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria das Graças e Silva, da Universidade Federal de Pernambuco, Examinadora Interna; Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mavi Pacheco Rodrigues, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Examinadora Externa. Após cumpridas as formalidades conduzidas pela presidenta da comissão, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Evelyne Medeiros Pereira, a candidata foi convidada a discorrer sobre o conteúdo do Trabalho de Conclusão de Curso. Concluída a explanação, a candidata foi arguida pela Comissão Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e conceder, ao mesmo, a menção APROVADA. Para a obtenção do grau de Mestra em Serviço Social, a concluinte deverá ter atendido todas às demais exigências estabelecidas no Regimento Interno e Normativas Internas do Programa, nas Resoluções e Portarias dos Órgãos Deliberativos Superiores, assim como no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade, observando os prazos e procedimentos vigentes nas normas.

**Dra. MAVI PACHECO RODRIGUES, UFRJ**

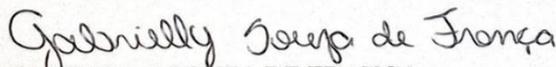
Examinadora Externa à Instituição

  
**Dra. MARIA DAS GRACAS E SILVA, UFPE**

Examinadora Interna

  
**Dra. EVELYNE MEDEIROS PEREIRA, UFPE**

Presidente

  
**GABRIELLY SOUZA DE FRANCA**

Mestrando(a)

Dedico este trabalho a todas as pessoas que fizeram parte da minha jornada acadêmica. Dedico, também, à classe trabalhadora, que este trabalho possa somar nas nossas lutas.

## **Agradecimentos**

O desejo de continuar a vida acadêmica é composto por uma jornada longa, repleta de desafios. Porém, esse desejo também traz consigo a presença de pessoas que inspiram, apoiam e encorajam. A todos e todas, mesmo que não mencionados diretamente, expresso minha mais sincera e profunda gratidão:

Primeiro, a Deus, ser inerente a minha existência.

Aos meus familiares, pelo apoio incondicional, seja emocional ou financeiro. Aos meus pais, França Neto e Mirian Souza, agradeço de forma especial pelo cuidado, em gestos visíveis e invisíveis, ao longo da vida. Mesmo sem terem tido a oportunidade de cursar o ensino superior, vocês me ensinam e me impulsionaram a buscar o caminho da educação. Gratidão por sempre acreditaram em mim.

Ao meu irmão, Raphael Souza Leal, e à minha irmã, Manuely Souza de França, pelo amor e pela parceria que só vocês podem oferecer. Agradeço por serem abrigo, consolo, risadas e por me ensinarem o valor do afeto puro.

Aos meus tios, que também os considero como pais, Manoel Leite e Rute Veiga, que me auxiliaram durante tantos momentos da minha vida pessoal e acadêmica, porque são portos de alívio e sossego.

Ao meu melhor amigo e amor, Clécio Henrique, que sempre esteve presente e disponível. Obrigada por ouvir com atenção cada etapa desta construção e por oferecer tantas palavras de otimismo. Agradeço por toda compreensão, confiança e incentivo.

À Universidade Federal de Pernambuco, por ser um espaço de resistência e aprendizado. Aos professores do Curso de Mestrado de Serviço Social, que, com compromisso e criticidade, reforçaram o meu compromisso profissional e ético

A minha querida e amiga orientadora, Professora Evelyne Medeiros, pela paciência, dedicação e companherismo ao longo da construção desta dissertação, que expressou atenção, transmitiu muito conhecimento em todos os momentos da orientação. A sua disponibilidade para acolher e abraçar as minhas ideias, sempre com respeito e estímulo, fez toda a diferença nesse processo.

Aos colegas e companheiros que encontrei na Universidade, agradeço profundamente por cada palavra e por cada momento vivido juntos. Essas parcerias foram fundamentais, trazendo mais alegria e leveza a tudo.

Também gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha banca de qualificação, composta pela Professora Maria das Graças e pelo Professor Eduardo Mara, pelo apoio

fundamental e pelas sugestões construtivas, sempre oferecidas com grande respeito e profissionalismo. Suas contribuições foram essenciais para o aprimoramento do meu projeto e para o meu crescimento acadêmico.

Agradeço também à minha banca examinadora, que contou novamente com a participação da Professora Maria das Graças, e à Professora Mavi Pacheco, que, mesmo à distância, aceitou gentilmente integrar a banca, demonstrando total disponibilidade e comprometimento.

A todos que, de forma direta ou indireta, fizeram parte dessa jornada, minha eterna gratidão.

## **Resumo**

A dissertação tem como objetivo apreender as principais características do bolsonarismo enquanto variante do neofascismo no Brasil, destacando sua relação com as tendências do capitalismo em crise, as determinações do fascismo histórico e o reacionarismo burguês na realidade brasileira. Parte-se do pressuposto de que, nos últimos anos, o neofascismo tem se consolidado como doutrina ideológica e estratégia política das classes dominantes, revelando uma das faces mais brutais do capitalismo. Para compreender esse fenômeno, entendemos como necessário abordá-lo em perspectiva histórica, de modo a observar a particularidade brasileira e suas principais determinações sócio-históricas, bem como os aspectos que o configuram como expressão do tempo presente e da crise capitalista atual. Desse modo, foram analisadas as relações históricas e sociais que configuraram a formação social do Brasil, utilizando referenciais críticos do pensamento social brasileiro. Além de caracterizar a conjuntura do país de forma crítica e dialética, a pesquisa examina as contribuições de autores contemporâneos - especialmente aqueles que ancoram suas análises na concepção sobre o neofascismo no Brasil - na produção de conhecimento crítico sobre o reacionarismo burguês, destacando suas manifestações atuais. De natureza teórica e exploratória, a metodologia incluiu uma revisão bibliográfica sobre fascismo histórico, neofascismo e formação social brasileira. Dentre os resultados, destaca-se o desenvolvimento de um estudo mais aprofundado sobre o reacionarismo burguês e sua relação com o fascismo histórico, bem como de sua particularidade no Brasil e expressões contemporâneas do neofascismo de Bolsonaro. A pesquisa buscou sistematizar parte do estado da arte acerca desse debate, contribuindo com as reflexões sobre os desafios postos às classes trabalhadoras no Brasil para enfrentar o cenário regressivo em curso. Por fim, espera-se, a partir do Serviço Social, ampliar tal discussão, incentivarmos tanto a produção de conhecimento crítico sobre esse fenômeno contemporâneo quanto a participação ativa na construção de alternativas amparadas na direção social crítica da profissão.

Palavras-chave: Neofascismo; Formação Social do Brasil; Bolsonarismo; Reacionarismo burguês.

## **Abstract**

The dissertation aims to grasp the main characteristics of Bolsonarism as a variant of neofascism in Brazil, highlighting its relationship with the trends of capitalism in crisis, the determinations of historical fascism, and bourgeois reactionism in the Brazilian context. It is based on the premise that, in recent years, neo-fascism has consolidated itself as an ideological doctrine and political strategy of the ruling classes, revealing one of the most brutal aspects of capitalism. To understand this phenomenon, we consider it necessary to approach it from a historical perspective, observing Brazil's particularities and its key socio-historical determinations, as well as the aspects that define it as an expression of the present time and the current capitalist crisis. Thus, the historical and social relations that shaped Brazil's social formation were analyzed using critical references from Brazilian social thought. In addition to critically and dialectically characterizing the country's current situation, the research examines the contributions of contemporary authors—especially those who base their analyses on the concept of neo-fascism in Brazil—in producing critical knowledge about bourgeois reactionarism, highlighting its present-day manifestations. This study is theoretical and exploratory in nature, employing a bibliographic review of historical fascism, neo-fascism, and Brazil's social formation. Among the results, the research deepens the study of bourgeois reactionarism and its relationship with historical fascism, as well as its particularities in Brazil and the contemporary expressions of Bolsonaro-era neo-fascism. The study seeks to systematize part of the state of the art in this debate, contributing to reflections on the challenges faced by the Brazilian working class in confronting the ongoing regressive scenario. Finally, through the lens of Social Work, the research aims to expand this discussion, encouraging both the production of critical knowledge on this contemporary phenomenon and active participation in constructing alternatives grounded in the profession's critical social direction.

**Keywords:** Neo-fascism; Brazil's Social Formation; Bolsonarism; Bourgeois Reactionarism.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	11
1.1 Nota sobre teoria, método e história .....	20
<b>2. DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DO REACIONARISMO     CAPITALISTA</b> .....	24
2.1 Principais determinações do fascismo histórico .....	27
2.2 Neofascismo como tendência emergente do capitalismo em crise .....	43
<b>3. O NEOFASCISMO NA REALIDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA:     algumas aproximações</b> .....	61
3.1 Dominação burguesa no Brasil: as particularidades do reacionarismo capitalista ....	63
3.2 O bolsonarismo como variante do neofascismo na realidade brasileira .....	73
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	99
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	104

## 1. INTRODUÇÃO

Nosso estudo se baseia nas preocupações e inquietações atuais para investigar o reacionarismo burguês e o seu processo histórico de construção da hegemonia burguesa, analisando como isso tem impulsionado os movimentos neofascistas no Brasil. Para isso, adota uma abordagem crítica e dialética que une questões passadas e presentes, a fim de captar a complexidade e as possibilidades do tempo atual. Entendemos que há atualidade e urgência nas reflexões, estudos e debates sobre o reacionarismo burguês, que se manifesta de forma evidente no contexto internacional e nacional contemporâneo. Isso porque esse reacionarismo tem colocado em prática uma das dimensões mais agressivas do capitalismo e do domínio burguês, buscando refletir os interesses da burguesia como um todo e moldar um projeto político de cunho neofascista.

Dito isso, o reacionarismo burguês tem sido analisado por meio de diversas lentes e muitas vezes associado ao “neoconservadorismo”, “neoliberalismo”, “ultraliberalismo” e “neofascismo”. Esses enfoques, embora com distinções, entendem o cenário atual como uma engrenagem do capital em um período de decadência ideológica da burguesia e sinais de barbárie. Momento histórico, portanto, marcado pela ascensão da extrema direita, que, ao longo do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, conseguiu se transformar, no campo do debate de ideias, em um símbolo de contestação, tornando-se perceptível nos elementos da conjuntura atual, como nos apresenta Cisne (et al., 2020, p. 308):

Eleição de Donald Trump (Partido Republicano) para a presidência dos EUA e no Brasil, o golpe parlamentar-jurídico-midiático contra a ex-presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), que culminou com a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro (Aliança para o Brasil). Esses partícipes de um projeto e potentes de fundamentos racistas, xenófobas, patriarcais e imperialistas, que substanciam governos que embora figurem em regimes democráticos, têm assuas aspirações e ações mediadas pelo arbítrio e autoritarismo. Afirma-se a negação à diversidade humana e aos direitos sociais, trabalhistas e até mesmo civis, assumem a tônica desse projeto conservador elitista, profundamente enraizado em uma aversão aos pobres, às mulheres (especialmente, as feministas), à população LGBTQIA+, negra, indígena e quilombola.

Nesse cenário, o reacionarismo burguês, alinhado dos interesses do capital no país, apesar de suas demandas específicas, tem unido forças em torno de uma agenda econômica antipopular e antinacional. E é dentro dessa agenda que entendemos, assim como Fernandes (2020, p.34), “o conceito de fascismo continua a ser relevante nas ciências sociais e, em

particular, é importante para o estudo da América Latina contemporânea”, sendo indispensável para:

Uma melhor compreensão dos limites entre um padrão normal de governo autoritário, sob o presidencialismo, e a extrema distorção que está afetando a presente ordem política. Ele também é frutífero para qualificar fatores e forças que operam em favor ou contra a “integração nacional”, a “revolução nacional”, a “democracia” e o “socialismo”.

A escolha do neofascismo como enfoque analítico central, em vez de outras categorias, se justifica pela necessidade de captar a radicalidade do momento histórico atual, marcado por uma crise civilizatória que vai além da esfera econômica. Partimos do pressuposto de que o neofascismo nos permite compreender como práticas autoritárias, racistas, patriarcais e xenofóbicas, antes marginais, se tornam centrais nas disputas políticas contemporâneas, reconfigurando-se dentro de regimes formalmente democráticos. Trata-se de um fenômeno que atualiza elementos do fascismo clássico, agora impulsionado pelas novas dinâmicas do capitalismo global, pelas redes digitais e pela instrumentalização do medo, do ressentimento e da insegurança social. Ao adotar esse conceito, evidencia-se a profundidade do reacionarismo burguês atual, que, ao se alinhar aos interesses do capital e sustentar-se na negação de direitos e na exclusão social, operando uma forma específica de dominação.

Dito isso, o interesse por esse campo de estudo surgiu a partir da percepção de um crescente debate sobre a caracterização do contexto histórico brasileiro que emerge em 2013, com a jornadas de junho, e ascende Bolsonaro à Presidência da República, em 2018, ano que se inicia seu (des) governo. Este passa a ser caracterizado pelos diversos setores democráticos e da esquerda brasileira como fascista. Essa percepção levou ao início de um estudo para compreender tal afirmação e revelou que, apesar de suas características novas e particulares, o neofascismo se alimentou de algumas heranças do fascismo histórico, encontrando terra fértil no ambiente que configura a particularidade do desenvolvimento capitalista dependente no Brasil. Além disso, o estudo também foi motivado pela experiência da Iniciação Científica no projeto de pesquisa intitulado "Pensamento Social Brasileiro e Renovação Crítica do Serviço Social: aproximações, influências e perspectivas", coordenado pela professora Evelyne Medeiros Pereira, da UFPE. Esse projeto analisou os conteúdos da Formação Social Brasileira incorporados ao Serviço Social desde o Congresso da Virada (1979) até o início dos anos 1990, tendo tido importância central no processo de renovação crítica da profissão, ainda em curso. Nesse momento, foi possível obter a oportunidade de conhecer melhor obras e elaborações que consideramos centrais para entender, ontem e hoje, os aspectos que configuram a particularidade

do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, em especial, do padrão de dominação burguesa no Brasil.

Diante dessas vivências e aproximações teóricas, o estudo opta por analisar o “neofascismo”<sup>1</sup> presente no bolsonarismo, considerando que se trata de uma abordagem e denominação mais recorrente entre os autores estudados e, por isso, priorizaremos na nossa delimitação. Essa escolha não é simples, pois estamos diante de uma espécie de sincretismo e aglutinação de valores e ideologias, compostas pela herança histórica e fomentada pelos novos objetivos do capitalismo, que “lança mão de ideologias dominantes para naturalizar e reproduzir desigualdades e opressões” (Cisne et al., 2020, p. 309). Sendo, portanto, necessária a reflexão de que o cortejo da extrema direita no país e no mundo reforça as linhas de aproximação ao fascismo e a recuperação do debate acerca do mesmo (Mara, 2021). Isso porque, é:

Indiscutível que, a partir de 2019, as condições econômicas, sociais e políticas que passaram a se impor à realidade brasileira estabeleceram as bases para o fortalecimento de uma ideologia conservadora que se alimenta do passado, da regressão e do irracionalismo, traços característicos que a associam a um conservadorismo reacionário (Braz, 2022, p. 13).

Partimos da concepção de que o neofascismo, como parte do neoconservadorismo, é ideologia e estratégia política das classes dominantes no tempo presente (Anúnciação de Souza; Oliveira, 2018). Sendo, portanto, “uma importante e complexa vertente ídeo-político-cultural, expressão particular do tempo e espaço/ sócio-histórico da configuração da sociedade burguesa” (Escorsim, 2011 *apud* Ecurra, 2012, p. 190). Esse aspecto historicamente exerce função determinante na configuração da sociedade brasileira, bem como no próprio Serviço Social, na compreensão das particularidades do tempo presente e nas expressões da “questão social”.

Tal cenário se evidencia de forma ainda mais aguda na atual conjuntura brasileira, marcada pela ascensão de uma direita reacionária no poder, cujo projeto político, conforme analisam Mota e Rodrigues (2020), é orientado por uma lógica “ultraneoliberal e profascista”, expressando um aprofundamento das ofensivas contra os direitos sociais e as formas de organização das classes trabalhadoras. Com isso, o neofascismo não se encontra despreendido das outras estratégias do capital, mas é parte do conjunto de uma “nova fase de

---

<sup>1</sup> Inserimos as aspas neste termo para reforçar que se trata de uma concepção ainda alvo de muitas polêmicas e diferentes interpretações. Contudo, a partir de então, ela será apresentada sem aspas, considerando a delimitação do objeto de estudo e nossa concordância com tal denominação.

dominação burguesa, na qual a difusão de um conservadorismo reacionário, de caráter filofascista, é fundamental à implementação de uma agenda econômica ultraneoliberal” (Mota; Rodrigues, 2020).

Visto esses elementos, o atual contexto tem trazido consigo um aberto conteúdo reacionário, dialogando com ideias fascistas, neoliberais e conservadoras, ao ponto que é canal de ódio e repressão aos negros, pobres, mulheres, gays e demais segmentos de minorias sociais (Carapanã, 2018 apud Mota; Rodrigues, 2020). Como dito, o eixo norteador de nossa investigação passa pela identificação e compreensão de elementos do bolsonarismo como expressão do neofascismo postos na realidade do reacionarismo burguês. Isso porque, conforme sinaliza Togliatti (1978), é a partir do conhecimento e do confronto ao fascismo que podemos entender como suas perspectivas de desenvolvimento estão entrelaçadas com a situação econômica, social e como influência nas lutas de classes.

É importante assentir que cada “interpretação” emerge de uma realidade e contexto intelectual específico, sendo a perspectiva materialista-histórica a mais adequada para um estudo que pretende melhor compreender aspectos de uma realidade em sua totalidade histórica e particularidades, bem como em seus fenômenos e expressões vinculados às determinações sóciohistóricas. Como em qualquer análise baseada na crítica dialética, o objeto de estudo é complexo e demanda um exercício de delimitação e escolhas. Dito isso, partimos do entendimento de que o bolsonarismo se faz enquanto movimento neofascista que se alimenta de velhas e novas formas de dominação burguesa correspondente aos interesses de acumulação e reprodução do capital do nosso tempo histórico. É, portanto, parte de um “bloco de poder” que, simultaneamente, é invisível e secreto, isso porque:

Os próprios governantes têm interesse em que o governo, o regime, o Estado e outras modulações do Estado fascistoide instalado no Brasil apareçam diluídas, encobertas, ambíguas, minimizadas ou misteriosas, sob a expressão sistema [...] Sob vários aspectos, os governantes, camuflados sob o sistema, pensam e agem de forma fascista: em geral boçal e brutal, contra todos os que não concordam com eles e decidem falar, questionar, opinar. Desde que se instalou, a ditadura foi induzida a desenvolver e consolidar um poderoso, ativo e agressivo aparelho estatal. Trata-se de um Estado de cunho fascista (Ianni, 2019, p. 293).

Não alimentamos a ilusão de que o fascismo é um fenômeno extinto, isso porque atualmente “ele é parte das tecnoestruturas civis e militares da sociedade capitalista. Ele perdeu saliência, mas não perdeu seu caráter instrumental para a defesa do capitalismo e da crise da civilização industrial capitalista” (Fernandes, 2020, não paginado). Como aponta Leandro Konder (2009, p. 26), o fascismo é “[...] um dos fenômenos políticos mais significativos do

século 20” e “[...] uma nova concepção política da direita”. Concordando com a existência das tendências fascistas, basta analisar em escala mundial, o novo período de conservadorismo e autoritarismo com forte tônica ideológica. Exemplos desse fenômeno incluem a aprovação do Brexit na Inglaterra, a presença de governos conservadores na Argentina, França, Alemanha, Áustria, Turquia, Hungria e Tchecoslováquia, e as eleições que elegeram Donald Trump nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro no Brasil. Isso porque, na presente realidade é possível identificar

A popularização, em quase todo o mundo, de concepções islamofóbicas e “terraplanistas”, machistas, misóginas, homofóbicas e racistas em estreita conexão com a disseminação de fake news, resultado de uma indústria multibilionária de produção da desinformação e propaganda enganosa dominada pelos citados oligopólios (Rodrigues, 2023, p. 46).

Na Europa, a nova direita se destaca pelo seu caráter xenófobo, com o surgimento de partidos neonazistas, tendo como “inimigo” os muçulmanos e os imigrantes (Löwy, 2019a, não paginado). Já em outros, como o Brasil, temos a crescente influência de grupos religiosos fundamentalistas, especialmente no meio político, onde esses grupos têm obtido votos significativos de partidos conservadores e ganhando legitimidade popular. Com isso, no país temos a predominância do:

Nacionalismo xenofóbico e o racismo, em outros o fundamentalismo religioso, ou então o ódio à esquerda, ao feminismo, aos homossexuais [...] e velha tradição, desde os anos 1940, dos conservadores: se levanta a bandeira do combate à corrupção para justificar o poder das oligarquias tradicionais e, segundo o caso, legitimar golpes militares. Bolsonaro conseguiu manipular este sentimento legítimo de indignação contra os políticos corruptos para se impor (Löwy, 2019a, não paginado).

Isso posto, entendemos que as experiências de disputa no âmbito do Estado e da sociedade civil têm características únicas em cada país, embora componham uma tendência de natureza também universalizante, que estão relacionadas com a formação social de cada um, sua posição internacional na divisão do trabalho e as especificidades de seu modelo econômico e social. Assim, apesar das diferenças e singularidades, é possível identificar traços neofascistas comuns nesses contextos, isso porque:

Na extrema direita-europeia, norte-americana e brasileira (Bolsonaro) são dois temas de agitação sociocultural reacionária: (a) a ideologia repressiva, o culto da violência policial, o chamado a reestabelecer a pena de morte e a proposta de distribuir armas à população para sua “defesa contra a criminalidade”; e (b) a intolerância com as minorias sexuais, em particular

em ralação aos homossexuais. Trata-se de um tema de agitação que obtém sucesso em setores religiosos reacionários, com referência católica (Opus Dei, Civitas, etc.) ou, sobretudo, evangélica neopentecostal (Löwy, 2019a, não paginado).

Desse modo, considerando que esse debate — com suas diversas nuances e polêmicas — tem atravessado amplamente a sociedade brasileira, especialmente entre os setores da esquerda (Mota, 2013), no esforço de compreender os desafios impostos pelo atual contexto de retrocessos nas conquistas das classes trabalhadoras, este trabalho tem como objetivo central apreender as principais características do bolsonarismo enquanto expressão contemporânea do neofascismo no Brasil. Diante disso, propõe-se a analisar suas relações com as tendências do capitalismo em crise, com as determinações históricas do fascismo clássico e com o reacionarismo burguês presente na realidade brasileira.

Tendo esse objeto em vista, traçamos como objetivos específicos: apreender as principais formulações, no campo marxista, acerca do fascismo histórico como expressão do reacionarismo burguês; analisar o reacionarismo burguês na formação social brasileira; e contextualizar as características que particularizam o bolsonarismo como expressão do neofascismo no Brasil. Isso porque, compreender os impactos do bolsonarismo como parte do reacionarismo burguês neofascista nas expressões da “questão social”, nas condições de vida e trabalho, nas concepções de mundo, nos projetos hegemônicos e seus desdobramentos para o Serviço Social é essencial, pois, como afirma Arcary (2019), “se não sabemos contra quem lutamos, não podemos vencer”.

É necessário, portanto, apontar elementos presentes, a partir da instauração do Governo de Bolsonaro, que esprou e atribuiu maior legitimidade, inclusive institucional, ao neofascismo por diversos espaços na sociedade brasileira. Pretende-se, por meio desta dissertação, oferecer apontamentos críticos sobre esse tema, vital na atual conjuntura política e econômica do país, uma vez que compreendemos que “às reiteradas ameaças de ruptura da ordem constitucional e apologias à ditadura militar, somam-se o fundamentalismo religioso e obscurantista e os irracionalismos. Ideologias e práticas, com traços neofascistas ameaçam a ordem pública constitucional” (Iamamoto, 2021, p. 21).

Em suma, a proposta de debater um tema tão contemporâneo e ainda em construção teórica nasce dessa necessidade de compreendermos como o neofascismo pode influenciar — ou mesmo ameaçar — os fundamentos democráticos e os direitos historicamente conquistados pela sociedade, colocando em risco os valores civilizatórios, a justiça social e a convivência plural.

Neste processo introdutório, também consideramos importante situar brevemente o

lugar ocupado pelo Serviço Social diante da intensificação das expressões da questão social, marcadas pelo avanço de projetos autoritários e antidemocráticos. De início, concordamos com Iamamoto (2004) ao afirmar que o Serviço Social não é uma profissão messiânica, e, com isso, negamos a “visão heroica do Serviço Social que reforça unilateralmente a subjetividade dos sujeitos, a sua vontade política sem confrontá-la com as possibilidades e limites da realidade social” (Iamamoto, 2004, p. 22). Assim, reconhecendo os limites históricos e estruturais da profissão diante de uma conjuntura tão adversa, ressaltamos a importância deste estudo também para a categoria profissional, que, além de atuar diretamente sobre a realidade concreta da classe trabalhadora, é atravessada cotidianamente pelos efeitos das expressões do neofascismo e do bolsonarismo. Tendo em vista que é por meio da teoria e do conhecimento que:

Pode-se cobrar o desvelamento do real, que transformado num real pensado, permite, mediante aproximações sucessivas, desvelar a aparência dos fenômenos pela apreensão de categorias que deem inteligibilidade à realidade desde uma perspectiva de totalidade (produção e reprodução social), com uma visão histórica e de crítica radical (aos modos de ser e viver da sociedade) (Mota, 2013, p. 19).

Em síntese, o Serviço Social, que ao longo dos últimos anos tem se consolidado como uma área de produção de conhecimentos (Netto, 2006), destaca-se por seu caráter interventivo e por seu compromisso com a construção de um saber crítico. Por essas razões, torna-se imprescindível pontuar os desdobramentos do reacionarismo burguês na conjuntura atual. Desse modo, ainda que o foco do presente estudo não seja o Serviço Social, reconhecemos que, por se tratar de uma profissão interventiva e produtora de saber crítico, também sofre os impactos do avanço dessas expressões políticas, e esses impactos justificam a importância desse debate, e, por essa razão, reafirmamos a importância de refletir sobre os desdobramentos do atual contexto sobre a categoria profissional — que historicamente se engajou nas lutas da classe trabalhadora, contribuiu para a crítica das determinações do capitalismo e, em muitos casos, participou ativamente da formação de opinião em diferentes setores sociais.

Nesse sentido, por possuir um projeto profissional fundamentado na perspectiva histórico-crítica marxista e orientado por princípios ético-políticos voltados à emancipação humana, o Serviço Social tem sido alvo de disputas ideológicas que expressam o avanço de forças conservadoras e autoritárias. Como apontam Moreira, Albuquerque e Pereira (2021), essa ofensiva se manifesta por meio de um “revisionismo conservador da renovação crítica”, que visa esvaziar os fundamentos teóricos e éticos da profissão. As manifestações do

reacionarismo burguês, portanto, incidem sobre o Serviço Social brasileiro tanto pela via da crescente precarização da formação e do exercício profissional, em decorrência dos ataques aos direitos sociais e trabalhistas, quanto pela intensificação de conflitos internos, alimentados por grupos que reproduzem essas ideologias dentro da própria categoria. Tais tendências configuram um verdadeiro retrocesso, marcando o retorno a práticas e discursos<sup>2</sup> que ameaçam valores civilizatórios já conquistados.

Diante disso, torna-se essencial considerar essas incidências no campo da produção de conhecimento e da atuação profissional, pois o avanço do neofascismo no país exige dos profissionais uma postura crítica, articulada a iniciativas coletivas e guiada pelo Projeto Ético-Político da profissão, reafirmando seu compromisso histórico com a classe trabalhadora e com a resistência aos retrocessos políticos e profissionais que buscam restaurar paradigmas já superados.

Ademais, esse movimento toma importância devido ao fato de que nos últimos anos o fascismo histórico voltou a ser alvo de reflexões do pensamento social crítico no Brasil. Como nos aponta Marcelo Badaró Mattos (2022), a chegada de Bolsonaro ao poder aconteceu em meio a uma confluência de crises econômicas, políticas e sociais, que minaram significativamente a legitimidade de um determinado modelo de “gestão” da dominação de classes.

Diante do exposto, essa dissertação baseia-se na compreensão de que a “necessidade de atuarmos sobre a realidade é o que nos conduz ao conhecimento. Não obstante, para intervir, é preciso conhecer” (Guerra, 2014, p.705) mediante a procedimentos adequados. Desse modo, partimos da concepção de que o movimento dialético da história certamente contribui para apurar o presente, entendendo que o passado e o presente estão imbricados em um movimento espiral, dialeticamente relacionados, não sendo episódios fragmentados, mas também, apresentando singularidades. Por isso, que analisar a história para compreender o presente é um processo essencial, pois permite identificar as conexões entre diferentes períodos históricos. Esse movimento heurístico não apenas esclarece eventos recentes, mas também revela a singularidade das atuais condições históricas. Além disso, possibilita a reconstrução de estratégias de enfrentamento diante da regressão conservadora, fortalecendo formas de resistência política (Iamamoto, 2021).

---

<sup>2</sup> Como a doutrina social da igreja, a sociologia funcionalista, às concepções voluntaristas, messiânicas, fatalistas, conservadores e higienistas que marcaram o passado da profissão. Essas superadas com o marco do Movimento de Reconceitualização, no qual inaugura uma nova direção política e revisão dos conteúdos da formação profissional, apontando para uma perspectiva crítica, junto as reivindicações e os movimentos da classe trabalhadora (Mota; Rodrigues, 2020).

Dito isto, objetivamos também contribuir com a produção de conhecimento que subsidie o aprofundamento da leitura crítica da realidade e o próprio enfrentamento ideopolítico da instauração neofascista. Para alcançar o que propomos, o projeto contou com pesquisa de dados qualitativos, de natureza exploratória<sup>3</sup> e teórica, porque proporcionou um entendimento profundo de ligações entre elementos, direcionado à compreensão da manifestação do objeto de estudo (Minayo, 2007), sendo como caixas de ferramentas das ciências humanas, que permitem uma melhor aproximação de questões complexas (Booth *et al.*, 2005). Isso porque, “o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações” (Netto, 2011, p.45).

Desse modo, para o desenvolvimento da pesquisa, nos orientamos no método em Marx. Partimos de uma investigação histórica, composta por perguntas e questões; e na exposição, trataremos os resultados dessa investigação. Para isso, contamos com a revisão da literatura com foco em temáticas sobre fascismo e neofascismo, Formação Social Brasileira e reacionarismo burguês. Toda essa revisão bibliográfica foi ancorada em textos que dialogam com a perspectiva marxista, em suas diversas matrizes.

Para desenvolver a pesquisa bibliográfica, priorizamos a revisão de alguns autores clássicos do marxismo que escreveram sobre o fascismo, como: Nicos Poulantzas (1978), Palmiro Togliatti (1978), Leon Trotsky (2018), Clara Zetkin (2019) e Antonio Gramsci (1999, 2011). Também contamos com leituras de livros e artigos do Serviço Social que tratam sobre a temática em questão (ou temas transversais), como os trabalhos de José Paulo Netto (2006), Ana Elizabete Mota (1995, 2013, 2019 e 2020), Mavi Pacheco Rodrigues (2023), Eduardo Mara (2021 e 2022) e Jamerson Anunciação de Souza (2021 e 2023). Acrescentando a esses, também foram utilizados textos de outros campos das Ciências Sociais, contando com o amparo da crítica de estudiosos contemporâneos da temática, como: Valério Arcary (2023), Marcelo Badaró Mattos (2019, 2022), Felipe Demier (2019) e Armando Boito Júnior (2019, 2021, 2022)<sup>4</sup>. Por fim, também foram referenciados alguns dos pensadores brasileiros, como Octávio Ianni (1992, 1998, 2019) e Florestan Fernandes (1979, 2006, 2020). Ambos escreveram sobre a temática da “fascistização” e entendemos serem clássicos fundamentais para o estudo sobre a relação dialética e histórica entre elementos da formação social do Brasil e as manifestações

---

<sup>3</sup> Conforme Gil (2002, p. 41) a pesquisa exploratória tem como objetivo “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito”, o que dialoga com as proposições do atual projeto.

<sup>4</sup> Mesmo cientes da vastidão de autores/as que têm se empenhado no desenvolvimento de estudos e análises sobre a temática do fascismo e do neofascismo, nossa delimitação deu-se tanto a partir dos estudos que, mesmo com pontos de divergência e polêmica, reforçam a chave de análise do neofascismo, como a partir da aproximação que já tínhamos a partir de estudos anteriores.

atuais do neofascismo. Em outras palavras, esses autores foram utilizados na busca pelo conhecimento dos aspectos sócio-históricos que particularizam e oferecem terreno fértil para o desenvolvimento de fenômenos próprios do tempo presente. Conhecer o que já foi produzido sobre o tema e quais os enfoques e/ou perspectivas consideradas essenciais às propostas estabelecidas foi um passo importante no nosso trabalho.

A dissertação está organizada em dois capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo tem como objetivo resgatar os principais elementos teóricos sobre o fascismo histórico, a partir de uma perspectiva marxista, identificando suas determinações fundamentais e articulando-as ao processo de reatualização representado pelo neofascismo. Nesse percurso, são analisadas as contribuições de autores clássicos e contemporâneos que abordam o fascismo como forma política do capital em crise, destacando seu vínculo estrutural com o reacionarismo burguês.

Já o segundo capítulo se debruça sobre a particularidade brasileira, examinando as determinações sócio-históricas do reacionarismo capitalista no Brasil e demonstrando como o bolsonarismo se configura como uma expressão concreta do neofascismo no contexto nacional. Ao enfatizar o papel das classes sociais, do Estado, da cultura política e da ofensiva contra os direitos da classe trabalhadora, busca-se evidenciar como o bolsonarismo não apenas retoma elementos do fascismo clássico, mas os ressignifica sob as condições do capitalismo dependente e periférico. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados da pesquisa e apontam a urgência de enfrentamento coletivo diante dos avanços reacionários e da ameaça neofascista à democracia e à vida.

### **1.1 Nota sobre teoria, método e história**

“O presente contém todo o passado”  
(Antônio Gramsci)

Um estudo que se pretende conhecer a particularidade de um fenômeno contemporâneo, que cada vez mais se universaliza, a partir da realidade brasileira possui dois grandes desafios: o primeiro, de não desconsiderar as determinações sócio-históricas, que também encontram particularidade na formação social brasileira; e o segundo, de não se reportar ao presente como mera reprodução ou adensamento de algo que estaria inexoravelmente contido na história. Eleger o método crítico-dialético como meio para alcançar esses desafios certamente nos coloca em situação favorável, diante de outras possibilidades de escolhas teórico-metodológicas da

pesquisa científica. No entanto, não nos coloca em situação imune de incorrer em possíveis erros, demandando constante exercício de leitura, conhecimento e análise crítica da realidade em curso. Sabendo da importância da história, tanto para o desenvolvimento da nossa pesquisa quanto para o próprio método no qual nos apoiamos, decidimos dedicar um espaço na introdução deste trabalho para apresentar uma breve nota acerca do nosso entendimento sobre a relação entre método, história e teoria.

Em 2008, foi publicada a tradução do livro *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de Karl Marx, por Florestan Fernandes. Na introdução, Fernandes cita Engels, que afirma:

A cadeia de pensamento deve ter início com o que a história começa e o seu curso subsequente não deve ser outra coisa senão a imagem exata do curso histórico em uma forma teoria e abstrata, mas corrigida de acordo com as leis dadas pelo curso real da própria história, em que cada fator deve ser considerado na completa maturidade de seu desenvolvimento em sua forma clássica (p. 27).

A citação de Engels sublinha a importância de adotar um método histórico para a análise da realidade, o que é fundamental para compreender o desenvolvimento da sociedade e da história.

Com isso em mente, partimos da realidade histórica do fascismo não com o objetivo de nos restringirmos a esse contexto, mas para, a partir dele, identificar critérios e tendências gerais que nos ajudem a compreender aspectos centrais da atualidade. Isso porque o presente, em sua complexidade e dinamismo, torna essencial a compreensão de suas determinações, o que exige um olhar atento sobre sua história. É na historicidade das relações sociais que se constituem as bases e as contradições que podem moldar a realidade contemporânea.

Assim, embora o neofascismo seja fruto das relações sociais contemporâneas, emergindo do reacionarismo burguês do nosso tempo histórico, está intimamente vinculado a esse contexto histórico, só pode ser entendido na sua totalidade se nos remetermos às determinações históricas mais gerais que aproximam o fascismo histórico e suas novas expressões contemporâneas.

Seguindo a orientação de Engels, que afirma: "a cadeia de pensamento deve ter início com o que a história começa", portanto, escolhemos recorrer a uma análise não apenas das condições materiais e sociais reais, mas também, históricas. Esse método permite compreender as transformações dos aspectos sociais e econômicos ao longo do tempo e como as contradições internas da sociedade geram mudanças. Assim, ele é essencial para analisar o fascismo e o neofascismo, considerando seu contexto e a dinâmica das relações de classe e forças materiais.

Portanto, o estudo adota esse método histórico como essencial, pois permite reconhecer o papel das relações de classe e das forças materiais no desenvolvimento histórico do fascismo. Esse caminho nos permite evidenciar sua totalidade<sup>5</sup>, proporcionando uma análise mais profunda e precisa dos processos históricos e sociais, possibilitando aproximações sucessivas da realidade, em constante movimento e transformação, com ênfase na sua expressão contemporânea: o neofascismo.

De forma semelhante, em "18 de Brumário de Luís Bonaparte" (1852), Marx opera o método histórico ao analisar o Golpe de Estado de Bonaparte, em 1851, baseando-se nas condições materiais da França do século XIX. Marx examina não apenas os eventos, mas as forças sociais e históricas que os tornaram possíveis, demonstrando como os fatores materiais e as relações de classe se combinam para gerar um fenômeno específico. Para Marx, Bonaparte não foi apenas um indivíduo que tomou o poder, mas um reflexo das contradições da sociedade francesa da época.

Assim, racionalizar a realidade de maneira dialética implica analisá-la além de suas aparências, considerando suas múltiplas contradições e determinações, sempre contextualizando historicamente. Cada uma dessas determinações se conecta a uma rede múltiplas relações, e o objetivo é explicar a totalidade do que existe, a partir do movimento histórico e dialético.

Em consonância com o método histórico, é preciso ir além da aparência empírica e imediata, na busca de identificar um conjunto de mediações, como argumenta Marx (apud Netto, 2011): "O objetivo do pesquisador é apreender a essência do objeto, isto é, sua estrutura e dinâmica, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica". Portanto, o estudo sobre o neofascismo demanda algo muito maior que apenas descrever os eventos presentes na imediaticidade do real. Demanda compreender sua essência que se constitui historicamente num movimento dialético que tem como base as condições materiais e as contradições internas da sociedade e das relações sociais que a constitui. Para Marx ([1867], 2013), o capitalismo, por exemplo, não poderia existir sem crises e essa lei geral do movimento da sociedade moderna não se trata de uma "lei fixa", mas de uma tendência histórica que pode ser moldada ou contrariada por outras forças sociais.

Essa perspectiva dialética também é essencial para analisar a sociedade burguesa como um processo histórico e dinâmico, e não como uma totalidade imutável. Para Marx e Engels,

---

<sup>5</sup> "O ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa" (Lukács, 1974, p. 41).

"não se pode conceber o mundo como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos" (Marx-Engels, 1963, v. 3, p. 195). Essa perspectiva nos ajuda a entender que o neofascismo, embora emergente no contexto atual, não é um fenômeno isolado, muito menos aleatório e espontâneo, mas parte de um movimento histórico mais amplo, cujas raízes estão nas contradições do capitalismo e nas relações de classe que o constituem.

Em suma, o estudo do neofascismo, tendo como base o método histórico e dialético, nos permite que a sua compreensão se dê em perspectiva de totalidade histórica, considerando as forças materiais e as relações de classe que moldam a história e que, em última instância, contribuem para a construção do fenômeno atual. Por isso, mesmo que o nosso ponto de partida, em termos de método de investigação, tenha sido o fenômeno atual do neofascismo e suas expressões conjunturais, optamos, em termos de método de exposição, iniciar o primeiro capítulo desta dissertação com um apanhado da história e seus ensinamentos através da caracterização do fascismo histórico para, em seguida, contextualizarmos a atualidade do neofascismo. Caminho este passível de questionamentos, especialmente em se tratando de um tema ainda muito atual e atravessado por controvérsias e diferenças de análises, contudo o que melhor nos permitiu, por ora, organizar a sistematização dos nossos estudos e reflexões, bem como buscar identificar o que, de fato, se trata (e se tratou) de peculiaridades, fruto de um tempo histórico e de determinadas formações sociais, e o que se configura como determinações universais do reacionarismo capitalista.

Ao/à leitor/a, que as páginas a seguir possam contribuir para aprofundar os conhecimentos sobre o reacionarismo burguês na realidade atual e sua forma particular, de maneira mais precisa, o que, no nosso entendimento, passa necessariamente pelo estudo do neofascismo, particularmente, no Brasil. Como também para extrair daí reflexões sobre as lições de resistências que sirvam tanto para o Serviço Social como para o conjunto da classe trabalhadora diante de um cenário de "banalização do humano".

## 2. DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DO REACIONARISMO CAPITALISTA

Conforme Anunciação de Souza e Oliveira (2018), a onda reacionária da burguesia brasileira tem sido determinante na configuração social e política do país, pois:

Avançou em termos políticos, adensou-se ideologicamente, expressa-se no cotidiano e nas instituições, avança sobre a produção de conhecimento, demarca posições na batalha das ideias, confere conteúdo a decisões da política econômica dos estados capitalistas e entrelaça-se com outras matrizes como o liberalismo e o pragmatismo. No debate filosófico, tenta se passar como se fosse uma “forma de ser” própria de sujeitos “prudentes” (KIRK, 2014) e preocupados com a “manutenção da ordem”. Essas características denotam a ampliação e o aprofundamento da influência conservadora sobre o conjunto da sociedade (2018, p. 38-39).

Note-se que essa estrutura é composta por um conjunto ideológico de doutrinas diversas e, até mesmo, à princípio, incoerentes entre si, tais como o libertarianismo, o fundamentalismo religioso, o neofascismo e o anticomunismo reciclado (Anunciação de Souza; Oliveira, 2018). Entretanto, as diferenças e as coalisões entre essas não são empecilhos para enaltecer ideários comuns de interesses de uma classe sobre a exploração de outra. Assim, dentro da composição deste reacionarismo burguês<sup>6</sup>, encontramos matrizes fascistas que compõem uma nova etapa na hegemonia burguesa no Brasil, incluindo novos elementos à cultura da crise (Mota, 1995). É, portanto, sobre tais tendências que priorizamos o desenvolvimento dessa dissertação.

Essas matrizes parecem reacender questões de um passado que ainda não superamos. Embora a configuração fascista atual (ou neofascista) não seja idêntica ao fascismo histórico, nem poderia ser, é possível observar permanências nas formas de organização e reprodução social. No entanto, como mencionado, essas formas não são exatamente iguais às das experiências anteriores, pois o presente não é uma mera repetição do passado. Por isso, vale ressaltar que, mesmo que se inspirem em determinadas experiências na história, os fenômenos atuais não os replicam, uma vez que as condições sociais, objetivas e subjetivas, os desafios e as relações de forças do passado não podem ser reproduzidos integralmente. A busca por identificar as determinações sócio-históricas mais universais do reacionarismo burguês,

---

<sup>6</sup> Optamos por nos aproximar da definição de reacionarismo burguês, por meio das interpretações de Florestan Fernandes (2006), que nos propõe a compreensão de tal como um movimento ideológico e político que expressa a defesa agressiva dos interesses da burguesia diante de crises do capitalismo. Ele se manifesta por meio de um conjunto de doutrinas conservadoras, neoliberais e até fascistas, buscando manter a hegemonia burguesa e institucionalizar formas de repressão contra as classes trabalhadoras e setores populares. Sendo, portanto, fruto da Revolução Burguesa no Brasil (1979), não se tratando “apenas [de] uma imagem invertida do Estado democrático-burguês, porém à forma necessária que o Estado precisa assumir como instrumento de dominação externa e do despotismo burguês reacionário”, próprio das nossas elites (Fernandes, 1979b, p. 39).

considerando a centralidade e importância das experiências do fascismo histórico, não pode ser confundida com a busca por identificar meramente os aspectos que se repetem ou não na história. Aprender como as tendências presentes e adensadas no movimento da história do desenvolvimento da humanidade no capitalismo operam para legitimar e reforçar novos processos, novas relações e novos fenômenos, necessários para a garantia da dominação burguesa em determinadas circunstâncias e condições históricas torna-se o mais importante e ao mesmo tempo desafiador para o/a pesquisador/a que vive essas mesmas circunstâncias e condições dadas pelo tempo presente. Sobre isso, lembremos da ironia de Marx ao se remeter à sucessão dos Bonaparte no poder, em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1852), afirmando que “a história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”. Não à toa essa frase tem sido recorrentemente lembrada entre os analistas e estudiosos do reacionarismo burguês e de suas expressões atuais.

As condições históricas mudaram; o capitalismo amadureceu, com novas formas de acumulação e reprodução; o sistema internacional foi transformado e reinventado; porém, as marcas históricas das experiências como o Holocausto, as Ditaduras, os Golpes, o escravismo e a histórica exploração de classes não são apagadas (Poggi, 2019). Portanto, compreendemos que, no contexto atual, existe o que Mattos (2022, p. 31) caracteriza como sendo um:

Amálgama que envolve dimensões requeitadas de um nacionalismo xenófobo, reciclagens do anticomunismo, além de fortes componentes racistas, misóginos e LGBTfóbicos (na versão do combate à “ideologia de gênero”), combinando-se com o fundamentalismo de novas “teologias” profundamente reacionárias e reivindicando as soluções violentas para todas as novas manifestações da velha “questão social”. Violência, aliás, que remete também à lógica fascista histórica de extermínio dos inimigos – concretos ou imaginários – da ordem almejada.

Em vista desses elementos, percebemos as constantes análises fazendo referência à concepção de “neoconservadorismo”. Longe de propormos qualquer avaliação acerca da terminologia mais acertada (ou equivocada) e condizente com as atuais expressões do reacionarismo burguês, sobre esse tema, optamos pelo exercício de uma maior aproximação com estudos que se dispõem a desenvolver, com maior precisão, uma caracterização sobre o neofascismo em busca de identificar sua diferenciação em relação às demais formas renovadas de conservadorismo e reacionarismo capitalista. Ao tratar desse fenômeno, Löwy (2019b) destaca que “não se trata de uma corrente conservadora, no sentido de tradicionalista, nostálgica do passado, mais de um autoritarismo violento, moderno, geralmente neoliberal” (Löwy,

2019b, não paginado). Diante disso, centramos nossa pesquisa nos estudos sobre o neofascismo, tratado com o prefixo *neo* por ser compreendido como uma forma reatualizada do fascismo histórico e visto como uma tendência do atual reacionarismo burguês. Para Botelho (2018, não paginado), é partir do autoritarismo reacionário em ascensão que vivenciamos no neofascismo “uma brutal tentativa de dirigir a decomposição social em curso, por isso precisa assumir um invólucro neoliberal, ainda que isso implique em incongruências políticas”.

Mesmo que haja uma necessidade de melhor aprofundar os estudos sobre as diferentes vertentes que estão produzindo conhecimento e importantes reflexões no âmbito político-acadêmico sobre o tema do conservadorismo e reacionarismo burguês na atualidade, da sua relação com o neoliberalismo, com a extrema direita e com o fundamentalismo religioso, particularmente no Brasil, a escolha da delimitação de análise a partir dos estudos sobre o neofascismo se deu, antes de tudo, por uma aproximação prévia com tais estudos que, vale destacar, não são homogêneos e também são atravessados por polêmicas. Outro aspecto considerado nessa delimitação é o pressuposto de que há nesse campo de análise um terreno fértil de correspondência e diálogo com a própria realidade, incluindo a particularidade brasileira, o que, no nosso entendimento, extrapola a mera decisão por termos. Entender, por exemplo, que, em meio à crise capitalista contemporânea, que demanda recomposição das formas de exploração e dominação burguesa, há um movimento de massas reacionário, composto em grande parte pela pequena burguesia, financiado pelo grande capital e orientado para uma ditadura do grande capital, nos leva certamente ao desafio de estabelecer um profundo diálogo com a realidade e com a história, em seus aspectos particulares e universais.

Obviamente que, como todo pressuposto, é passível a críticas e necessita ser verificado a partir da própria realidade pesquisada. Os argumentos através dos quais nos apoiaremos para dar sustentação a tal pressuposto serão melhor apresentados ao longo da nossa dissertação. Por ora, seguimos ao passo importante da nossa pesquisa expressa através de uma breve sistematização dos estudos desenvolvidos em torno do fascismo histórico a fim de identificar seus desdobramentos para o reacionarismo capitalista, ontem e hoje.

## 2.1. Principais determinações do fascismo histórico

Sempre que se fala em fascismo, a imagem mais comum é a do movimento de extrema direita liderado por Benito Mussolini, que chegou ao poder na Itália em 1922. No entanto, desde então, analistas já apontavam que o fascismo era um fenômeno internacional. Antônio Gramsci, em um artigo publicado no jornal *Avanti!*, em 1920, destacou: “O fenômeno do ‘fascismo’ não é apenas italiano, assim como não é apenas italiana a formação do Partido Comunista” (Gramsci, 2004, p. 65-66).

Por isso, para tratarmos de fascismo, dos seus desdobramentos e reatualizações, é indispensável situar as relações de ambos com a crise capitalista. Entretanto, quando falamos da crise capitalista que impulsiona o fascismo (e o neofascismo), não estamos tratando de uma crise qualquer. Isso porque, quando nos referimos à crise capitalista, geralmente estamos falando das crises econômicas cíclicas que caracterizam o capitalismo. No entanto, a crise associada ao advento do fascismo, conforme analisado por Nicos Poulantzas (1978), Antônio Gramsci (2004 e 2007) e Palmiro Togliatti (1978), é de natureza política. Ela está vinculada às relações de força entre as classes e frações de classe, bem como à homogeneidade e à capacidade hegemônica de um determinado grupo social. Embora crises econômicas profundas frequentemente desencadeiem crises políticas igualmente severas, esses fenômenos não são idênticos. Uma crise pode existir sem a outra, ainda que, na maioria dos casos, estejam fortemente interligadas.

Gramsci (1999), em seu Caderno 13, destaca que o capitalismo utiliza as crises como uma base estrutural, denominando-as de “crises orgânicas”. Para o autor, as crises orgânicas são crises das superestruturas capitalistas, não afetando apenas a economia, mas também as superestruturas e o Estado, criando condições para a ascensão de líderes carismáticos ou grupos de poder em momentos de fragilidade das forças progressistas e conservadoras. Desse modo, essas crises abalam as superestruturas e o Estado, criando um cenário de instabilidade que pode abrir espaço para soluções autoritárias. Em momentos em que nenhuma das duas classes fundamentais consegue impor sua hegemonia, a fragilidade tanto das forças progressistas quanto das conservadoras favorece o surgimento de soluções autoritárias, com surgimento de bonapartismos e de fascismos. Como sinaliza Gramsci (1999, p. 1757),

O desenvolvimento do capitalismo foi uma contínua “crise”, se assim se pode dizer, isto é, um rapidíssimo movimento de elementos que se equilibravam e imunizavam. Em um certo ponto neste movimento, alguns elementos tiveram uma vantagem, outros desapareceram ou se tornaram ineptos no quadro geral. Aconteceram então fatos aos quais se dá o nome específico de “crise”, que são

mais graves ou menos graves, exatamente segundo os elementos maiores ou menores de equilíbrio que se verificam.

Isso posto, entendemos que a crise em questão não é apenas um resultado das contradições econômicas do capitalismo, mas um fenômeno complexo e abrangente: uma “crise orgânica” ou uma “crise de hegemonia”. No Caderno 7 (1999), o autor refere que essa “crise orgânica” pode ser manifesta da seguinte forma:

1) porque grandes massas, antes passivas, entram em movimento, mas em um movimento caótico e desordenado, sem direção, isto é, sem uma precisa vontade política coletiva; 2) porque as classes médias [...] ficam desempregadas, mesmo após ter feito um aprendizado [...]; 3) porque as forças antagônicas foram incapazes de organizar a seu favor esta desordem.

E assim, podemos perceber que a partir dessa crise, ocorre o aumento do ressentimento entre as classes e a intensificação por meio de manifestações em diversos setores, refletindo uma crescente desigualdade e a separação entre *os de cima* e *os de baixo*. Essa situação evidencia a crise da hegemonia, e por isso, a classe dominante utiliza-se da crise para promover reformas que, embora possam conceder alguns benefícios, visam principalmente aumentar a exploração e a barbárie. Compreendendo a crise em que se instaura o fascismo, podemos retornar a sua discussão.

Com base na ideia de que o reacionarismo burguês tem adotado contornos neofascistas, que se tornam mais evidentes à medida que a atual crise se agrava, observa-se que esses movimentos se entrelaçam e se perpetuam por meio de diversas estratégias. Utilizando as palavras de Mota (2019a, p. 136), a crise capitalista possui uma cultura que “consiste em metabolizar objetiva e subjetivamente a produção de consensos ativos e passivos de classes subalternas requeridos pelo capital na implementação de medidas necessárias aos seus modos de operar o enfrentamento da crise capitalista”. E assim, essa crise contribui para a destruição da razão e a expansão do irracionalismo, fazendo com que a história se torne uma narrativa superficial e manipulada pelas ideias dominantes (Cisne et al., 2020).

Desse modo, o reacionarismo burguês tem sido caracterizado pela necessidade de autoproteção e auto privilegiamento da burguesia, que, sob o pretexto de manter a estabilidade política, institucionaliza a violência sistemática contra as classes inferiores. Esse controle vai além do uso das forças armadas, estendendo-se às políticas sociais e outras esferas públicas de interação com os trabalhadores, sendo articulado com a ideologia de cunho fascista que utiliza de discursos anticomunistas, religiosos e liberais para propagar ideais xenófobos, misóginos,

racistas e homofóbicos, disseminando suas crenças de maneira insidiosa na sociedade.

Esse movimento ocorre porque historicamente “o capital tem buscado, ao passo que viabiliza suas bases de produção, constituir seus mecanismos de reprodução social e suas estratégias de saída dos momentos de crise” (Cantalice, 2016, p. 239). Para isso, incorpora novas medidas econômicas, sociais e políticas, construindo mecanismo, a fim de “manter sua hegemonia e sua autoafirmação como ‘única possibilidade histórica’” (Cantalice, 2016, p. 239). Nessa produção de mecanismos articulam-se novas mediações sociopolíticas, isso porque o “sistema capitalista, sobretudo nos períodos de crise, produz e reproduz constantemente fenômenos como o fascismo, o racismo, os golpes de Estado e as ditaduras militares” (Löwy, 2019b, não paginado).

Para entender o neofascismo, é fundamental revisitar os elementos que definem o fascismo histórico. Essa análise é essencial, porque mesmo compreendendo que o neofascismo é produto da contemporaneidade, ele tem base no fascismo. Os regimes fascistas italiano e alemão são frequentemente lembrados por terem alcançado o poder e instaurado ditaduras responsáveis pelo sangrento conflito da Segunda Guerra Mundial. No entanto, houve movimentos fascistas que não chegaram ao poder de forma isolada, mas integraram coalizões mais amplas da direita, como ocorreu na Espanha e em Portugal.

Outros se fortaleceram como colaboradores da ocupação alemã a partir de 1940, como o governo-fantoches de Vidkun Quisling na Noruega. Já na França ocupada, o regime de Vichy dispensou a participação direta dos movimentos fascistas locais, que se limitaram a apoiar a administração colaboracionista. Além da Europa, movimentos fascistas também surgiram em diversas partes do mundo, sem conseguir ultrapassar a condição de meros grupos políticos, como na China, Argentina, Estados Unidos e México. No Brasil, também houve a formação de um movimento genuinamente fascista: o Integralismo, surgido em 1932 sob a liderança do escritor modernista Plínio Salgado. Inspirado no fascismo italiano, Salgado adotou essa ideologia após uma viagem à Itália no início da década, incorporando elementos como o nacionalismo exacerbado, a defesa de um Estado autoritário e a oposição ao comunismo e à democracia liberal.

O fascismo histórico, nascido nos berços italianos na década de 1910, ocorreu principalmente na Itália e Alemanha, consolidando-se no poder e espalhando-se pela Europa em 1922. Emergiu sob o pano de fundo do cenário de pós-guerra e toda a crise que ela trouxe, se nutrindo da “amargura contra o governo por sua incapacidade em lidar com a situação. Havia desilusão completa no status quo” (Trotsky, 2019, p. 17).

Como destaca Clara Zetkin (2019), embora o fascismo tenha se expandido para diversos países, suas características variam conforme as particularidades de cada contexto nacional. No entanto, independentemente dessas diferenças, ele mantém dois traços essenciais:

Um programa revolucionário fraudulento, que se liga de forma extremamente esperta com os humores, interesses e necessidades de amplas camadas sociais; e o uso do violento e brutal terror (Zetkin, 2019, s/p).

A autora compreende o fascismo como a expressão mais extrema da ofensiva global da burguesia contra o proletariado. Sua erradicação não é apenas desejável, mas uma necessidade vital, diretamente ligada à sobrevivência e às condições básicas de vida da classe trabalhadora. Assim, Zetkin define o fascismo como um movimento reacionário e violento, impulsionado pela burguesia para conter a revolução proletária.

Ela argumenta que o fascismo vai além da repressão estatal tradicional, configurando-se como uma mobilização de massas pequeno-burguesas e de setores “desclassados”<sup>7</sup> do proletariado. Esses grupos, desiludidos pela crise econômica e social, são manipulados pela burguesia para atacar organizações operárias e revolucionárias. Dessa forma, o fascismo atua como uma resposta radical da classe dominante para manter seu poder, combinando discursos e práticas nacionalistas, anticomunistas e autoritários com o uso sistemático da violência. Ressaltando que o fascismo não pode ser combatido apenas com medidas defensivas ou por meio das instituições democráticas. Para enfrentá-lo, é necessária uma resposta revolucionária da classe trabalhadora, baseada em organização política sólida e combativa (Zetkin, 2019).

Dialogando com essa perspectiva da ofensiva burguesa sobre o fascismo, Trotsky, assim como Zetkin, o analisa dentro da tradição marxista, compreendendo-o como uma ferramenta da burguesia contra o proletariado. No entanto, ele avança na análise ao destacar que o fascismo não é apenas um regime autoritário, mas um fenômeno específico que emerge quando a burguesia já não consegue manter seu domínio por meios parlamentares. Nesse contexto, a burguesia busca apoio da pequena burguesia e de setores lumpenizados para destruir as organizações da classe trabalhadora.

Enquanto Zetkin vê o fascismo como uma ofensiva global da burguesia, aproveitando crises sociais e manipulando a pequena burguesia e setores desclassados do proletariado,

---

<sup>7</sup> A autora utiliza o termo “desclassados” para descrever aqueles que estavam à margem da sociedade ou que não pertenciam a uma classe social tradicionalmente estabelecida, como a classe operária ou a burguesia. Englobando pessoas que viviam em condições de pobreza extrema ou em situações de desajuste social, frequentemente associadas a um status de marginalidade.

Trotsky (2018) o descreve como uma reação desesperada da burguesia em crise, que, ao esgotar os métodos parlamentares, mobiliza a pequena burguesia arruinada para esmagar as organizações operárias.

Diferente de uma ditadura militar tradicional, o fascismo mobiliza massas desesperadas para esmagar sindicatos, partidos comunistas e qualquer resistência operária. Desse modo, Trotsky (2018, p. 56) também elaborou reflexões sobre o fascismo, observando-o como "um sistema de Estado particular, baseado no extermínio de todos os elementos da democracia proletária na sociedade burguesa". Ele considerou que o fascismo possui um caráter terrorista em relação às organizações da classe trabalhadora. Entretanto, observou que o fascismo não se limita a ser um sistema de repressão, violência e terror policial.

O fascismo alemão, assim como o italiano, se ergueu ao poder nas costas da pequena-burguesia, que foi tornada bode expiatório contra as organizações da classe trabalhadora e as instituições democráticas. Mas o fascismo no poder é tudo menos o governo da pequena burguesia. Pelo contrário, ele é a ditadura mais impositiva do capital monopolista. Mussolini tem razão: as classes médias são incapazes de políticas independentes. Durante os períodos de grande crise, são invocadas a seguir aos absurdos das políticas de uma das duas classes fundamentais. O fascismo conseguiu colocá-los a serviço do capital. Slogans como o controle estatal dos fundos financeiros e a supressão de lucros não oriundos do trabalho foram abandonados assim que se chegou ao poder. Pelo contrário, o particularismo da pequena burguesia deu lugar ao centralismo policial capitalista. Cada sucesso interno e externo das políticas do nazismo significará inevitavelmente o sufocamento do pequeno capital pelo grande (Trotsky, 2018, p. 228).

Com base nisso, Trotsky (2018) descreve os elementos da crise, também destacando que não se tratava apenas uma crise econômica de dimensões internacionais e uma crise social, mas também uma crise na representação político-parlamentar da classe dominante e de seu governo. Descrevendo que essa crise não era um fenômeno isolado, mas parte de um colapso mais amplo que combinava fatores econômicos, sociais e institucionais. Para ele, a burguesia enfrentava não apenas os impactos de uma crise econômica internacional e o agravamento das tensões sociais, mas também a incapacidade de suas instituições políticas em manter a estabilidade e a hegemonia sobre as massas. A falência dos mecanismos tradicionais de mediação política tornava evidente o esgotamento do parlamentarismo burguês, abrindo espaço para soluções autoritárias ou revolucionárias, dependendo da correlação de forças entre as classes.

Ele também argumenta que essa situação funciona como um motor para o fascismo, afirmando que não se trata simplesmente de uma "crise do parlamentarismo", mas sim de uma "crise da dominação de classe". Esse cenário, segundo ele, cria condições objetivas favoráveis

para uma ruptura revolucionária.

Continuando o diálogo clássico do que se entende por fascismo, cabe trazer também as contribuições de Palmiro Togliatti (1978). Esse autor enfatiza que o fascismo não representa apenas a substituição de um governo burguês por outro, mas uma transformação na forma do Estado, sendo “uma ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas, mais imperialistas do capital financeiro” (Togliatti, 1978, p. 1). Essa concepção amplia o entendimento marxista do fenômeno fascista, ao evidenciar que ele não é apenas um regime repressivo, mas um mecanismo sofisticado de dominação política e social.

A seu ver, o fascismo mobiliza ativamente a pequena burguesia e setores descontentes das massas populares, organizando um movimento de massa capaz de sustentar a ditadura burguesa sob novas bases. Assim, segundo Togliatti (1978), o fascismo é essencialmente formado pela massa da pequena burguesia e trata-se de uma estratégia para a construção da hegemonia do grande capital monopolista.

Como aponta o autor, trata-se de uma estratégia altamente adaptável, ajustada a diferentes grupos sociais e espaços políticos, o que dificulta sua neutralização, apontando que o fascismo é “expressão dos elementos mais reacionários da burguesia [...], constituído pelo movimento de massa pequeno-burguês que esta ditadura conseguiu atrair para si”. E por esse movimento de massa, o fascismo desenvolve:

Entre as massas uma ação diferenciada, múltipla, adaptada a cada momento e a cada categoria, a cada fábrica e a cada grupo, a cada camada particular, e que esta ação ainda não é eficazmente combatida, pois nosso partido não tem sido até agora suficientemente ágil, rápido, corajoso, e suficientemente tenaz em seu trabalho entre as massas, para ser capaz de romper uma a uma as malhas da organização e da política fascista e de abrir caminho para a revolta das massas (Togliatti, 1978, p. 134).

Dessa forma, Togliatti destaca que o fascismo não apenas impõe repressão violenta, mas também cria uma base social ativa e mobilizada, unificando diferentes correntes em torno de sua ideologia autoritária e sua política de massas. Ele salienta que essa ideologia não é um simples reflexo dos interesses da burguesia, mas um instrumento ativo de dominação, que visa tanto a manutenção do poder burguês quanto a integração das massas sob uma estrutura política que anula sua capacidade de organização autônoma. Assim, a essência do fascismo reside na combinação entre repressão direta e formas institucionais de controle, que garantem a perpetuação da ditadura sobre a classe trabalhadora.

Nesse sentido, a análise de Togliatti contribui para compreender a permanência e a mutação das formas fascistas ao longo do tempo, incluindo suas expressões contemporâneas,

como o neofascismo, que conserva os mesmos elementos centrais: a mobilização da pequena burguesia em crise, a repressão violenta dos movimentos operários e a utilização de uma ideologia flexível para consolidar um regime de dominação.

Nicos Poulantzas (1978) também se dedicou em analisar o fascismo, descrevendo que possui características próprias. A primeira delas é ser um fenômeno político específico, com causas e efeitos particulares, constituindo uma forma crítica de Estado e de regime, que corresponde a uma crise política, sendo, portanto, filho de crises estruturais da sociedade capitalista e das crises de hegemonia de um determinado padrão de dominação. Outra característica é que o fascismo é uma forma particular de regime dentro do Estado capitalista de exceção, assim como outras formas, a exemplo do bonapartismo<sup>8</sup> e as diversas ditaduras militares, sendo o Estado fascista uma “forma específica do Estado de exceção, que em nenhum caso se poderá confundir com as outras formas de Estado capitalista” (Poulantzas, 1978, p. 9), no qual, nos seios das democracias liberais, tem sua origem, muito anterior à sua ascensão no poder. O terceiro aspecto do fascismo é que ele não pode ser analisado sem considerar seu impacto na classe operária, isso porque o fascismo corresponde a uma conjuntura específica da luta de classes, como também precisa ser observado por meio das crises associadas ao período entre as duas guerras mundiais e a política da Internacional Comunista.

Esse Estado de exceção que Poulantzas relaciona como terreno que pode levar à emergência de regimes autoritários como o fascismo, está entrelaçado com uma crise política que se origina, essencialmente, em certas características específicas do campo da luta de classes e das relações sociais. Para esse autor, o fascismo, por ser uma das formas de regime do Estado capitalista de exceção, não era um fenômeno datado das décadas de 1920 e 1940, ou geograficamente confinado apenas a duas formações europeias. Seria um fato histórico capaz

---

<sup>8</sup> Nessa nota, achamos cabível contextualizar nossa interpretação do bonapartismo, para situar sua diferença com o fascismo. Assim como o fascismo, o bonapartismo tem origem no regime autoritário, compartilhando algumas características, como a centralização do poder e a supressão das liberdades democráticas, mas que se distinguem tanto nas suas origens quanto nas suas formas de atuação. O conceito do bonapartismo tem suas raízes no pensamento de Karl Marx, que descreve uma situação política em que uma figura central, geralmente um líder militar ou político, assume o poder de forma autocrática em nome da "paz social", muitas vezes em um contexto de instabilidade e crise de representação política (MARX, 1852). O bonapartismo, ao contrário do fascismo, não é um movimento ideológico massivo, mas uma tentativa de estabilizar um regime através da manipulação das forças sociais e políticas em conflito. Bonapartistas, como Napoleão Bonaparte na França, se apresentam como uma figura acima das classes, que, ao intermediar os conflitos entre os interesses da burguesia e da classe trabalhadora, se coloca como um "salvador" que pode trazer ordem e estabilidade. Embora compartilhe a centralização de poder característica de regimes autoritários, o bonapartismo não busca uma transformação radical da sociedade como o fascismo, mas sim uma tentativa de conciliar forças contraditórias para garantir a ordem social e a manutenção do status quo, muitas vezes através de um sistema de governo personalista e militarizado. Portanto, enquanto o fascismo é uma ideologia política explícita, que busca uma reordenação radical da sociedade com base no autoritarismo e na supremacia nacionalista, o bonapartismo é um regime de exceção que surge para estabilizar a sociedade em momentos de crise, mas sem uma ideologia revolucionária tão clara, focando em manter a ordem através de um governo personalista e autocrático.

de se manifestar em contextos distintos daqueles em que ele apareceu originalmente. Na Itália e na Alemanha da primeira metade do século XX.

Além disso, essa crise é acompanhada por rupturas profundas no sistema institucional, ou seja, os aparelhos de Estado passam por mudanças em sua estrutura e função, colocando o fascismo como parte da organização política da burguesia. Desse modo, o fascismo constitui uma forma específica de Estado e de regime, que corresponde a uma política particular da burguesia e do controle da sociedade. Além disso, é tendência para a extinção completa de qualquer tipo de democracia. Sendo assim, o:

Partido fascista é sobretudo considerado como o “agente pago” ao serviço do grande capital. O partido fascista, “instrumento militar de combate do grande capital”, é muitas vezes assimilado a um “bando de guardas brancos”, a uma simples “milícia armada” a soldo do grande capital instrumento por ele manipulável à sua vontade (Poulantzas, 1978, p. 93).

Dessa maneira, o fascismo implica numa reestruturação completa dos aparelhos de hegemonia, abrangendo também os “aparelhos ideológicos estatais” (Casimiro, 2020), exercendo um forte apelo ao criar uma mística com símbolos que remetem à força, à honra, à grandeza, à disciplina e à ordem. Portanto, o:

Fascismo não surge como um trovão num céu sereno. É mesmo na medida em que não se trata de um simples autodesenvolvimento dos ‘germes’ contidos na democracia parlamentar, mas sim de uma diferença importante em relação a ela, correspondente a uma crise política, que se pode falar de processo de fascização (Poulantzas, 1978, p. 72).

Essa crise política que coincidiu “com uma crise ideológica da classe operária” (Poulantzas, 1978, p. 170) afetou as formações sociais na Alemanha e na Itália durante o processo da instauração fascista. Durante esse período, o marxismo-leninismo se encontrava profundamente enfraquecido dentro da própria classe operária, não apenas devido as falhas em conquistar as grandes massas, mas também devido à forte oposição nos locais onde havia conseguido se estabelecer (Poulantzas, 1978).

Dentro desse contexto, Gramsci (2004, p. 31) também responde à pergunta sobre o que é o fascismo em escala internacional, definindo-o como uma “tentativa de resolver os problemas da produção e da troca através de rajadas de metralhadora e de tiros de pistola”. Ele também alertou que o fascismo é construído a partir das próprias estruturas do Estado que o antecederam, por meio do suporte das forças militares, juntamente com elementos do judiciário,

e o apoio da burocracia estabelecida, essas figuras que foram e são fundamentais para o avanço dos fascistas. Assim, Gramsci considera o fascismo como sendo parte do cenário dos anos do pós-guerra e da crise capitalista que assume uma:

Forma aguda de um esfacelamento do Estado unitário e, portanto, favorecera o renascimento de uma ideologia confusamente patriótica. Não havia outra solução que não a fascista, depois que a classe operária, em 1920, fracassou em sua tarefa de criar com seus próprios meios um Estado capaz de satisfazer também as exigências nacionais unitárias da sociedade italiana (Gramsci, 2004, p.263).

Ainda observando o fascismo pela perspectiva de Gramsci (Liguori; Voza, 2017), também é sinalizado que, de maneira mais ampla, o fascismo pode ser entendido como uma fase histórica de transição para o novo modo de produção, marcado pelo início de uma fase de "crise orgânica" que é tão destrutiva quanto a transição do feudalismo para o capitalismo e foi acelerada pela Primeira Guerra Mundial, como também pela crise de 1929 e pelo grau elevado de monopolização da produção. Nesse contexto, surgem oportunidades para a afirmação de forças progressistas, mas também emergem fenômenos "morbosos", emergindo por meio do nacionalismo.

O fascismo, segundo Gramsci, se utilizou da identificação da base social composta pela pequena burguesia<sup>9</sup> e trabalhadores assalariados de classe média, e a partir disso, movimento fascista conseguiu ganhar força, atraindo até mesmo setores do proletariado para sua proposta de solução messiânica e violenta para a crise, que se intensificou após o fim da Primeira Guerra Mundial e os efeitos da Revolução Russa na Europa Ocidental. A aproximação entre essa pequena burguesia e esses trabalhadores com o fascismo ocorreu porque muitos acreditavam que, através do fascismo, teriam a oportunidade de ascender à camada dominante da sociedade.

Gramsci (Liguori; Voza, 2017) também sinaliza que o fascismo pode ser analisado em três dimensões. Primeiramente, como uma ideologia destinada a resolver os conflitos entre classes sociais. Em segundo lugar, como um sistema de domínio e controle que visa administrar a transição de uma sociedade camponesa-industrial para uma industrial de massa. E, por fim, o fascismo pode ser entendido como uma fase da "crise orgânica" do capitalismo.

---

<sup>9</sup> Na tradição marxista, o termo "pequena burguesia" não se refere a uma burguesia menor, mas a um estrato social com características específicas que geram uma contradição interna. Esse grupo, composto por pequenos comerciantes, artesãos e pequenos proprietários rurais, compartilha com a burguesia o fato de serem proprietários e com a classe trabalhadora a necessidade de trabalhar para viver. Portanto, enquanto se identifica com a grande burguesia pela posse e controle dos recursos produtivos, a pequena burguesia também se assemelha aos trabalhadores por também depender do seu próprio trabalho.

Como ideologia, ele se apresenta com o discurso de restaurar a ordem por meio da repressão, justificando-se pelos impactos da Primeira Guerra Mundial e pela desordem resultante nas hierarquias entre cidade e campo.

Essa ideologia emprega a estratégia de cooptação “transformista” das lideranças do movimento operário, o que caracteriza a “revolução passiva”<sup>10</sup> promovida pelo fascismo (Liguori; Voza, 2017). Isso porque é por meio da intervenção legislativa do Estado e da organização corporativa que mudanças na estrutura econômica do país foram feitas para destacar o aspecto de “plano de produção”. Em outras palavras, a socialização e a cooperação na produção teriam sido enfatizadas, sem, contudo, alterar a apropriação individual e grupal dos lucros (Coutinho, 2011). No leitor Gramsciano, o fascismo como o seu poder ideológico também é visto por meio do seu envolvimento com

Um determinado invólucro político, necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta, mas incoercível, as forças oficiais, que, elas próprias, se modificam sem se dar conta, ou quase (Coutinho, 2011, p 316).

Como um mecanismo de controle e dominação, o fascismo busca estabelecer uma separação radical entre classes e partidos, assim como entre interesses e consciências. Gramsci (2011) considera o fascismo uma estratégia para gerenciar as novas formas de conflito social, revelando uma autonomia da política em relação à economia. E, para isso, o autor sinaliza que o fascismo faz parte da construção da hegemonia do grupo dominante, que vai além das relações de dominação e exploração econômica. Ela envolve a formação de uma cultura que torna a visão de mundo de uma classe ou fração de classe hegemônica e universal. Esse grupo dominante busca não apenas exercer a dominação, mas também apresentar seus interesses particulares como se fossem os interesses gerais da nação, tanto dentro de sua própria classe quanto em relação às outras frações das classes da sociedade.

Outro aspecto essencial destacado pelo autor é o papel da violência profundamente enraizada na sociedade italiana como um fator de longa duração que ajuda a explicar o surgimento do fascismo no país. Como hipótese, pode-se sugerir que um movimento que glorifica a violência tem mais facilidade para emergir e se expandir em uma sociedade onde a

---

<sup>10</sup> “Uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino” (Coutinho, 2011, p. 315).

violência extrema já é uma prática recorrente. Considerando, portanto, que a trajetória e traços sociais da sociedade facilitam o caminho para esse tipo de instauração. Sendo a partir desse modelo de regime político que a classe dominante tende a produzir ideologias fincadas na:

Doutrina de ‘segurança e desenvolvimento’, que funda a suspeita de que a sociedade civil é incompetente, amorfa, infiltrada, potencialmente perigosa, sujeita à ‘subversão e corrupção’. Essa já é uma imagem fascista da sociedade e do cidadão, com base na qual os governantes procuram justificar a necessidade do Estado forte, abrangente, ativo, repressivo, que oprime o trabalhador, o operário e o camponês, segundo os interesses do grande capital financeiro e monopolista. Ao mesmo tempo, os governantes põem em prática todas as políticas que convêm ao grande capital, à alta finança, ao imperialismo, à grande burguesia financeira e monopolista (Ianni, 2019, p. 295).

Essas doutrinas que apresentam por meio do fascismo uma alternativa aos partidos tradicionais, acolhendo todos os candidatos e, ao prometer impunidade, permitiu que uma massa desorganizada encobrisse o descontrole de suas paixões, ódios e desejos com uma camada superficial de idealismo político vago e confuso. Dessa forma, o fascismo se tornou uma expressão dos costumes da sociedade, alinhando-se com a mentalidade bárbara e antissocial de certos segmentos da população (Gramsci, 2004).

Com isso, ainda na análise gramsciana, podemos entender o surgimento do fascismo na Itália de forma mais ampla, não sendo vista apenas como uma consequência da crise do pós-guerra. De acordo com Gramsci (2004), a violência fascista encontrou um terreno fértil nos costumes da sociedade italiana, especialmente entre as populações rurais, que foram educadas de forma rudimentar, e entre a burguesia agrária, acostumada a tratar os trabalhadores com extrema dureza. Ele também observa que, na Itália, a crise das camadas médias teve efeitos mais profundos e radicais do que em outros países, o que contribuiu para o surgimento do fascismo. É por isso que ele aponta que a principal particularidade do fascismo foi ser um movimento reacionário com apoio popular, atraindo não apenas a pequena burguesia, mas também segmentos da classe trabalhadora.

Em suma, a análise de Gramsci sobre o fascismo complementa essa perspectiva ao destacar sua relação com as crises orgânicas do capitalismo. Segundo Gramsci (2004), o fascismo deve ser compreendido dentro do contexto de uma fase histórica de transição marcada pela crise da hegemonia burguesa. Para ele, a ascensão do fascismo decorre de uma crise estrutural que gera fenômenos "morbosos", impulsionados pelo nacionalismo e pela desintegração das antigas formas de dominação política. Essa crise se aprofunda à medida que

setores da pequena burguesia e do proletariado são cooptados pelo discurso fascista, que promete uma solução radical para os conflitos sociais.

Além disso, Gramsci observa que o fascismo opera por meio da absorção das mudanças estruturais pelo Estado. Esse processo é marcado pela tentativa do fascismo de criar uma nova forma de hegemonia, baseada na repressão e na cooptação das lideranças operárias. Ao mesmo tempo, o fascismo procura consolidar um regime autoritário que militariza o conflito de classes, neutralizando a capacidade organizativa dos trabalhadores.

Portanto, tanto Togliatti, Poulantzas quanto Gramsci evidenciam que o fascismo não é apenas um regime político repressivo, mas uma estratégia sofisticada da burguesia para lidar com crises estruturais do capitalismo. Dessa forma, enquanto Togliatti enfatiza a organização das massas pelo fascismo, Poulantzas contribui ao demonstrar como o fascismo reorganiza as relações de classe dentro do próprio bloco no poder, centralizando o poder na fração monopolista da burguesia e suprimindo qualquer oposição, inclusive dentro da própria classe dominante, o definindo como um dos regimes políticos que a forma de Estado capitalista de exceção pode assumir. E Gramsci o interpreta como parte da crise orgânica do capitalismo. Mesmo com essas particularidades de interpretações, tais autores convergem ao considerar que o fascismo é uma ditadura cujo regime político é um regime reacionário de massa.

Ao analisar a base social do fascismo, é fundamental reconhecer que não se trata de um grupo amorfo de composição aleatória. Pelo contrário, no fascismo original, essa base era predominantemente pequeno-burguesa (Boito Junior, 2021), enquanto, no neofascismo brasileiro, observa-se uma forte presença da classe média, como será discutido adiante.

Compreendendo que no período histórico de ascensão do fascismo, setores da esquerda vivenciavam também uma fragilidade em mobilizar a classe trabalhadora e propor uma alternativa, o que abriu espaço para o fascismo ser visto como uma aparente solução para os de baixo. Vale lembrar que o fascismo atraiu tanto o empresariado quanto setores da classe trabalhadora, tomados pelo medo e pelo desespero. Assim, o fascismo reorganizou as forças da burguesia em crise, permitindo um novo ciclo de acumulação de capital sob o controle do Estado, ao mesmo tempo em que canalizou o medo popular para o ódio e a perseguição a opositores e minorias étnicas, evitando uma possível revolta anticapitalista (Poggi, 2019). Tendo sua formação de movimento de massa concentrado principalmente na pequena-burguesia, não obstante sendo cooptado para servir aos interesses do grande capital, com influências sobre os empregados e as ramificações da classe operária e trabalhadores agrícolas. Nascido das entranhas do liberalismo, o fascismo ganha força como resposta à crise do capitalismo entre as guerras: uma crise também política e orgânica.

Conforme já sinalizado ao longo desse estudo, compreendemos que o fascismo se distingue por ser uma forma autoritária de organização do capital, com um viés eliminacionista que visa erradicar opositores políticos e minorias. Surgido da crise do capitalismo na Europa, ele prospera em ambientes de desesperança e se alimenta do medo, respondendo com violência e ódio a grupos responsabilizados pela crise social. O fascismo revive preconceitos históricos, aprofundando divisões na sociedade (Poggi, 2019).

Diante disso, as experiências fascistas ao longo da história demonstram que os movimentos reacionários de tal natureza só conseguiram chegar ao poder em momentos de crise profunda. Na Itália dos anos 1920, a frustração com os resultados da Primeira Guerra Mundial e o medo das elites diante do crescimento dos socialistas e das revoltas operárias criaram um cenário propício para a ascensão do fascismo. Inicialmente pouco expressivo, o movimento de Mussolini ganhou força ao mobilizar ex-combatentes para atacar violentamente os socialistas, conquistando gradualmente o apoio das classes dominantes. Os liberais, por sua vez, acreditavam poder instrumentalizar o fascismo contra a esquerda, permitindo sua entrada no Parlamento em 1921. No entanto, a verdadeira força do fascismo estava na violência e na mobilização de massas, o que facilitou sua ascensão ao poder após o rompimento das elites com os partidos tradicionais. Esse processo se consolidou com o assassinato do deputado socialista Giacomo Matteotti, que, ao invés de enfraquecer Mussolini, acabou acelerando a instauração da ditadura (Melo, 2020).

De maneira semelhante, a crise econômica e social causada pela Grande Depressão de 1929 desestabilizou a República de Weimar, abrindo caminho para a ascensão do nazismo na Alemanha. As elites alemãs, buscando uma solução fora dos partidos republicanos, favoreceram a chegada de Hitler ao poder. Na Espanha, foi o rompimento das elites com a República que levou ao apoio ao golpe de Franco, sustentado por Hitler e Mussolini (Melo, 2020).

Após essa contextualização envolvendo compreensões sobre o fascismo histórico, podemos considerar, em resumo, que assim como a democracia burguesa e as ditaduras-militares, o fascismo é uma forma de Estado, podendo se configurar como uma ditadura e representando uma tendência da extrema-direita. Mas também, em sua forma política, é o movimento e a ideologia que estabelecem e legitimam esse regime, e principalmente, é força social e política que produz determinações concretas na luta de classes (Mara, 2021). Estas determinações que se utilizam do medo da proletarianização como combustível para o avanço do movimento fascista. Na verdade, o fascismo intensifica esses medos, promovendo um ambiente de tensão constante e conflito entre "superiores" e "inferiores". Semelhante as características

conservadoras, o projeto fascista é essencialmente hierárquico, acreditando que as desigualdades sociais, raciais e econômicas são inerentes à natureza humana.

Assim, não há como negar que no fascismo todos esses fatores desempenham um papel significativo na diminuição não apenas do senso de solidariedade de classe, mas também do respeito por minorias e grupos desfavorecidos. Por essa razão, qualquer esforço para reduzir as desigualdades é veementemente rejeitado. Isso porque essas desigualdades constituem uma questão central, levando-nos a refletir sobre o fato de serem uma das principais fontes sobre as quais o ódio e a intolerância no mundo contemporâneo se baseiam.

Desse modo, o fascismo é “em geral, um movimento reacionário de massa enraizado em classes intermediárias das formações sociais capitalistas” (Boito Junior, 2021, p. 5). Sendo traduzido, na sociedade capitalista, “a capacidade de uma classe ser, ao mesmo tempo, dominante e dirigente” (Pereira, 2016, p. 198), revelando a necessidade de mudanças não apenas no âmbito da estrutura política ou econômica, como também, segundo Gramsci (2007), no nível da moral, do conhecimento, da filosofia para alcançarmos uma nova perspectiva hegemônica.

Outro ponto fundamental no estudo sobre o fascismo histórico é compreender que ele não pode ser observado isoladamente das grandes lutas sociais e revolucionárias que marcaram o início do século XX, em especial a Revolução Russa de 1917. Esse evento, liderado pelos bolcheviques sob a direção de Lenin e Trotsky, representou uma inflexão histórica no movimento operário internacional, ao demonstrar a possibilidade concreta de derrubada do capitalismo e de construção de uma nova ordem socialista. A partir dessa experiência, as classes dominantes da Europa passaram a ver na insurreição proletária uma ameaça real e iminente à manutenção de seus privilégios. Conforme analisa Clara Zetkin (2019), o fascismo nasce como reação direta ao avanço do movimento operário revolucionário, sendo expressão extrema da ofensiva burguesa para impedir a expansão das ideias socialistas e a organização autônoma da classe trabalhadora.

Leon Trotsky (2018), ao analisar a ascensão do nazifascismo, observa que o fascismo emerge como resposta desesperada da burguesia frente à crise de hegemonia e à radicalização das massas operárias. Nesse sentido, o fascismo não é apenas um regime autoritário ou repressivo, mas uma forma específica de ditadura do capital monopolista, construída sobre o esmagamento físico e político das organizações proletárias. A mobilização da pequena burguesia, em aliança com os setores mais reacionários do capital financeiro, constitui um elemento-chave dessa estratégia de contra-revolução preventiva. Como aponta o autor, o fascismo busca eliminar todos os espaços de disputa política conquistados pela classe

trabalhadora no interior das democracias liberais, instaurando um regime de terror contra sindicatos, partidos de esquerda e movimentos populares.

Gramsci (1999), por sua vez, compreende o fascismo como resultado de uma “crise orgânica” do capitalismo, em que a incapacidade das classes dominantes de manter sua hegemonia de forma consensual abre espaço para formas autoritárias de dominação. Essa crise se aprofunda no contexto do entreguerras, quando as greves gerais, ocupações de fábricas e outras formas de insurreição operária colocavam em xeque o poder burguês na Europa. A ausência de uma direção revolucionária capaz de conduzir essas lutas à ruptura sistêmica permitiu que setores da burguesia recorressem ao fascismo como mecanismo de recomposição do poder, utilizando o medo do “perigo vermelho” como justificativa para a repressão.

Ainda nessa discussão sobre o papel das lutas da classe trabalhadora, Palmiro Togliatti (1978) destaca que o fascismo histórico não deve ser visto como uma aberração, mas como uma forma particular de dominação burguesa diante de uma crise profunda, cuja construção se deu por meio da mobilização contrarrevolucionária. Para ele, o fascismo italiano surgiu como reação direta ao protagonismo crescente da classe trabalhadora, que, inspirada pela Revolução Russa, intensificava greves, ocupações de fábricas e organizava conselhos operários (os soviets) na Itália. Essa ofensiva das massas trabalhadoras representava uma ameaça real à ordem burguesa, o que levou a classe dominante a incentivar e estruturar um movimento de massas reacionário — o fascismo — que, ao canalizar o descontentamento social, desmantelou as instituições democráticas e reprimiu violentamente a luta de classes.

Portanto, o fascismo histórico não pode ser separado das lutas da classe operária, pois nasce diretamente da necessidade da burguesia de impedir o avanço do socialismo e restaurar sua dominação em um contexto de crise estrutural. Ao invés de apenas sufocar as revoluções em curso, ele se propõe a reordenar a sociedade sob bases autoritárias, nacionalistas e corporativistas, liquidando os mecanismos de organização e consciência da classe trabalhadora. Nesse ponto, fica evidente que o fascismo é, sobretudo, uma forma político-ideológica de combate à emancipação humana, e sua análise deve necessariamente considerar o papel histórico do movimento operário na luta de classes.

Conforme os apontamentos sobre o fascismo histórico, cabe algumas reflexões prévias sobre o que há de novo no velho e velho no novo, isso porque ao analisar os movimentos do reacionarismo burguês entre 2013 e 2018, é impossível não perceber a continuidade de certos padrões históricos. O neofascismo contemporâneo, embora atualizado para as novas dinâmicas sociais e tecnológicas, conforme veremos em seguida, mantém em sua essência elementos que remontam ao fascismo histórico. O que há de velho no novo é justamente a permanência das

formas de dominação, da instrumentalização do medo e da violência simbólica e material contra os setores populares. A burguesia, em suas crises de hegemonia, recorre a estratégias já testadas para conter a organização das classes subalternas, promovendo reações autoritárias sob novas roupagens.

Ao mesmo tempo, há algo de novo no velho. O reacionarismo burguês atual se reorganiza dentro do neoliberalismo tardio e da era digital, utilizando as redes sociais e a cultura do espetáculo para construir consensos reacionários. Se no século XX o fascismo precisava das grandes mobilizações de rua e de um aparato estatal altamente centralizado para se consolidar, hoje a guerra ideológica se dá em grande parte no campo da informação e da formação de subjetividades. A ascensão de líderes populistas autoritários e a difusão de teorias conspiratórias apontam para uma reatualização das técnicas de manipulação de massas.

O desafio teórico e político, portanto, está em compreender como essas continuidades e rupturas operam na luta de classes contemporânea. Se por um lado a história ensina que momentos de crise do capitalismo frequentemente abrem espaço para reações violentas da burguesia, por outro, o desenvolvimento das forças produtivas e a própria experiência histórica dos trabalhadores também permitem novas formas de resistência. A chave está em identificar as brechas no sistema, os pontos de inflexão onde o "novo" pode emergir não como uma repetição do passado, mas como a possibilidade de um futuro diferente. Tendo isso em vista, no próximo tópico trataremos as características do neofascismo e sua relação com a crise conjuntural do capitalismo. Ao analisarmos essa relação, é possível identificar os perigos e desafios impostos a qualquer movimento progressista que busque transformar as bases da sociedade e enfrentar as dinâmicas de exploração que sustentam o sistema atual.

## 2.2 Neofascismo como tendência emergente do capitalismo em crise

Como se pode observar, o fascismo mantém uma relação intrínseca com contextos de crise, nos quais se desestabilizam as estruturas políticas, sociais e econômicas vigentes. É justamente nesse cenário de desordem e insegurança que os movimentos fascistas encontram terreno fértil para se desenvolver. Fora dessas circunstâncias de colapso ou ameaça à hegemonia da ordem burguesa, dificilmente tais movimentos teriam logrado êxito ou encontrado ampla adesão social. A crise, portanto, não apenas favorece o surgimento do fascismo, como constitui condição essencial para sua consolidação enquanto alternativa reacionária ao avanço das lutas populares e da organização da classe trabalhadora.

Clara Mattei (2023, p. 422) ressalta que o cenário de crise é caminho para instauração fascista, pontuando que a crise econômica estava relacionada com a perda do papel político da classe trabalhadora, referindo que:

De acordo com os próprios fundamentos da austeridade no quadro teórico keynesiano os trabalhadores perdem a primazia a reprodução do capitalismo (o trabalho deles não é mais a fonte de valor). Essa perda de capacidade de ação econômica acarreta uma perda de autoridade política.

Desse modo, Mattei aponta que no contexto das políticas de austeridade, observa-se um deslocamento das dinâmicas econômicas que afetam diretamente o papel dos trabalhadores na reprodução do capitalismo. Embora, no quadro teórico keynesiano, o consumo e o emprego sejam considerados centrais para a sustentação da economia, as políticas de austeridade tendem a reduzir a participação do trabalho na dinâmica econômica, priorizando o equilíbrio fiscal e o capital financeiro. Essa transformação pode levar à perda da centralidade do trabalho na produção de valor, especialmente em um contexto de financeirização da economia, onde o capital financeiro ganha preponderância sobre a produção material.

A perda de centralidade no trabalho ocorre no capitalismo financeirizado, quando as estratégias de acumulação passam a depender cada vez menos da produção de valor a partir da exploração direta da força de trabalho, e cada vez mais da valorização fictícia de ativos financeiros e do controle coercitivo sobre os corpos e territórios. No bojo das políticas de austeridade, o trabalho deixa de ser concebido como eixo estruturante da economia, sendo tratado apenas como variável de ajuste fiscal — via cortes de direitos, arrocho salarial, flexibilização das relações laborais e destruição de garantias previdenciárias.

Se, no modelo clássico da economia industrial, o trabalho era visto como a principal

fonte de valor, na economia financeirizada, os lucros são cada vez mais gerados por meio de especulação, juros e instrumentos financeiros que prescindem diretamente do trabalho produtivo. Isso não significa que o trabalho deixe de ser fundamental, mas que sua posição dentro da lógica do capital é alterada. Esse deslocamento econômico também tem repercussões políticas, pois a diminuição do poder econômico dos trabalhadores pode enfraquecer sua capacidade de organização e reivindicação, impactando sua autoridade política e abrindo espaço para formas de dominação mais autoritárias ou excludentes.

Diante disso, é cabível pontuarmos o papel da austeridade fiscal que de fato

Corporificou a intervenção ativa do Estado para reforçar a acumulação de capital por meio de privatizações, planos de resgate financeiro de complexos financeiro-industriais, deflação monetária e, principalmente, controle coercitivo do trabalho. Em linhas gerais, a inclinação nacionalista da austeridade fascista emerge do sacrifício da maioria pela minoria (Mattei, 2023, p. 425).

Nesse sentido, a política de austeridade não apenas reforça a lógica da financeirização e da submissão aos interesses do capital internacional, como também se alinha estruturalmente às diretrizes do neofascismo. Ao converter a ação estatal em promotora da acumulação privada, a austeridade transforma o orçamento público em instrumento de disciplinamento social e de contenção das lutas coletivas. O que se observa é a consolidação de uma governamentalidade autoritária, que sacrifica a maioria da população em nome da estabilidade fiscal e da suposta retomada econômica, enquanto preserva e amplia os privilégios das elites econômicas.

A “inclinação nacionalista” apontada por Mattei (2023) se materializa, no discurso de “soberania” e “ordem” que, ao mesmo tempo em que clama por segurança e moralidade, viabiliza o desmonte de políticas públicas essenciais, a supressão de direitos sociais e a criminalização da pobreza. Trata-se de uma estratégia que, sob o véu do rigor fiscal e da responsabilidade econômica, sustenta a “necropolítica” como racionalidade de governo, agravando ainda mais as desigualdades estruturais e convertendo o sofrimento das majorias em condição funcional à reprodução do capital.

Dessa forma, a crise e a política de austeridade fiscal podem ser compreendidas como instrumentos fundamentais para a manutenção do domínio das elites e a contenção de forças populares. Embora a autora em questão concentre sua análise no período posterior à Primeira Guerra Mundial, é evidente que, ainda hoje, a austeridade permanece como um mecanismo eficaz de controle social, ela restringe os espaços democráticos, aprofunda as desigualdades e contribui para a disseminação de ideologias de cunho fascista.

Nesse sentido, observa-se, na atualidade, um processo análogo diante de uma nova crise do capital, que apresenta traços característicos de uma crise orgânica (Poggi, 2019). Como ressalta Canettieri (2021, não paginado), o fascismo não deve ser interpretado como um “mero desastre histórico, um acidente de percurso: ele é, na afirmação enfática de Horkheimer, a verdade da sociedade moderna”. Isso implica reconhecer que tanto a austeridade quanto a crise estrutural do capital são peças centrais na engrenagem de um sistema que não apenas perpetua, mas acentua as desigualdades sociais — e, com isso, prepara o terreno ideológico e político para o avanço de regimes autoritários e neofascistas. Por isso, podemos descrever a crise e a austeridade fiscal como mecanismos fundamentais

Diante disso, como aponta Mattos (2019, p. 23), o fato de “não perceber ou menosprezar a determinação fascista de aniquilamento das organizações da classe trabalhadora foi um dos principais erros dos partidos proletários, reformistas e revolucionários – que tiveram, assim, seu grau de responsabilidade pela ascensão fascista” (2019, p. 23). Dito isso, o estudo sobre o neofascismo se torna essencial para compreendermos a responsabilidade da classe trabalhadora em seu enfretamento. Nesse tópico, traremos elementos para caracterizar o neofascismo e a conjuntura que ele tem emergido.

Isto posto, sabendo que o fascismo retorna aos dias atuais como uma questão ainda em aberto, cujo sua definição não é consensual dentro ou fora da tradição marxista (Mara, 2021), é preciso lançar reflexões sobre as determinações sócio-históricas que configuram o fascismo como materialização do reacionarismo burguês e persistem, mesmo que de maneira transformada, em nosso tempo histórico. Nos remetemos, agora, a um contexto marcado pelo aprofundamento do neoliberalismo e de uma dura agenda de austeridade contra os trabalhadores; pela reconfiguração das relações de trabalho, adensando as formas mais precárias de sua existência; por um contexto de crise, que ainda precisa ser analisado em suas diversas dimensões para qualificá-la enquanto crise orgânica; pelo avanço mundial do movimento reacionário e arrefecimento das lutas comprometidas com os de baixo.

Portanto, pensar o fascismo no presente implica refletir sobre as condições sociais atuais, as forças políticas e as perspectivas sociais em ação dentro de uma estrutura específica do capital, que é mundializado e financeirizado, em um contexto particular de crise. Isso porque, observa-se que essa disfuncionalidade do capitalismo avançado, tem sido cada vez mais consumido por uma espécie de doença autoimune, que faz do neofascismo um de seus principais sintomas (Botelho 2018). Vemos na primeira década do século XXI:

Um aparente paradoxo: o surgimento de segmentos de direita que cultivam

uma política de ódio contra as (mal) chamadas minorias e, simultaneamente, empenham-se em mimetizar as formas de protesto e indignação historicamente identificadas com forças de esquerda. Exemplos desse mimetismo ficaram evidentes nos atos de rua, promovidos por negacionistas, que, durante a pandemia da Covid-19, denunciaram como arbitrárias e tirânicas as exigências da vacinação e as restrições sanitárias de mobilidade de combate ao contágio, bradando por Liberdade e exibindo cartazes com bordões usados em passeatas feministas como Meu corpo, minhas regras (Rodrigues, 2023, p. 43).

De modo inicial, é possível entender que tanto o fascismo histórico como o neofascismo são movimentos das classes intermediárias, que chegam ao poder após serem cooptadas pela burguesia, com justificativas de atravessar crise política por meio da implementação de um governo antidemocrático, antioperário e antipopular. A implantação desses governos desencadeia inúmeras medidas contra os direitos democráticos e crescimento da censura, de ameaças, de prisões arbitrárias e ações moralizantes (Caldeira Neto, 2020). Isso porque “o neofascismo não possui um corpus ideológico original e homogêneo, mas apresenta um discurso que costura formas ideológicas conservadoras variadas” (Mattos, 2022, p. 31). No que tange a particularidade dos países na América Latina, o fascismo tem sido:

Mais uma exacerbação do uso autoritário e totalitário da luta de classes, da opressão social e da repressão política pelo Estado, do que doutrinação de massa e movimentos de massa. Ele é substancialmente contrarrevolucionário e emprega a guerra civil (potencial ou real; e ‘a quente’ ou ‘a frio’) em dois níveis diferentes (e por vezes concomitantes): 1º) contra a democratização como um processo social de mudança estrutural (por exemplo, quando ela ameaça a superconcentração da riqueza, do prestígio e do poder); ou seja, ele se ergue de modo consciente, contra a ‘revolução dentro da ordem’; 2º) contra todos os movimentos socialistas, qualificados como revolucionários – portanto, ele também procura barrar à ‘revolução contra a ordem existente’ (a qual foi, aliás, a função histórica do fascismo na Alemanha e na Itália). Alguns observadores encaram essa forma de ‘subfascismo’ ou de ‘pré-fascismo’ como uma herança colonial (Fernandes, 2020, não paginado).

Com base nessa perspectiva, entendemos que o fascismo do século XXI, embora não seja uma mera reatualização do fascismo histórico, dialoga com tendências herdeiras das experiências anteriores do fascismo. Isto porque, assim como o fascismo histórico, o neofascismo tem se apresentando como um movimento reacionário que encontra apoio principalmente na classe dominante, na pequena burguesia e nos proprietários de terra, e acaba sendo apropriado pelo capital financeiro internacional. O neofascismo também se apoia em uma crítica conservadora à corrupção e à política democrática, sendo ferozmente contrário ao movimento democrático e popular, e com política anticivilizatória. Contudo, embora a agenda

do grande capital em 2019 não seja idêntica àquela promovida pelos regimes fascistas dos anos 1920 e 1930, o objetivo da intervenção estatal na economia continua alinhado com a natureza do capitalismo: encontrar soluções para a crise de acumulação capitalista. Isso posto, conforme Mattos (2022, p.31):

Prefixo “neo” serve apenas para acentuar que não se trata de uma simples repetição mecânica do fascismo histórico, sendo necessário entender tanto as especificidades do contexto em que emerge, como também as diferenças do fascismo do século XXI. Afinal, como no caso do fascismo histórico, estamos diante de uma extrema-direita que não se apresenta apenas na arena parlamentar/institucional, mas assenta-se em mobilizações de massas, com base social variada, mas tendo por núcleo estruturador a pequena burguesia e as frações assalariadas médias e superiores.

O neofascismo, ao contrário de uma simples repetição do fenômeno histórico, se caracteriza por se adaptar às novas realidades sociais e políticas do século XXI. Essa adaptação é visível no fato de que, enquanto no fascismo tradicional a base social estava essencialmente ligada à pequena burguesia, hoje observamos uma aliança ampliada, que envolve também frações assalariadas médias e superiores. Essa base mais ampla reflete um cenário em que a mobilização de massas se torna crucial para o fortalecimento do projeto reacionário, distanciando-se da atuação exclusivamente parlamentar ou institucional, se manifestando na crescente presença de segmentos da classe média, que, diante das crises econômicas e políticas, buscam soluções autoritárias para garantir a preservação das suas condições de privilégio. Esse fenômeno aponta para um tipo de reacionarismo capitalista que, embora se apoie nas mesmas estruturas de dominação burguesa, adquire uma nova forma de expressão e organização, um apelo direto às massas e uma articulação estratégica com as camadas médias da sociedade. Desse modo,

O neofascismo não é a repetição do fascismo dos anos 1930: é um fenômeno novo, com características do século 21. Por exemplo, não assume a forma de uma ditadura policial, mas respeita algumas formas democráticas: eleições, pluralismo partidário, liberdade de imprensa, existência de um Parlamento, etc. Naturalmente, trata, na medida do possível, de limitar ao máximo estas liberdades democráticas, com medidas autoritárias e repressivas. Tampouco se apoia em tropas de choque armadas, como eram as SA alemãs ou o Fascio italiano. Certo, se mobilizaram para apoiar Donald Trump vários grupos paramilitares de caráter neofascista, mas nunca chegaram a tomar um caráter de massas. O mesmo vale para os grupos de milicianos que gravitam em torno de Bolsonaro e seus filhos (Löwy, 2021, não paginado)

Sendo o neofascismo, portanto, “uma combinação, aparentemente inusitada, de dirigismo estatal repressivo e desintegração dos mecanismos estatais de proteção como tentativa de administrar a crise estrutural do capitalismo” (Botelho, 2018, não paginado), utilizada para a manutenção da economia e da ordem capitalista.

É dentro desse contexto capitalista que, desde a década de 1970<sup>11</sup>, observamos a ascensão da extrema direita, marcada por governos reacionários, autoritários e/ou "neofascistas". A exemplo do ocorrido no Brasil, a "reinvenção" das direitas deve ser entendida em sua materialidade histórica, ou seja, como um processo que foi sendo moldado de acordo com conflitos locais e específicos, mas sempre em conexão com as determinações internacionais do capital. Exemplos dessa tendência podem ser observados em diversos países, que colocaram nos últimos anos, como seus representantes pessoas como Trump (EUA), Modi (Índia), Orbán (Hungria), Erdogan (Turquia), ISIS (o Estado Islâmico), Duterte (Filipinas), Bolsonaro (Brasil) e recentemente, Javier Milei (Argentina). Além disso, muitos outros países apresentam governos que se alinham a essa tendência, mesmo que de forma menos explícita, como na Rússia (Putin), Israel (Netanyahu), Japão (Shinzo Abe), Áustria, Polônia, Birmânia e Colômbia (Löwy, 2019b).

Entre os principais temas que conferem legitimidade às extremas direitas ao redor do mundo, incluindo no Brasil, destacam-se dois grandes eixos de agitação sociocultural reacionária. O primeiro é a ideologia repressiva, que abrange o culto à violência policial, o apoio à reintrodução da pena de morte, o proibicionismo e a proposta de armar a população para “defesa contra a criminalidade”. E o segundo, a intolerância em relação às minorias sexuais, especialmente os homossexuais. Esses temas encontram ressonância particularmente em setores religiosos reacionários e fundamentalistas, tanto católico (como o Opus Dei e Civitas) quanto, principalmente, evangélicos neopentecostais. Essa propagação mundial, que utiliza como meio de propagação o processo de globalização capitalista:

Que é também um processo de brutal homogeneização cultural – produz e reproduz, em escala mundial, formas de “pânico identitário” (o termo é do

---

<sup>11</sup> Segundo recente publicação intitulada *A onda neoconservadora no cenário Ocidental: revisão histórica, social e política* (2024), Mascarello, Rebelatto, Dal Bosco afirmam que na América Latina, o fascismo foi fortemente influenciado pelos Estados Unidos, tanto em aspectos políticos e sociais quanto culturais. Esse movimento ganhou força com a ascensão das igrejas evangélicas e da renovação carismática a partir do final dos anos 1970, dentro do contexto da Guerra Fria (1945-1989). Essas igrejas competiram com os movimentos sociais emergentes na região, que defendiam ideias progressistas como a Teologia da Libertação, desenvolvida na década de 1960 dentro da Igreja Católica progressista em países como El Salvador, México, Equador, Peru, Brasil e Uruguai. Com o apoio da administração Reagan, essas correntes cristãs promoveram a agenda norte-americana e buscaram desencorajar a participação em movimentos sociais, como explica Celso Carvalho (2023).

crítico marxista francês Daniel Bensaid), alimentando manifestações nacionalistas e/ou religiosas intolerantes e favorecendo conflitos étnicos ou confessionais. Quanto mais a nação perde seu poder econômico devido a globalização, tanto mais se proclama a imensa glória da Nação “Acima de Tudo” (Löwy, 2019b, não paginado).

Ao nosso ver, seria um equívoco confundir essa nova direita com o fascismo tradicional. No entanto, acreditamos que movimentos como o bolsonarismo, o Le Pen na França<sup>12</sup>, Vox na Espanha<sup>13</sup>, Irmandade Italiana (Fratelli d'Italia) na Itália<sup>14</sup>, Lei e Justiça na Polônia<sup>15</sup>, Alternativa para a Alemanha na Alemanha<sup>16</sup>, Partido da Liberdade da Áustria na Áustria<sup>17</sup>, Movimento de Resistência Nórdica na Escandinávia<sup>18</sup>, entre outros, apresentam, sim, características fascistas. Porém, apesar das semelhanças, as tendências autocráticas do século XXI possuem traços qualitativamente distintos. Isso porque, a extrema-direita também se reinventa, adaptando-se para enfrentar as novas formas de resistência que surgem em resposta ao seu projeto.

É nesse contexto que emerge o chamado neofascismo — uma versão do fascismo que se recicla, assumindo novas formas e estratégias. Afinal, seria inviável reaparecer com a mesma estética e discurso do século XX, uma vez que a realidade histórica contemporânea é profundamente diferente. A crise econômica atual, longe de ser menos grave, é ainda mais profunda e persistente, ampliando a ameaça autocrática de maneira global. O que testemunhamos hoje não é um conjunto isolado de regimes reacionários, por mais influentes que sejam, mas um fenômeno mais abrangente, sistêmico e integrado. O neofascismo do século XXI não é restrito à Europa; pelo contrário, manifesta-se como um movimento global em plena expansão, impulsionado por uma crise econômica estrutural e contínua.

Considerando as características que o neofascismo tem assumido, Tatiana Poggi (2019) nos orienta a considerar que elas estão intimamente ligadas à crise e à ascensão do neoliberalismo como paradigma global de reprodução do capital, e por isso não podem ser vistas como uma simples retomada de movimentos do passado. O neofascismo interage com essas realidades, incluindo o colapso dos projetos desenvolvimentistas, as críticas a um Estado

---

<sup>12</sup> Liderado por Marine Le Pen e atualmente por Jordan Bardella, mantém um discurso nacionalista, anti-imigração e eurocético.

<sup>13</sup> Partido ultraconservador que defende um Estado centralizado, militarismo, oposição ao feminismo e à imigração.

<sup>14</sup> Liderado por Giorgia Meloni, tem raízes no período pós fascismo italiano e mantém um discurso nacionalista e anti-imigração.

<sup>15</sup> Partido ultraconservador que promove uma agenda nacionalista, autoritária e contra direitos civis de minorias.

<sup>16</sup> Partido de extrema-direita com tendências neofascistas, anti-imigração e negacionista em relação à memória do nazismo.

<sup>17</sup> Tem origem em movimentos neofascistas e mantém um discurso ultranacionalista e xenófobo.

<sup>18</sup> Grupo neonazista ativo na Suécia, Finlândia e Noruega, com inclinação para a violência política.

"inchado", o impacto social das políticas de austeridade<sup>19</sup>, a perda de direitos, a flexibilização e precarização do trabalho, e o conseqüente empobrecimento da classe trabalhadora. Com esse cenário, o fascismo se apresenta como uma alternativa, oferecendo uma solução salvacionista e imediatista para os efeitos da crise. No entanto, em termos práticos dessa política econômica, o que se observa é a continuidade e o aprofundamento da agenda neoliberal, agora imposta pela força, de cima para baixo, com toda a violência característica do fascismo.

Dessa forma, entendemos o neofascismo como uma tendência emergente do capitalismo em crise, tornando-se indispensável considerar esse contexto. Sua compreensão deve partir das transformações estruturais do neoliberalismo e do agravamento das crises nas últimas décadas. De acordo com Boito Júnior (2019, 2021) e Marcelo Badaró Mattos (2019, 2022), o neofascismo não surge de forma espontânea, mas como uma resposta das frações mais reacionárias da burguesia diante da crise conjuntural do capitalismo global. Esse processo se acelera em momentos de instabilidade econômica, agravamento das desigualdades e enfraquecimento das instituições democráticas, criando o terreno fértil para discursos autoritários, xenófobos e anticomunistas.

Assim como o fascismo, o neofascismo precisou de uma crise para impor sua instauração, crise essa que sua primeira correlação diz respeito à crise econômica. Se, para nós, a principal referência de mal-estar econômico é a crise de 2007-2008, deflagrada com o estouro da bolha imobiliária norte-americana, as análises sobre experiências autoritárias do século XX tomam como referência a crise que alcança seu ápice na Grande Depressão de 1929.

A Grande Depressão conduz, do ponto de vista político e ideológico, a uma situação paradoxal: aquilo que muitas vezes chamamos de neoliberalismo selvagem. Fortalecendo em todo o mundo as políticas de austeridade, a redução de programas sociais e o arrocho salarial. Além disso, fomenta soluções, muitas delas baseadas na violência e, como o ódio, a intolerância, a xenofobia e o racismo. Essas manifestações encontram terreno fértil em

---

<sup>19</sup> Segundo Clara Mattei (2023), as políticas de austeridade abriram um caminho para o fascismo. Essas políticas surgem como uma estratégia das elites econômicas para enfraquecer a influência da classe trabalhadora e redistribuir a riqueza em favor da classe dominante após a Primeira Guerra Mundial, sendo uma arma crucial na guerra de classes. Segundo a lógica das políticas de austeridade, o crescimento econômico não provinha do trabalho ou dos gastos dos trabalhadores, mas sim da poupança dos capitalistas, que convertiam suas economias em capital através do mercado. Dessa forma, a prosperidade nacional estava ligada à redistribuição da renda dos trabalhadores para os capitalistas. Assim, os capitalistas resistiam às exigências dos aumentos salariais e à redução da jornada de trabalho, além da drástica redução dos gastos públicos em saúde, educação e serviços sociais, já que esses recursos eram vistos como obstáculos à acumulação de capital. Isso impacta os trabalhadores de várias maneiras: primeiro, resulta em condições de trabalho cada vez mais precárias; segundo a política de salários baixos reduz o poder de compra, limitando os recursos disponíveis para satisfazer suas necessidades; e terceiro, leva à diminuição progressiva dos serviços públicos e garantias sociais. Passado um século desde sua origem, os países e governos ao enfrentarem crises, continuam recorrendo às políticas de austeridade para responder ao mercado.

segmentos particularmente suscetíveis à crise. Como aponta Rodrigues e Alves (2024), há uma hipótese de que demanda maior reflexão e aprofundamento é a de que o neofascismo esteja desempenhando, dentro da luta de classes, a função de legitimar um projeto neoliberal extremamente agressivo, frequentemente chamado de ultraneoliberalismo. Em outras palavras, trata-se de um esforço para tornar aceitável a face mais brutal do capitalismo no período pós-crise de 2008, no qual é possível relacionar que:

O crash de 2008, partindo da hipótese de que a crise das hipotecas imobiliárias nos Estados Unidos descortinou uma nova dinâmica na acumulação capitalista, marcada pela amplificação e intensificação da ofensiva do grande capital sobre o mundo do trabalho, as políticas sociais, a preservação ambiental e a cultura (Rodrigues; Alves, 2024, p. 233).

Assim, diante da necessidade de reverter ou conter a queda das taxas de lucro, esse modelo econômico intensifica sua ofensiva ao enfraquecer valores e conquistas históricas da modernidade, que passaram a ser vistos como obstáculos ao avanço do próprio capital. Como resultado, assiste-se a um ataque ainda mais feroz contra os direitos sociais, as condições de trabalho e o meio ambiente, aprofundando a lógica destrutiva do neoliberalismo contemporâneo.

A crise econômica é, ao nosso ver, o elemento de fundo que correlaciona o fascismo clássico com os movimentos neoliberais da atualidade. No entanto, outro fator que salta aos olhos é a crise política. A crise política no neofascismo segue padrões recorrentes dentro do Estado capitalista, desenvolvendo-se no próprio processo político dessa sociedade. Esse processo se caracteriza por uma articulação inédita entre os conflitos internos da classe dominante e a luta das classes populares, ocorrendo dentro das instituições e utilizando mecanismos políticos específicos do próprio capitalismo. Entendemos que esse contexto apresenta aspectos que sinalizam uma crise orgânica em curso, condizente com as elaborações de Gramsci. E, tal como ele tratou, isto não significa que seu desdobramento aponte necessariamente para uma superação do capitalismo, mas pode tender para um retrocesso, parte do movimento reacionário em curso. Por outro lado, também não significa que resulte necessariamente na instauração de um regime propriamente fascista, tal como ocorreu nas experiências do fascismo histórico.

Com esse terreno, líderes como Trump e Bolsonaro se projetaram explorando um discurso de falência da democracia, resultado do esgarçamento das instituições políticas tradicionais — capturadas pelo poder econômico, distanciadas dos anseios populares e afundadas na corrupção e na burocracia. Políticos como Trump e Bolsonaro desdenham das

mediações partidárias, reforçando um discurso antipolítico que alimenta o neofascismo contemporâneo. Esse contexto pode demonstrar que a necessidade atual da burguesia de recomposição das taxas de lucro é tão brutal que os parâmetros “clássicos” do regime democrático não são suficientes para exercer a extrema subordinação e subalternidade de segmentos sociais, a exemplo dos imigrantes. Se atenta contra o regime por dentro dele mesmo, sem ruptura institucional, ou seja, pela própria via institucional e eleitoral tenta-se corroer os pilares do regime democrático. Assim, cada vez mais o neofascismo demonstra ser uma necessidade do grande capital.

Frente a essas crises, Marcelo Badaró Mattos (2021) analisa o neofascismo como um fenômeno que, assim como o fascismo clássico, se apresenta como solução para as contradições internas do capitalismo, surgindo em um contexto de crise, que, desde 2008, tem aprofundado a precarização do trabalho, o desemprego estrutural e o endividamento público. Diante disso, setores da classe trabalhadora e da pequena burguesia, atingidos pelas políticas de austeridade e pelo declínio das suas condições de vida, tornam-se alvos fáceis para a retórica e o programa neofascista, que os convence de que seus inimigos são as minorias sociais, os imigrantes, os movimentos progressistas e a esquerda política.

Boito Júnior (2018) argumenta que o neofascismo está diretamente ligado à crise da globalização e à perda de legitimidade dos partidos tradicionais. Essa perda de legitimidade dos partidos tradicionais que tem se revelado a partir do esgotamento da capacidade dessas organizações de representar de forma eficaz os interesses e as demandas das amplas parcelas da população, sobretudo em um contexto de agravamento das desigualdades sociais, precarização do trabalho e enfraquecimento dos direitos sociais. Com o aprofundamento da crise econômica global e a adoção de políticas neoliberais por partidos de centro-direita e centro-esquerda, muitos desses partidos passaram a ser vistos como cúmplices de um sistema que favorece o capital financeiro em detrimento das maiorias sociais. Esse desgaste gerou um vazio de representação política, alimentando a desilusão com a democracia liberal e criando terreno fértil para que discursos de ruptura, nacionalismo exacerbado e promessas de “renovação” fossem captados por forças neofascistas, que se apresentam como alternativas antiestablishment, ainda que defendam interesses de frações do grande capital.

Nesse cenário, novos movimentos políticos de extrema-direita emergem como representantes de uma burguesia que já não consegue governar com os mecanismos tradicionais da democracia liberal. Esses movimentos não necessariamente tomam a forma de regimes ditatoriais de partido único, como no fascismo histórico, mas atuam por meio da corrosão das instituições democráticas por dentro, utilizando eleições, controle da mídia e

aparelhamento do Estado para implementar medidas autoritárias.

Nesse contexto de reconfiguração das forças políticas e econômicas, é fundamental considerar o papel das transformações tecnológicas recentes, especialmente aquelas associadas à chamada Indústria 4.0. A incorporação massiva de tecnologias como a inteligência artificial, a automação avançada, a internet das coisas e o big data tem reestruturado profundamente os processos produtivos, as relações de trabalho e as dinâmicas sociais. Essas inovações, muitas vezes celebradas sob uma perspectiva tecnodeterminista — que atribui às tecnologias um papel autônomo e inevitável na condução do desenvolvimento social —, são frequentemente apresentadas como soluções neutras ou como vias naturais de progresso. No entanto, essa visão oculta as relações de poder e os interesses de classe que orientam a implementação dessas tecnologias, aprofundando a precarização do trabalho, a concentração de riqueza e o controle social. Assim, a Indústria 4.0 não apenas redefine a economia, mas também contribui para o cenário de insegurança e descontentamento social que alimenta a ascensão de movimentos neofascistas.

Diante disso, o predomínio do capital financeiro tem intensificado crises cíclicas e ampliado as desigualdades sociais. Esse fenômeno favorece a especulação e a concentração de riqueza nas mãos de poucos, em detrimento do investimento na produção e no bem-estar social (Boito Júnior, 2021). Temos também o número agravante de desemprego e a precarização do trabalho, ambos são reflexos das transformações no mercado laboral, impulsionadas pelo avanço da automação e da economia digital em prol do grande capital e das chamadas big techs<sup>20</sup>. Essas mudanças geram empregos mais instáveis, com alta informalidade e perda de direitos trabalhistas, impactando diretamente as condições de vida da classe trabalhadora. Além do aprofundamento das desigualdades, como um dos aspectos mais graves da atual conjuntura. A concentração de renda nas mãos de poucos e o desmonte de políticas sociais têm intensificado a exclusão social, ampliando a pobreza e precarizando as condições de vida da população mais vulnerável.

---

<sup>20</sup> Nesse contexto temos na economia digital e nas big techs, não apenas à concentração de riqueza e à ampliação das desigualdades econômicas, mas também a contribuição direta para o fortalecimento de uma ideologia reacionária, que se manifesta em práticas políticas e sociais cada vez mais distantes dos ideais de igualdade e justiça social. Essas corporações — que incluem gigantes como Google, Facebook, Amazon, Apple e Microsoft — não apenas dominam o setor digital, mas também exercem uma influência crescente sobre a vida cotidiana, as escolhas políticas e as relações de poder nas democracias contemporâneas (Hauser; Michelotti, 2023). As Big Techs, ao apoiarem a ideologia neoliberal, promovem a desregulamentação e privatização de serviços essenciais, favorecendo uma elite empresarial e distantes de princípios democráticos e do bem-estar coletivo. Elas também controlam informações e influenciam a opinião pública por meio de algoritmos, polarizando opiniões e alimentando discursos autoritários e fascistas, o que fragmenta a sociedade e enfraquece a coesão social, impulsionando posturas antidemocráticas e totalitárias.

No que se refere a nossa crise política, podemos pontuar a militarização da vida e a repressão estatal como estratégias frequentes de controle social. O aumento da repressão policial, o fortalecimento do aparato militar e a criminalização dos movimentos sociais demonstram a tentativa de silenciar a resistência e manter a ordem por meio da força. Ainda vivenciamos o fundamentalismo religioso tem se consolidado como uma força política relevante, especialmente no Brasil. O crescimento das igrejas neopentecostais conservadoras tem sido instrumentalizado para sustentar governos autoritários, promovendo pautas antidemocráticas e reforçando valores reacionários na sociedade.

Somando a tudo isso, a erosão das instituições democráticas tem se intensificado, especialmente com o avanço de governos autoritários que atacam a independência do Judiciário, descredibilizam a imprensa e buscam enfraquecer os mecanismos de controle social. Esse processo compromete a estabilidade democrática e favorece a concentração de poder. A crise de representação é outro fenômeno cada vez mais evidente, marcado pela descrença na política tradicional e pela ascensão de líderes populistas. A incapacidade dos partidos políticos tradicionais de responder às demandas populares tem levado ao aumento do abstencionismo eleitoral e à busca por alternativas autoritárias.

Nesse contexto, a crise do capitalismo global, intensificada pela pandemia de COVID-19 e pelos recentes conflitos geopolíticos, contribui para o avanço do neofascismo, ao acentuar a desestruturação do mercado de trabalho, a insegurança social e a polarização política. Em resposta a esse cenário de instabilidade e crise, o neofascismo surge como uma tentativa das elites de reafirmar sua dominação, sendo impulsionado por movimentos como o bolsonarismo no Brasil, que promovem políticas ultraliberais, discurso de ódio e ataques sistemáticos a minorias e opositores políticos. Diante desse quadro, o neofascismo se apresenta como uma resposta regressiva às contradições do capitalismo, promovendo políticas repressivas e ultranacionalistas para garantir a manutenção do sistema de exploração. Assim, o neofascismo, longe de ser um desvio ou um anacronismo, deve ser visto como uma forma de reorganização do poder burguês em tempos de crise estrutural do capitalismo.

E é por isso que, em escala global, o neofascismo pode ser visto como um produto do neoliberalismo, a partir do agravamento da crise capitalista em 2013<sup>21</sup> e o crescimento das insatisfações e demandas, a burguesia liberal, na tentativa de controlar o caos crescente, apoiou

---

<sup>21</sup> Não foi uma crise econômica aguda, como a de 2008, mas refletiu um período de desaceleração econômica que afetou diversas economias, principalmente em países emergentes. Embora a crise de 2008 tenha sido originada no setor financeiro e tenha levado a uma recessão global, a crise de 2013 pode ser vista como uma consequência da recuperação desigual e lenta de diferentes economias após a grande recessão, aliada a tensões estruturais nos mercados globais.

e financiou grupos fascistas, fomentando o ódio e a violência. Desse modo, o agravamento do neoliberalismo e da sua política de austeridade também tem sido fator importante no crescimento do neofascismo e da atual cultura do ódio. Isso porque o individualismo e a lógica da competição, de uma cultura mesquinha, egocêntrica, egoísta e empreendedora<sup>22</sup>, são intensificados, extrapolando o âmbito do trabalho e afetando nossas vidas e sociabilidade de forma mais ampla.

Como resultado dessa construção, há uma crescente indiferença em relação às injustiças e ao sofrimento alheio. A indiferença, a normalização da injustiça e a apatia política são consequências diretas da crescente fragmentação do ser humano. Assim, o neoliberalismo ameaça ainda mais os laços de solidariedade de classe. Esses elementos, embora não sejam completamente novos no contexto do capitalismo, porque estão profundamente enraizados na concepção e na organização do mundo burguês, são reforçados e evidenciados no cenário neofascista (Poggi, 2019).

Servilha (2018) também destaca que, na dimensão da subjetividade humana, outra característica fundamental do fascismo é um desejo de ordem que se manifesta na destruição do outro e, ao mesmo tempo, de maneira quase doentia, um desejo de desordem, de permissão para fazer o que se sabe ser errado. A violência atual é um sintoma desse adoecimento e só tende a aumentar se a sociedade não enfrentar esse momento com a seriedade que ele exige. E é nesse ponto que também se encontra outro elemento subjetivo crucial para o processo de fascistização, um “gatilho” de tanta relevância quanto as condições adversas da crise: a desumanização do outro.

A desumanização do humano está relacionada com a postura reacionária do neofascismo, sendo essa tendência para a autopreservação do capitalismo. Nessa perspectiva, tanto o fascismo quanto sua manifestação atual, atuam como meios de repressões organizadas, como manipulação ideológica e como determinante no papel estatal. Tendo essas abordagens grandes impactos na classe trabalhadora e em seus interesses. As reformas estruturais do Estado frequentemente resultam na perda de direitos sociais, uma tendência do capitalismo. Isso porque, historicamente, várias organizações da classe dominante têm se dedicado a enfraquecer e absorver as lutas sociais para consolidar seu controle. Porém, no âmbito do neofascismo, essas

---

<sup>22</sup> Conforme nos sinaliza Cunha (2020) lógica empreendedora, central no neoliberalismo, promove um individualismo que ignora as desigualdades sociais, priorizando o "sucesso individual" e a competição. Essa mentalidade enfraquece a solidariedade e cria uma sociedade excludente, onde as falhas são vistas como responsabilidade pessoal, não estrutural. Ao fortalecer a ideia de meritocracia, o neoliberalismo disfarça as desigualdades, alimentando o terreno para o crescimento do neofascismo. Esse modelo, ao intensificar as divisões sociais, gera um ambiente de ódio e polarização, favorecendo a ascensão de regimes autoritários.

perdas de direitos se tornam uma agenda política explícita e se manifestam de maneira mais brutal.

Outro elemento importante de apontarmos sobre o neofascismo, é que ele busca se apropriar da rebeldia histórica dos movimentos sociais, reconfigurando essa rebeldia dentro de uma lógica que busca, paradoxalmente, a subordinação dos de baixo às forças dominantes, ao mesmo tempo em que utiliza essa dinâmica de contestação para angariar apoio popular. Assim, o neofascismo não apenas reprime e desumaniza, mas também manipula a insatisfação das classes populares, apresentando-se como uma resposta à crise do capitalismo, buscando se afirmar como a alternativa "radical" que promete restaurar valores e resolver problemas sociais. De fato, o neofascismo consegue se apropriar da rebeldia tradicionalmente associada aos movimentos populares, mas de uma maneira perversa, ao direcioná-la contra supostos inimigos, como as minorias, opositores políticos e movimentos progressistas.

Essa apropriação acontece ao criar um discurso de "antissistema", que se alia a uma retórica de "salvamento" da nação ou da ordem social, muitas vezes explorando sentimento de indignação e frustração gerados pelas crises econômicas, sociais e políticas. Isso resulta em um tipo de rebeldia superficial, que finge ser contra o sistema, mas na prática reforça a ordem capitalista e autoritária. Esse movimento consegue atrair segmentos da classe trabalhadora precarizada e até partes da pequena burguesia insatisfeita, transformando essas camadas sociais em aliados do neofascismo, com a promessa de que, através da violência e da repressão, seus problemas serão resolvidos.

No entanto, esse processo está longe de ser monolítico ou sem contradições. A primeira grande fissura reside no fato de que o neofascismo, embora consiga mobilizar uma base de apoio significativa, também enfrenta uma resistência crescente, principalmente por parte dos movimentos sociais e da classe trabalhadora que, embora precarizada, ainda mantém formas de organização coletiva e consciência política. Além disso, o próprio discurso neofascista contém contradições internas, como a tentativa de unir diferentes segmentos da sociedade sob uma mesma bandeira, enquanto, ao mesmo tempo, promove a exclusão de outros grupos e reforça divisões internas. Isso gera um jogo de tensões e divisões dentro de seu próprio campo de apoio, criando fissuras que podem ser exploradas por aqueles que se opõem a essa ideologia.

Outra contradição fundamental está na relação entre o neofascismo e o próprio sistema capitalista. Embora o neofascismo se proponha como uma alternativa radical ao status quo, ele frequentemente acaba servindo aos interesses da classe dominante, reforçando políticas neoliberais e aprofundando as desigualdades sociais. Assim, a rebeldia que o neofascismo

aparenta canalizar acaba sendo direcionada para um modelo de capitalismo mais brutal e autoritário, mas sem oferecer soluções reais para os problemas estruturais que afetam as classes populares. Por fim, essa apropriação da rebeldia não é homogênea: ela é seletiva, oportunista e suas bases são frágeis, dependendo de um contexto de crise para prosperar, mas sempre deixando em seu caminho tensões e contradições que podem, eventualmente, enfraquecê-lo.

O conceito de Poulantzas, especialmente no que diz respeito à intensificação das contradições internas do capitalismo em períodos de crise, oferece uma chave importante para compreender as dinâmicas do neofascismo e sua relação com a classe trabalhadora, isso porque:

À estratégia da burguesia em relação à classe operária, poderia mesmo avançar-se a seguinte proposição: quando se verificam semelhantes conquistas, através de crises graves, a burguesia procura, em primeiro lugar, modificar a relação real das forças em que essas conquistas se fundam, e só depois é que passa ao ataque direto das próprias conquistas. E isto por uma razão simples, que deriva do próprio caráter deste processo: para enganar o adversário e o adormecer, mascarando-lhe o lugar real da luta de classes. E para lhe impor o seu próprio terreno de luta (Poulantzas, 1978, p. 166).

Desse modo, a classe dominante passa a utilizar da criação de novas formas de alcançar o consenso social, com repressão direta e violenta, tais que, caracterizam o início de uma série de sequelas e derrotas que atingem a classe operária durante todo o processo de fascistização. Todas essas ações estão focadas na tentativa de diminuir ainda mais o padrão de vida dos trabalhadores e contribuir “para o avanço do ódio e da intolerância, de uma cultura estreitamente ligada ao alargamento das desigualdades, da precarização da vida, do desespero, da falta de horizontes e da desesperança” (Poggi, 2019, p 77).

Nesse direcionamento, para o seu avanço, o fascismo utiliza-se de elaborações de contrarreformas que atacam os interesses da classe trabalhadora, desestabilizando suas lutas históricas por meio de medidas que combinam força e persuasão. Essas reformas retiram direitos sociais e forçam centenas de milhares de pessoas para a informalidade e a miséria, aprofundando o abismo entre riqueza e pobreza. Além disso, contribuem para uma crise social intensa e agravada pela degradação ambiental, devido ao afrouxamento deliberado das políticas de proteção ambiental, que visam ampliar a apropriação privada dos recursos naturais, beneficiando grandes proprietários rurais e mineradoras. E por sua vez, o neofascismo, tal como o fascismo histórico, intensificam a percepção de fragilidade dos governos democráticos, apresentando-os como vulneráveis e suscetíveis a diversos ataques.

Como reforça Cambuim (2022), as democracias liberais contemporâneas são

especialmente vulneráveis a posturas violentas, muitas vezes mostrando-se antidemocráticas, pouco participativas, apáticas e altamente excludentes. Quando os de baixo não possuem força suficiente para implementar, de maneira igualmente radical, um projeto contrahegemônico, a democracia burguesa, embora ainda necessária em momentos de arrefecimento das lutas sociais, acaba por reforçar a estrutura de poder existente. Nesse contexto, as condições democráticas são mais favoráveis à mobilização das camadas populares, mas é fundamental compreender que a democracia burguesa por si só não é a solução definitiva, e sim um cenário tático dentro de uma luta mais ampla e contínua.

Portanto, podemos compreender que no crescimento do racismo, antissemitismo, homofobia, machismo, xenofobia, islamofobia e outras formas de discriminação, não são compostos apenas por intolerância e preconceito. Mas também são nutridos pelas reações a mudanças sociais que provocam deslocamento, rebaixamento e opressão social (Traverso, 2021). As políticas de exclusão e controle social também tomam protagonismo, alcançando um nível de desumanização onde determinados segmentos de indivíduos são frequentemente comparados a animais e, por essa razão, são excluídos do convívio social.

Esta é uma das principais diferenças entre o liberalismo, ou qualquer outro período histórico (Poggi, 2019). Isso porque, em momentos como esses, a agenda predominante não se preocupa com a preservação da vida ou com a integridade física dos indivíduos, especialmente daqueles que, historicamente, têm sido alvo de exclusão e violência. Isso inclui pessoas negras, indígenas, imigrantes, mulheres, LGBTQIA+ e minorias religiosas, que enfrentam não apenas exclusão social e econômica, mas também violência simbólica e física. As formas de preconceito, como racismo, homofobia e xenofobia, não se limitam a atitudes individuais, mas são reforçadas por políticas de controle social que negam a dignidade e os direitos dessas pessoas. É por isso que, assim como no fascismo, onde o sofrimento e os conflitos de interesses do campesinato pobre, da pequena burguesia e dos empregados assalariados são intensificados (Poulantzas, 1978), o mesmo fenômeno ocorre no neofascismo. Em ambos os contextos, a exploração da classe operária se adensa, enquanto as margens de lucro dos poderosos continuam a crescer.

Compreendendo que,

Embora o neofascismo mantenha com o fascismo histórico uma relação de continuidade, é fundamental ressaltar as suas particularidades, uma vez que o solo histórico do seu nascimento difere daquele que gestou o nazifascismo. Suas razões de ser (surgimento e conteúdo), bem como as suas formas, guardam estreitas relações com a crise estrutural do capital, aprofundada em 2008. Não à toa, o neofascismo só se torna força política significativa, em

várias regiões do mundo, a partir da crise do *subprime*, assumindo características próprias em cada país (Rodrigues, 2023, p. 44).

Dito isso, o contexto histórico e a ascensão política do fascismo e do neofascismo apresentam diferenças notáveis. O fascismo histórico emergiu no contexto de crises econômicas e políticas, especialmente durante a Grande Depressão e o fim da Primeira Guerra Mundial, com a ascensão de regimes autoritários na Itália e na Alemanha. Nesse período, o fascismo foi impulsionado por uma instabilidade interna, com a instrumentalização de movimentos de massa e o apoio das elites conservadoras e militares, resultando em regimes totalitários. Em contraste, o neofascismo surge no cenário contemporâneo, no contexto de um mundo pós-Guerra Fria, marcado pela globalização e pela influência neoliberal.

O neofascismo, em vez de buscar uma instauração imediata de uma ditadura formal, adota uma estratégia de adaptação às formas de governo já existentes, infiltrando-se nas democracias atuais. Esse movimento se expressa por meio de partidos populistas e movimentos políticos que utilizam discursos conservadores, xenófobos e nacionalistas para fortalecer sua base de apoio. Contudo, assim como o fascismo histórico, a principal intenção do neofascismo não é simplesmente preservar as estruturas democráticas, mas utilizá-las como um veículo para enfraquecer e, eventualmente, subverter os princípios democráticos, abrindo caminho para um autoritarismo de longa duração.

A estrutura de poder e controle também apresenta diferenças essenciais entre os dois fenômenos. O fascismo histórico visava a instauração de um Estado totalitário, com controle absoluto sobre a política, economia e sociedade, acompanhado de uma repressão implacável e do uso de grupos paramilitares para eliminar qualquer oposição. Já o neofascismo, embora compartilhe com o fascismo histórico o desejo de centralizar o poder e enfraquecer a democracia, não busca o controle absoluto do Estado, mas sim um autoritarismo adaptável que frequentemente se manifesta de forma descentralizada, muitas vezes por meio de milícias informais ou movimentos de extrema direita que operam nas redes sociais para propagar suas ideologias.

Em relação ao nacionalismo e ideologia, ambos os movimentos possuem características comuns, mas com diferenças significativas. O fascismo histórico tinha um nacionalismo radical, com forte ênfase em expansionismo territorial, superioridade racial e projetos militaristas. O neofascismo também utiliza o nacionalismo, mas seu foco está mais em questões culturais contemporâneas, como identidade nacional, xenofobia e a defesa contra a imigração, além de tratar de temas como raça, gênero e classe social. Assim, o neofascismo adapta seu

nacionalismo para refletir temores atuais sobre a globalização e as mudanças demográficas.

A ascensão política e a cooptação dos movimentos de massas no fascismo e no neofascismo seguem dinâmicas semelhantes, mas com contextos diferentes. No fascismo, a ascensão foi diretamente ligada à cooptação das elites econômicas e militares, como visto na Itália com Mussolini e na Alemanha com Hitler, que, após um processo de crise e marginalização, conseguiram obter apoio das frações dominantes para alcançar o poder. No neofascismo, a cooptação também envolve apoio das elites econômicas, mas com um contexto de globalização e neoliberalismo. A cooptação no neofascismo é realizada por meio de parcerias com grandes corporações e capital internacional, com uma crescente infiltração de movimentos de direita nas estruturas políticas democráticas.

No que se refere à relação com o Estado e a economia, o fascismo histórico procurava controlar rigidamente a economia, subordinando-a aos interesses do Estado e da guerra, com uma forte intervenção estatal nos setores-chave da produção. Já o neofascismo apresenta uma relação mais flexível com o mercado e a propriedade privada, sendo mais adaptável ao sistema neoliberal, que prioriza a liberdade de mercado com menos intervenção estatal direta. Apesar disso, ambos os movimentos compartilham a ideia de um controle centralizado em aspectos como segurança, imigração e a manutenção de uma hierarquia social conservadora.

Por fim, a mobilização e a violência no fascismo histórico estavam fortemente ligadas ao uso de grupos paramilitares uniformizados, como as camisas negras e a Sturmabteilung (SA), para intimidar a oposição e garantir o controle social. No neofascismo, embora não haja uma estrutura paramilitar formalizada, o uso de grupos informais, milícias e movimentos de extrema direita continua presente, agora com uma maior ênfase no uso das redes sociais para mobilização e radicalização. Esses grupos adotam simbologias e retóricas semelhantes às do fascismo histórico, mas de forma descentralizada, refletindo a flexibilidade do neofascismo para se adaptar ao ambiente digital e às novas formas de protesto e violência.

Em síntese, os argumentos até aqui apresentados reforçam o pressuposto central da nossa pesquisa: o neofascismo, embora não seja uma mera repetição do fascismo histórico, incorpora algumas de suas determinações, configurando-se como uma expressão privilegiada do reacionarismo burguês na contemporaneidade e como uma tendência emergente do capitalismo em crise.

### 3. O NEOFASCISMO NA REALIDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA:

#### Algumas aproximações

Entendemos que a discussão sobre o neofascismo no contexto específico do Brasil é uma necessidade urgente, dada a crescente inquietação por parte de segmentos da classe trabalhadora organizada diante de um contexto de rebaixamento e precarização das condições de vida e trabalho, combinado a ascensão de uma ideologia reacionária

Neste capítulo, buscamos analisar o fenômeno do neofascismo no contexto da realidade brasileira contemporânea, destacando suas principais características, suas relações com o neoliberalismo e a crise capitalista, e como ele se manifesta na sociedade atual. Busca-se compreender como o neofascismo se articula com processos de exclusão social, violência simbólica e física, e o fortalecimento de ideologias autoritárias. Além disso, o capítulo pretende investigar as implicações políticas e sociais dessa ascensão, observando suas conexões com a história recente do Brasil e os impactos sobre as camadas populares e as minorias sociais, à medida que o país vive um cenário de crescente polarização e desestabilização democrática.

Com isso, partimos do pressuposto de que o objetivo não é simplesmente relacionar o neofascismo com a formação social brasileira, mas compreender como essa formação social, com suas especificidades, tem se configurado como um terreno propício para a ascensão desse fenômeno, que se manifesta como uma expressão privilegiada do reacionarismo burguês na contemporaneidade. O desafio, portanto, é entender como as particularidades da realidade brasileira tornam-se um contexto favorável para a manifestação do neofascismo, articulando as dimensões universais do fenômeno com as especificidades locais que o tornam relevante no cenário atual do Brasil. Compreendendo, portanto, que o presente é a impregnação de vários passados (Ianni, 1992), ou seja, o Brasil de hoje, apesar de ser contemporâneo e carregado de muitas novidades, se encontra trançado com suas raízes.

Além disso, nos propomos a analisar a formação do neofascismo no contexto específico do Brasil, reconhecendo que, se não entendermos a natureza do fascismo impulsionado pela liderança de Jair Messias Bolsonaro correremos um grande risco. Esse risco, independentemente de um golpe, de uma ditadura, da presença de tanques nas ruas ou da utilização de camisas marrons, pretas ou verde e amarelas, é o de que a violência – seja através do aparato do Estado ou por outros meios – venha a ocupar cada vez mais a vida social e a luta de classes.

Tal como no fascismo histórico, a “gangsterização” (Canettieri, 2021) da economia e

o exercício do poder, disperso e violento, pelas milícias parecem estar em via de nutrição para uma futura realização. Isso porque, mesmo sendo protagonizado durante o Governo Bolsonaro, o neofascismo não desapareceu, ele continua a pulsar nas veias da nossa sociedade e nos interesses da burguesia associada ao grande capital. Assim, entendemos como de fundamental importância identificar os aspectos que constituem historicamente o padrão de dominação burguesa no Brasil a fim de compreender as mediações que particularizam o neofascismo brasileiro.

### 3.1. Dominação burguesa no Brasil: as particularidades do reacionarismo capitalista

É fundamental entender o processo de consolidação da revolução burguesa no Brasil, pois ele está intimamente ligado à formação das estruturas sociais, políticas e econômicas que perduram até hoje. A revolução burguesa no Brasil, ao contrário de outras experiências na Europa, não ocorreu por meio de uma ruptura radical, mas sim por uma série de adaptações e mediações que permitiram à burguesia se consolidar no poder sem uma transformação profunda das estruturas feudais e coloniais, mantendo um Estado marcado pela dependência econômica e pela perpetuação das desigualdades sociais. Essa dinâmica resultou em uma classe trabalhadora historicamente explorada, com um sistema de opressão e controle social que permanece ativo até o presente. A burguesia brasileira, apoiada nas elites agrárias e no capital estrangeiro, tem historicamente enfrentado as lutas da classe trabalhadora, limitando o avanço das suas reivindicações e impondo retrocessos nos direitos sociais.

Para isso, precisamos ressaltar que partimos da concepção de que todo movimento de Revolução Burguesa na periferia do capitalismo, “é por excelência, um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias” (Fernandes, 2006, p. 343). Isso nos faz entender, que as dinâmicas de poder no capitalismo são configuradas para atender aos interesses *dos de cima*, sobre *os de baixo*.

Neste contexto, o neofascismo surge como uma expressão do grande capital, que busca fortalecer sua hegemonia em tempos de crise, utilizando ideologias nacionalistas, autoritárias e reacionárias para manter o controle social e minimizar os avanços democráticos. A consolidação da revolução burguesa no Brasil, com sua fragilidade democrática e estruturalidade desigual, cria um terreno fértil para o avanço de movimentos neofascistas, que se alimentam da frustração das camadas populares com as promessas não cumpridas de ascensão social e justiça. A polarização social e a fragmentação das lutas sociais são características de um sistema político que, desde o início da república, não conseguiu consolidar uma verdadeira democracia inclusiva, dando espaço para que ideias autoritárias e reacionárias ganhassem força. Assim, a análise da revolução burguesa no Brasil e seus efeitos sobre a formação das classes sociais, as relações de poder e a resistência da classe trabalhadora, é essencial para compreender o fenômeno atual do neofascismo, que se insere nesse contexto de manutenção das desigualdades e do controle da elite sobre os destinos do país.

Com isso, compreendemos que o que vivemos no nosso presente “não é um acidente de percurso em nossa história, ainda que ele traga consigo ‘novidades’ que precisam ser bem compreendidas” (Braz, 2022, p. 13), isso porque, mesmo a história não se repetindo e possuindo diferenças dos modelos do passado, há sim, a presença de algumas semelhanças nas estratégias vividas. Por essa razão, o movimento de observar as nuances históricas é determinante para compreender o momento atual. Como trata Konder (1984, p. 67):

Em toda realidade humana existe notoriamente um tempo com três dimensões: o passado, o presente e o futuro. O presente – já sabemos – é a dimensão que se oferece a nós de maneira mais imediata; mas é extremamente instável, como a chama de um fósforo. Está sempre nos escapando, como a água que pegamos com a mão e escorre entre os dedos. O futuro, por sua vez, é inevitavelmente vago e nebuloso; só conseguimos pressenti-lo (ou, em determinados instantes, entrevê-lo). O passado, é afinal, a mais compacta das dimensões do nosso tempo. Com sua força, o passado constantemente nos obriga a encará-lo. Com frequência, ele nos desafia e foge de nós. Em alguns momentos, consegue nos derrubar; chega, inclusive com seu enorme peso, a achatar a nossa consciência, paralisando-a, reduzindo-a à importância. Compreende-se, portanto, que a nossa relação com ele não costuma ser tranquila. O passado nunca é inteiramente ‘neutro’.

Passado este, como nos aponta Braz (2022), marcado por momentos que herdaram as raízes racistas fincadas na herança colonial escravocrata e na cultura patriarcal, além de ser marcado pelas constantes implementações de “soluções políticas” *pelo alto*. Essas “soluções” que, historicamente excluíram *os de baixo* dos processos políticos mais significativos.

Temos em nossa história inúmeros exemplos disso, a começar pelo processo de colonização do país e do sistema escravocrata, que nos aponta que, desde muito tempo, a violência vinda dos dominadores funciona como verdadeira potência econômica. Tal como nos afirma Darcy Ribeiro,

Nenhum povo que passasse por isso como sua rotina de vida, através de séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente. Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou. A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviciar e machucar os pobres que lhes caem às mãos. Ela, porém, provocando crescente indignação nos dará forças, amanhã, para conter os possessos e criar aqui uma sociedade solidária (1995, p. 120).

Na história do Brasil, ocorreram episódios como a "Independência de 1822",

a "Abolição de 1888", a "Proclamação da República" de 1889, a "Revolução" de 1930, o Estado Novo, os governos "nacionalistas-desenvolvimentistas" de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek e o Golpe de 1964. Apesar de suas diferenças, esses eventos expressam processos de "transição pelo alto", marcadas pela exclusão das massas populares nas principais decisões políticas no país. Além disso, essa história também é marcada pela presença do Integralismo<sup>23</sup>.

A formação social brasileira, longe de ser uma mera consequência do encontro entre povos e culturas distintas, deve ser analisada pela ótica do conflito, da disputa de projetos societários. Abriga-se aí o profundo vínculo, desde a sua fundação, com os interesses das classes dominantes, o que torna essencial compreender o papel da revolução burguesa no país. No Brasil, a burguesia se desenvolveu a partir de um capitalismo competitivo, resultante da junção entre a economia de exportação, com raízes coloniais e neocoloniais, e a expansão do mercado interno junto à industrialização voltada para esse mercado, processos que se intensificaram após a independência e impulsionaram a marcante "revolução urbano-comercial".

A burguesia, formada em conciliação de seus interesses com a oligarquia rural, se une a partir do comércio e define seus interesses comuns. Desde sua gênese, estabeleceu que o pacto de dominação de classe fosse firmado no âmbito político, centralizando sua unificação no Estado, diferentemente de outras burguesias que criaram instituições próprias para exercer poder social (Fernandes, 2006). Essa característica levou a burguesia brasileira a promover "transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas" (2006, p. 239) com o avanço industrial e o desenvolvimento do capitalismo.

Florestan Fernandes (2006) destaca que a revolução que consolidou o poder burguês no Brasil se concretizou no século XX, especialmente durante o regime da ditadura empresarial militar. No entanto, os primeiros sinais desse processo surgiram no final do Império e no início da República, quando a burguesia começou a se fortalecer e se estruturar, impulsionada pela expansão comercial e portuária. Em outras palavras, a chamada crise do poder oligárquico não foi um colapso, mas uma transição pelo alto que, ainda sob a oligarquia, reorganizou as estruturas de poder e consolidou a dominação burguesa. Esse movimento marcou o início da modernidade no Brasil, separando a "era senhorial" da "era burguesa".

---

<sup>23</sup>Movimento político e ideológico brasileiro surgido na década de 1930, liderado por Plínio Salgado. Inspirado em correntes do fascismo europeu, principalmente no fascismo italiano, o integralismo tinha características nacionalistas, autoritárias, corporativistas e conservadoras. Fundado oficialmente em 1932 como Ação Integralista Brasileira (AIB), o movimento defendia valores como a tradição, a família e a religião cristã (especialmente o catolicismo) como pilares fundamentais da sociedade.

Portanto, estamos diante de uma burguesia dotada de moderado espírito modernizador e que, além do mais, tendia a circunscrever a modernização ao âmbito empresarial e às condições imediatas da atividade econômica ou do crescimento econômico. Saía desses limites, mas como meio – não como um fim – para demonstrar sua civilidade. Nunca para empolgar os destinos da nação como um todo, para revolucioná-la de alto a baixo. A esse ponto morto, que se objetivava a partir de dentro contrapunha-se outro ponto morto, que vinha de fora para dentro. A transição para o século XX e todo o processo de industrialização que se desenrola até a década de 1930 fazem parte da evolução interna do capitalismo competitivo. O eixo dessa evolução, como se sabe, estava no esquema de exportação e de importação, montado sob a égide da economia neocolonial (Fernandes, 2006, p. 242).

A dominação burguesa no Brasil buscou preservar as condições de acumulação de capital herdadas do período colonial, enquanto criava bases modernas para o crescimento do capitalismo comercial e industrial. Nesse contexto, o "velho" e o "novo" se mesclaram, com a aristocracia comercial unindo-se às elites imigrantes e seus descendentes. A burguesia adaptou-se por meio de interesses diversos e posturas conciliadoras, preferindo mudanças graduais à uma modernização abrupta. Esse cenário favoreceu seu fortalecimento em uma sociedade em transformação, impulsionada pela Abolição e pelo trabalho livre, que reformularam as bases econômicas e sociais do país no capitalismo.

Sobre o contexto de capitalismo dependente, a burguesia brasileira não se limita a ser uma "burguesia compradora", típica de cenários coloniais ou neocoloniais. Ela exerce um considerável poder econômico, social e político em âmbito nacional, controlando a máquina do Estado e contando com apoio externo para modernizar os mecanismos de socialização, cooptação, opressão e repressão que sustentam sua dominação. Essa dominação vai além de uma simples força socioeconômica ou política reguladora, pois ela polariza toda a rede de ações de autodefesa e repressão, abrangendo desde as empresas até o Estado. Isso cria uma superestrutura de opressão e bloqueio que transforma a própria dominação burguesa na única fonte de "poder político legítimo" (Fernandes, 2006).

Dessa forma, ao enfrentar limites na esfera privada, a burguesia frequentemente recorre ao Estado como base estratégica para viabilizar seus interesses, utilizando seus recursos, sua estrutura e seu poder. Esse processo contribuiu para a centralidade do Estado na evolução do capitalismo no Brasil e para a recorrente formação de alianças com setores militares, especialmente em momentos de crise política e econômica. No entanto, essas alianças não devem ser automaticamente associadas a fenômenos como o neofascismo, pois respondem a dinâmicas históricas específicas de cada período.

Desse modo, é importante pontuar que a forma de atuação da burguesia ao longo da

história brasileira é composta por tendências autocráticas e reacionárias num momento de decadência ideológica da burguesia. Isso faz com que a intolerância tenha raiz e sentido políticos, e que a democracia burguesa, nessa situação, seja de fato uma “democracia restrita”, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa (Fernandes, 2006, p. 249).

Diante disso, podemos entender que o cenário atual não é um mero prolongamento ou reprodução de um “circuito fechado” do passado, existindo diferenças qualitativas entre esses. Embora o presente traga aspectos novos, ele não é um fenômeno aleatório na história. Assim, podemos compreender que o processo de formação da burguesia no Brasil e a necessidade da manutenção de sua dominação demanda uma espécie de autoritarismo estrutural, favorecendo a ascensão de ideologias fascistas. É nesse sentido que Florestan Fernandes se remete ao fascismo como uma “realidade histórica” que atua como força contrarrevolucionária. Certamente esse campo de mediações, que configuram a particularidade do reacionarismo burguês no Brasil, possui uma relação histórica com tendências mais universais presentes no desenvolvimento do capitalismo que se adensam na contemporaneidade. Tais contextos podem oferecer condições mais propícias para o florescimento de conjunturas marcadas pela ascensão de movimentos neofascistas, especialmente em meio a uma relação de forças sociais desfavorável do ponto de vista dos trabalhadores.

Voltando a atenção para o momento atual, como destaca Rodrigues e Alves (2024), o neofascismo apresenta possíveis convergências tanto com a dimensão internacional quanto com as particularidades da formação social brasileira. Se, por um lado, em governos com direção neofascista há um aumento considerável da violência contra mulheres, povos indígenas, população negra e LGBTQIA+; por outro, essa violência compõe "desde há muito tempo a ‘nossa’ história; a história da forma como o capitalismo aqui se constituiu e se constitui" (Rodrigues; Alves, 2024, p. 215). Dito isso, compreendemos que o nosso presente não germina apenas das situações conjunturais, se favorecendo e tendo raízes nos elementos da história. Segundo Boito Jr (2021, p. 9):

No Brasil, o longo e recente passado escravista, as mudanças políticas efetuadas pelo alto, como em 1930 e 1985, a instabilidade do regime democrático, a tradição do pensamento autoritário e a significativa presença da classe média como força social distinta – ora progressista, ora conservadora – na história política nacional concorreram, de maneiras variadas, para a formação do quadro histórico que favoreceu o surgimento do neofascismo.

Além desses elementos, segundo Florestan Fernandes (2006), o movimento da história brasileira aponta para constantes ações de reestruturação das instituições de poder, que alinha

os interesses oligárquicos e burgueses, alimentando o padrão de dominação autocrático-burguês, caracterizado pela combinação da dominação burguesa com práticas autocráticas e conservadoras. Essa é a regra, não a exceção. E a partir dessa reestruturação histórica das esferas de poder, compreendemos também a fragilidade do processo de democratização da estrutura resistente à participação democrática, mantendo as relações de poder por meio de um processo contínuo de “contrarrevolução preventiva”. Todos esses elementos o próprio autor reconhece como parte do processo histórico de emancipação política no Brasil, no qual aconteceu sem que a descolonização fosse plenamente realizada. Pelo contrário, foi necessário que:

A descolonização fosse contida e, ao mesmo tempo, se desenrolasse sinuosamente, como um processo ultra prolongado. Ainda lutamos não só com as sequelas de estruturas ‘herdadas’ da era colonial ou da escravidão. Vemos como o capitalismo competitivo ou, em seguida, o capitalismo monopolista, revitalizam muitas dessas estruturas, requisito essencial para a intensidade da acumulação do capital ou a continuidade de privilégios, que nunca desaparecem, e de uma exploração externa, que sempre muda para pior (Fernandes, 1979a, p. 4-5).

Nessa mesma ótica, Florestan Fernandes também pontua que as constantes transformações capitalistas e de dominação burguesa com associações ao fascismo pertencem à condição do capitalismo dependente e subdesenvolvido, sendo esse “um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político” (Fernandes, 2006, p. 341).

O passado escravocrata e o extermínio dos povos indígenas representam um trauma profundo na formação da sociedade brasileira. Esse histórico de violência, no entanto, tem sido progressivamente suavizado por um revisionismo histórico que busca normalizar essas atrocidades. Embora essa distorção da memória nacional não tenha começado com representantes do movimento neofascista no Brasil e o uso sofisticado de notícias falsas, ela compõe o pano de fundo cultural que permitiu a ascensão, por exemplo, do bolsonarismo. Este fenômeno se insere em um contexto mais amplo de reacionarismo burguês, algo essencial para entender as transformações políticas no Brasil contemporâneo.

Outro ponto fundamental da nossa história para pontuarmos, foi a Ação Integralista Brasileira (AIB), o primeiro partido de massas do país, que chegou a atrair dezenas de milhares de seguidores, com estimativas que variam entre 200 mil e um milhão de adeptos. Com o objetivo comum de combater a esquerda, o governo de Getúlio Vargas demonstrou simpatia pelos integralistas, que o apoiaram inclusive no golpe de Estado de novembro de 1937,

instaurando o Estado Novo. Os fascistas brasileiros viam nesse regime ditatorial um possível caminho para concretizar a utopia reacionária do Estado Integral, idealizada por figuras como Miguel Reale. Chegou-se a especular que Vargas entregaria ao líder integralista Plínio Salgado o comando do Ministério da Educação e Cultura, mas logo ficou evidente que o ditador já não precisava mais de sua aliança. A frustração dos integralistas culminou na tentativa de insurreição em 1938, um levante fracassado que levou à dissolução temporária do movimento e ao exílio de Plínio Salgado em Portugal, então governado pelo ditador de inspiração fascista Oliveira Salazar (Melo, 2020).

Desde então, diversas organizações fascistas emergiram no cenário político brasileiro. O próprio integralismo tentou se manter relevante por meio do Partido de Representação Popular (PRP), participando das eleições na República de 1946. Mais tarde, envolveu-se nos bastidores da conspiração que levou ao golpe militar de 1964, ajudando a consolidar a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação da ditadura. No entanto, o integralismo nunca mais conseguiu recuperar o caráter de movimento de massas que teve em sua origem, fragmentando-se em pequenos grupos após a morte de Plínio Salgado em 1975.

Ao longo das décadas, parte dos neointegralistas encontrou abrigo em diferentes legendas, como o Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), de Enéas Carneiro. Mais recentemente, um de seus ramos se alinhou ao Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), vinculado a figuras como Levy Fidelix e o então vice-presidente Hamilton Mourão. Hoje, sem a coesão de outrora, os neointegralistas se tornaram apenas uma peça dentro do amplo espectro de grupos de extrema direita que apoiaram o governo Bolsonaro, ao lado de monarquistas, tradicionalistas católicos, neonazistas, anarcocapitalistas, fundamentalistas evangélicos e saudosistas do regime militar (Melo, 2020).

Na construção do atual reacionarismo burguês brasileiro e sua manifestação pelo neofascismo, também é indispensável situar, antes, a ditadura empresarial-militar de 1964. Para isso, partimos do entendimento de Ianni (2019) que descreve esse período como de consolidação de um padrão de dominação e de acumulação voltado para os interesses do grande capital internacional, favorecendo a existência da burguesia brasileira, associada e dependente. Dito isso, compreendemos que o pós-1964 não constituiu um Estado fascista, mas possuiu, sem disfarces, o seu cunho fascista, sendo “uma entidade política irreconhecível, mas eficaz” (Fernandes, 2006, p. 350) sob o mando da grande burguesia financeira e monopolista, como também do capital financeiro imperialista<sup>24</sup>. Desse modo, autores como Coutinho (1979),

---

<sup>24</sup> Ianni (2019) pontua duas observações importantes sobre o papel do capital financeiro e da estatização.

Fernandes (1976) e Marini (1978) julgam que não houve um governo tipicamente fascista, porém, afirmam a existência de traços fascistas no momento histórico ditatorial do pós-64.

Por isso, torna-se essencial situar a ditadura empresarial-militar no contexto da formação reacionária da burguesia brasileira, visto que, em 1964, se dá a mais sólida e profunda intervenção militar e autoritária no domínio político entre todas as que se produziram na história do capitalismo brasileiro. Além disso, é importante observar como o revisionismo histórico do período da ditadura empresarial-militar ocupa na ideologia bolsonarista uma função mítica. A tentativa de reconfigurar a memória histórica, que já vinha sendo questionada em alguns setores acadêmicos, ganha uma nova dimensão no bolsonarismo, pois se conecta diretamente à estratégia de normalização do autoritarismo e ressignificação do sentido de processo democrático na atualidade.

Como nos aponta Octavio Ianni (2019, p. 243), a ditadura militar instaurada no Brasil em 31 de março de 1964 representou uma significativa expansão e fortalecimento do poder estatal, tendo “um diabólico componente fascista na forma pela qual a doutrina de ‘segurança e desenvolvimento’ aparecia nas técnicas da violência estatal”. Isso, porque, a partir do Golpe, o Poder Executivo absorveu ou subordinou as funções dos Poderes Legislativo e Judiciário, configurando um Estado centralizador e autoritário. Esse modelo consolidou-se como uma maquinaria estatal voltada para a repressão política, econômica e social, atendendo aos interesses do capital monopolista e ao imperialismo internacional, ou seja, mais uma expressão da violência como potência econômica no processo de dominação burguesa na nossa história.

Para sustentar esse modelo econômico, o regime adotou um forte aparato repressivo, caracterizando-se como essencialmente desmobilizador e sem a intenção de construir um consenso ativo. No entanto, investiu em propaganda, especialmente durante o período do chamado “milagre econômico”, quando, segundo Carlos Nelson Coutinho (1979), conseguiu obter o consenso passivo de uma parcela expressiva da população brasileira. Assim, diferentemente do fascismo histórico, centrado em regimes fascistas com concentração do poder em um partido único, centralizado na figura do líder, na ditadura empresarial-militar do Brasil o comando do governo foi assumido por uma fração do próprio aparato estatal, sem a necessidade de uma estrutura partidária consolidada. Em tal, o Judiciário foi instrumentalizado

---

Primeiramente, ele destaca que o capital financeiro se tornou uma forma predominante de capital durante esses períodos. Em segundo lugar, o autor argumenta que a estatização não representou um avanço para o Estado, mas sim uma captura do Estado pelo capital monopolista. Nesse processo, o Estado passou a funcionar como "capital estatal", apoiando o grande capital através do sistema financeiro público e da infraestrutura. Ianni observa que, ao longo desse processo, o imperialismo exerceu uma supremacia notável, resultando em um tipo específico de fascismo fortemente influenciado pelo capital financeiro imperialista.

para legitimar as ações repressivas, enquanto o Legislativo teve suas funções reduzidas, sendo substituído por atos institucionais que ampliaram o poder do regime. Espionagem, intimidação, prisões arbitrárias, sequestros e torturas tornaram-se práticas comuns, consolidando a violência estatal como técnica de controle político e econômico, articulada à acumulação monopolista (Ianni, 2019). Contudo, para Ianni (2019, p.303), esse momento tornou-se “expressão mais visível, aparente, da ditadura burguesa, fascista, que se realiza na prática das atividades militares, policiais, econômicas, políticas, culturais e outras do aparelho estatal”.

Sob a doutrina de "segurança e desenvolvimento", a ditadura incorporou práticas de inspiração fascista, justificando a repressão como necessária para a estabilidade social e política. Essa ideologia buscava conter as demandas das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais, enquanto assegurava os interesses do bloco de poder formado por burguesias nacionais e estrangeiras, além de tecnocratas civis e militares. Para isso, o regime elevou a repressão a extremos, utilizando a tortura como ferramenta central de dominação e estabilização. Conforme Ianni (2019, p. 244), “em todos os campos da vida social, o aparelho estatal passou a estar presente e mostrar-se decisivo”.

Dessa forma, a ditadura consolidou um Estado autoritário que permeava todos os aspectos da vida social, impondo um controle rigoroso sobre a sociedade. A repressão não se limitava apenas à esfera política, mas se estendia às relações de trabalho, à educação e à cultura, garantindo a manutenção da ordem estabelecida e a perpetuação dos privilégios das elites dominantes. Esse cenário reforçou a centralização do poder e o silenciamento das vozes dissidentes, tornando a violência estatal um instrumento essencial para sustentar a estrutura socioeconômica vigente.

Assim como no fascismo histórico, a violência do regime transcendeu o controle político, configurando um sistema que combinava repressão social e expropriação econômica. As funções do Estado foram expandidas e redefinidas, consolidando uma estrutura de poder que, ainda hoje, desafia a compreensão plena de seu alcance. Sob essa perspectiva, o Estado foi concebido como uma entidade autossuficiente e todo-poderosa, que voltava sua força contra os trabalhadores, operários, camponeses e outros grupos subordinados, vistos como ameaças ao bloco de poder (Ianni, 2019).

Essa aproximação entre o fascismo histórico e a ditadura empresarial-militar no Brasil pode ser considerada a partir de características ubíqua e brutal, policial e militar, econômica e política, fazendo com que o Estado se torne uma força opressiva e hostil para as classes subalternas, como trabalhadores e camponeses. As classes sociais subordinadas não têm acesso às decisões governamentais, que são tomadas por um grupo privilegiado, composto por

ministros e representantes do grande capital financeiro. Essas decisões abrangem áreas como economia, política, educação e desenvolvimento regional, sempre beneficiando interesses imperialistas. O chefe do governo frequentemente lidera o sistema como um todo, tornando governo, sistema e ditadura indissociáveis (Ianni, 2019).

Desse modo, podemos observar que as ditaduras podem adotar diferentes políticas econômicas e sociais variadas, o que nos diz muito sobre as distinções existentes entre o que foi a ditadura empresarial-militar e as experiências do fascismo histórico. A ditadura brasileira, por exemplo, mesmo que respaldada em movimentos como a Marcha pela Família, influenciando um conjunto significativo da sociedade na construção de um senso comum favorável a quem estava no poder, com influência e financiamento dos EUA, não fez isso com o “aprimoramento” das organizações fascistas, no qual desenvolveram uma maior aproximação com as massas. Isso porque, no fascismo histórico, se pressupôs uma ideologia sustentada por um movimento social que luta por sua implantação. Por outro lado, ao observarmos o papel das classes médias, a natureza da crise vivenciada naqueles anos e a direção dada pelo grande capital financeiro e monopolista, além de práticas de repressão violenta e controle autoritário exercido sobre a sociedade por parte do Estado capitalista, podemos encontrar, assim como Ianni (2019) algumas importantes aproximações entre esse processo de consolidação da revolução burguesa no Brasil com o movimento histórico do fascismo.

Assim, é possível entender que os movimentos históricos do país desempenham um papel crucial na formação das bases estruturais das relações sociais burguesas no Brasil, que evidenciam a dinâmica e a conjuntura atual. Essa realidade é marcada por uma modernização viabilizada pela constante negação de direitos da classe trabalhadora e pelo monopólio da dominação burguesa através do Estado que se alinham às estruturas políticas e sociais conservadoras do país, reatualizando mecanismos de manipulação e cooptação das massas.

Esses processos, atualmente, são intermediados por aspectos que se conjugam, oferecendo terreno fértil para o florescimento do movimento neofascista, quais sejam: disseminação de Fake News, negacionismo e desprezo pela ciência, monopólio das Big Techs no âmbito da tecnologia e inovação, crescimento do fundamentalismo religioso, ideologia do empreendedorismo, flexibilização das relações de trabalho, entre outros. No Brasil, essa conjugação de aspectos e fatores adquiriram materialidade, representação e expressão naquilo que entendemos ser uma das principais variantes do neofascismo no Brasil: o chamado bolsonarismo, o que pretendemos abordar com maior centralidade no próximo tópico.

### 3.2 O bolsonarismo como variante do neofascismo na realidade brasileira

Conforme nos aponta Casimiro (2020), a ascensão de uma ideologia reacionária e autoritária está emergindo como um projeto da burguesia, a partir da eleição democrática e dos quatro anos de governo de uma liderança "carismática", truculenta e extremamente controversa em termos de trajetória política, que se apresentou como uma alternativa para proteger os interesses da burguesia brasileira. Essa ascensão também se utilizou oportunamente de condições degradantes de trabalho e vida de uma parcela da sociedade brasileira que, mergulhada em um estado de desalento em termos de perspectiva de futuro e cativada pela ideologia da prosperidade<sup>25</sup>, assume uma profunda recusa da racionalidade, ignorando o fascismo como uma ameaça.

As eleições de 2018 e a vitória de Jair Bolsonaro acenderam um difícil debate entre as esquerdas acerca da caracterização tanto da figura do presidente, como de seu governo e do movimento que lhe serve de sustentação. A utilização do ódio, do racismo e do sexismo como arma da política, o esvaziamento da legitimidade das instituições democráticas, a militarização do Estado e o elogio explícito da ditadura militar, o combate à legitimidade da ciência, o tratamento violento à opinião pública e as referências mais ou menos explícitas dos ministros bolsonaristas a regimes como o de Mussolini e Hitler, recolocaram o termo fascismo no vocabulário político corrente (Mara, 2021, p. 52).

Com esses elementos postos, concordamos que, dadas as condições atuais, há uma retomada “de programas e ideologias de períodos anteriores, de tal sorte que nos deparamos com o neoliberalismo, o neodesenvolvimentismo, o neopopulismo e, agora, com o neofascismo” (Boito Junior, 2019b, p. 8). Este tem apostado na combinação entre o discurso ultraliberal na economia e o neoconservador nos costumes como tática do ponto de vista ideológico.

---

<sup>25</sup> A teologia da prosperidade, predominante no neopentecostalismo, sustenta que a fé e as contribuições financeiras dos fiéis resultam em bênçãos materiais, associando prosperidade econômica à graça divina. Segundo Bernal, Román e Sarmiento (2023), essa doutrina se relaciona ao neoliberalismo ao enfatizar o empreendedorismo e a responsabilidade individual, reforçando a noção de que o sucesso econômico depende exclusivamente do esforço pessoal, deslocando o foco de soluções coletivas para as desigualdades sociais. Marcelo Badaró Mattos (2017), com base em estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) organizadas por Ricardo Mariano, destaca que o crescimento percentual das Igrejas ligadas à chamada "teologia da prosperidade" entre 2000 e 2010 foi cinco vezes superior ao crescimento da população brasileira no mesmo período. Os dados históricos indicam que, na década de 1940, os evangélicos representavam 2,6% da população do país, aumentando para 3,4% nos anos 1950, 4% em 1960, 5,2% em 1970, 6,6% em 1980, 9% em 1990 e 15,4% em 2000, alcançando 22,2% em 2010. Mattos argumenta que essa expansão se deu, sobretudo, em detrimento da redução do percentual de católicos no Brasil. Segundo ele, entre 2000 e 2020, a proporção de fiéis católicos caiu de 89,2% para 64,6%, uma redução de 24,6 pontos percentuais. Em contrapartida, no mesmo intervalo, a população evangélica cresceu 15,6 pontos percentuais, passando de 6,6% para 22,2% em 2010.

Sobre isso, vale destacar que as práticas e ideologias do núcleo central desse reacionarismo são “reveladoras da ofensividade ideopolítica das classes dominantes, qualificando-se como as principais estratégias de enfrentamento da crise econômica e política que se espraia no país” (Mota; Rodrigues, 2020, p.204), resultando na implantação de um programa de cunho autoritário, antidemocrático e antipopular, concordante com os interesses do capital. Mesmo tratando como “protofascismo”, Mota e Rodrigues (2020) nos apontam que no atual reacionarismo burguês há um “conjunto de profundas regressões sociais e econômicas para as quais o reacionarismo protofascista tem até aqui cumprido um papel essencial” no de funcionamento do obscurantismo em meio à busca pela legitimação da expansão do capital.

Dito isso, neste tópico apresentaremos algumas características que nos levam a classificar o bolsonarismo como neofascismo, destacando cada uma delas para melhor visualização. A primeira delas, concordando com Boito Jr. (2019a), consideramos que **o neofascismo do Brasil de Bolsonaro é uma espécie (ou variante) do fascismo**. Logo, a ideologia fascista e seus adjetivos típicos de sua base social estão presentes, com particularidades, tanto no fascismo histórico quanto no presente neofascismo, e para isso, é preciso considerar que o fascismo pode se manifestar de maneiras distintas em diferentes países, e é importante considerar o período histórico ao analisá-lo. Dentro de um mesmo país, em épocas diversas, o fascismo pode assumir características variadas. Com isso, Boito Junior ainda afirma que:

Fascismo e o neofascismo são movidos por um discurso superficialmente crítico e ao mesmo tempo profundamente conservador sobre a economia capitalista e a democracia burguesa – crítica ao grande capital e defesa do capitalismo; crítica à corrupção e à “velha política” combinadas com a defesa de uma ordem autoritária. A ideologia de ambos é heterogênea e pouco sistemática; nela se destacam a designação da esquerda como o inimigo a ser destruído (Bolsonaro não proclamou abertamente em discurso transmitido nos telões da Avenida Paulista que a esquerda em seu governo deveria emigrar ou iria para a prisão?); o culto da violência (alguma dúvida sobre isso no que respeita ao bolsonarismo?); seu caráter principalmente destrutivo, negativo, não propositivo (Bolsonaro não esclareceu, para justificar sua falta de propostas positivas, que o governo dele será uma quimioterapia para o Brasil?); o irracionalismo (a terra é plana e o aquecimento global uma invenção, certo?); um nacionalismo autoritário e conservador (culto da homogeneidade da sociedade nacional e rejeição dos “desviantes”) e a politização do racismo e do machismo, ervas que brotam espontaneamente no solo da sociedade capitalista – na desigualdade de classe, na organização patriarcal da família, no autoritarismo da empresa capitalista – e que o fascismo alça, com o seu programa partidário, para a cena política” (Boito Jr., 2019a, s.p).

Desse modo, a transição de um discurso crítico à ordem estabelecida para a defesa de um autoritarismo renovado, junto à polarização extrema que coloca a esquerda como inimiga, demonstra o retorno de práticas autoritárias mascaradas por uma retórica populista. A identificação de um inimigo comum, o culto à violência e o irracionalismo alimentam uma agenda política que se distancia de propostas construtivas e se aproxima de um projeto de poder pautado no negacionismo e na repressão. Portanto, as características elencadas não são meras coincidências, mas sim aspectos estruturais que posicionam o bolsonarismo como uma manifestação do neofascismo, com impactos profundos e perigosos para a democracia e a convivência plural no Brasil.

Se o bolsonarismo pode ser caracterizado como um fenômeno neofascista — o que é o propósito desta dissertação —, a segunda constatação a se fazer é que **ele não é homogêneo**. Pelo contrário, trata-se de um movimento que congrega uma multiplicidade de correntes extremistas, funcionando como um catalisador para diversos grupos da extrema direita brasileira. Em sua estrutura, coexistem desde setores do neoliberalismo radical, que instrumentalizam o autoritarismo para desmontar direitos sociais e favorecer elites econômicas, até alas ultraconservadoras de inspiração religiosa, que buscam impor um projeto moralizante e excludente sobre a sociedade. Há também uma presença significativa de grupos ultranacionalistas e anticomunistas, cujas concepções são fortemente influenciadas por uma visão conspiratória da política e da história, além de setores militares que veem no bolsonarismo uma continuidade da tutela das Forças Armadas sobre a política nacional (Mattos, 2022).

Além de transcender o simples culto a Bolsonaro, o bolsonarismo possui conexões orgânicas com grupos de extermínio que exercem um alto grau de controle territorial e exploram economicamente bairros populares por meio da coerção. Entre esses grupos, destacam-se as milícias, organizações criminosas de estrutura mafiosa, formadas por agentes ou ex-agentes das forças de segurança pública, que operam sob um projeto político próprio. Essas milícias, ligadas à família Bolsonaro, têm raízes na socialização promovida pelo regime militar, que recrutou policiais envolvidos em esquadrões da morte para integrar o aparato repressivo estatal na luta contra os grupos de resistência armada (Melo, 2020). A expansão dessas redes criminosas, especialmente no Rio de Janeiro, demonstra como o bolsonarismo não apenas coexiste com formas de violência organizada, mas as fortalece, legitimando sua atuação sob o discurso da "segurança pública" e do combate ao "inimigo interno".

Somado a isso, essa heterogeneidade do bolsonarismo se reflete em sua capacidade de mobilização e adaptação a diferentes contextos, permitindo que elementos tradicionalmente antagônicos dentro da extrema direita convivam sob uma mesma estrutura política. Isso se

manifesta, por exemplo, na confluência entre ideólogos ultraliberais, como figuras ligadas ao Instituto Millenium<sup>26</sup> e ao empresariado rentista, e setores corporativistas das forças de segurança e das Forças Armadas, que defendem maior intervenção estatal e privilégios institucionais. Da mesma forma, o bolsonarismo incorpora tanto um discurso *antiestablishment*, que busca se apropriar da insatisfação popular contra o sistema político, quanto uma aliança com os setores mais retrógrados do Congresso Nacional, incluindo o Centrão, garantindo sua sustentação institucional. Esse ecletismo estratégico, longe de ser uma contradição, é um dos fatores centrais de sua resiliência política (Mattos, 2022).

Outro ponto que consideramos, é que ascensão do bolsonarismo também deve ser analisada **no contexto da crise estrutural do capitalismo e do avanço do neofascismo como uma resposta reacionária a esse cenário**. Desse modo, o cenário contemporâneo é marcado por uma complexa e multifacetada crise do capitalismo, que se manifesta de forma econômica, social, ambiental, tecnológica e política. As guerras comerciais entre potências, como Estados Unidos e China, revelam a crescente disputa por hegemonia econômica e tecnológica no sistema internacional, resultando em instabilidade nos mercados globais, aumento do protecionismo e retração da cooperação multilateral. No plano interno das nações, observa-se o avanço da uberização das relações de trabalho, com a consolidação de vínculos laborais precarizados, flexíveis e desprotegidos, aprofundando a informalidade e o desemprego estrutural.

Paralelamente, assistimos à ascensão de novas tecnologias, como a inteligência artificial, a automação e os sistemas algorítmicos, que vêm redefinindo profundamente as formas de produção, controle e vigilância. Esses avanços tecnológicos, longe de serem neutros, têm sido apropriados pelo capital para ampliar a produtividade, reduzir custos e moldar subjetividades, instaurando uma nova etapa do neoliberalismo marcada pelo controle digital e pela extração de valor a partir dos dados. Nesse processo, grandes corporações de tecnologia — organizadas em verdadeiros oligopólios das redes sociais — exercem papel central, monopolizando o acesso à informação, influenciando comportamentos e mercantilizando dados pessoais em escala global. Essas plataformas não apenas operam como mediadoras da vida social, mas também como agentes políticos que reforçam a lógica da financeirização e da vigilância, articulando interesses privados com formas cada vez mais sofisticadas de controle social.

---

<sup>26</sup> Think tank brasileiro fundado em 2006, voltado para a difusão de ideias liberais e pró-mercado (Svartman, 2021).

Esse cenário se articula de forma ainda mais perversa nas periferias do sistema capitalista, como é o caso do Brasil, onde a dependência tecnológica, financeira e produtiva aprofunda as desigualdades estruturais e limita a soberania nacional. No contexto do capitalismo dependente, essas tecnologias são incorporadas de maneira subordinada, acentuando o papel dos países periféricos como consumidores de tecnologia e fornecedores de dados e mão de obra precarizada.

No Brasil, esses elementos adquirem contornos particulares diante do processo de desindustrialização, da financeirização da economia e da crescente dependência tecnológica. O país vivencia o aprofundamento das expressões da questão social, da crise dos direitos sociais e da instabilidade política, fatores que se articulam à ascensão de projetos reacionários, como o bolsonarismo, e à consolidação de um neofascismo enraizado em valores ultraconservadores, racistas, misóginos e anticomunistas. Esse caldo de crise múltipla, ao mesmo tempo global e localizada, é terreno fértil para a proliferação de discursos de ódio, negacionismos e práticas autoritárias — que representam sérias ameaças à democracia, aos direitos sociais e à própria vida em suas múltiplas formas.

Na particularidade do Brasil, o neofascismo nasce no século XXI, na posição intermediária da periferia do sistema imperialista. Trata-se de um movimento reacionário de massa, composto majoritariamente por setores da alta classe média. O *neofascismo à brasileira* tem articulado uma crítica conservadora, própria da classe alta e média, à corrupção e ao sistema político democrático, tendo chegado ao poder por meio da cooptação de interesses do grande capital financeiro internacional e da parcela da burguesia brasileira que a ele se associa, e não por meio de uma burguesia nacional expansionista, que, na realidade, não existe no país. Ambos os movimentos atendem a determinados segmentos da burguesia, mas sem se limitarem a meros instrumentos passivos sob controle absoluto dessas frações (Boito Júnior, 2021).

Dito isso, para considerar o cenário do Brasil com ascensão de Bolsonaro, é importante pontuar que este “ganhou as eleições após três anos de crise econômica aguda, com índices elevados de desemprego e crescimento da miséria social” (Mattos, 2019, p. 39), mas que essa crise não foi apenas econômica, mas também social, no qual começou a se manifestar quando surgiram os primeiros sinais de esgotamento de um modelo de governo baseado na conciliação de classes, que chegou ao poder com a eleição de Lula em 2002. E como sinaliza Gramsci, é em face a “crise orgânica” que as ideias conservadoras têm capacidade de mobilização de massas (nacionalismo chauvinista, anticomunismo, anti-intelectualismo, militarismo, com doses de racismo, machismo e heterossexismo) e tende a despertar motivações nas camadas

médio assalariadas, profissionais liberais e segmentos das classes subalternas.

Portanto, o neofascismo no Brasil aparece como alternativa adotada pela burguesia diante da crise da globalização e do enfraquecimento das instituições democráticas, se consolidando no contexto das transformações políticas e econômicas do país, marcadas pela crise de 2013, o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e a subsequente reconfiguração das forças no poder.

Nesse contexto, a quarta consideração que podemos fazer é que **o bolsonarismo se consolidou como uma expressão política neofascista**. Como expressão política uniu setores da burguesia, da pequena burguesia ressentida e partes da classe trabalhadora precarizada em torno de uma agenda ultrarreacionária e autoritária. Esse fenômeno se insere em uma dinâmica global, sendo importante situar o papel das manifestações de junho de 2013, que, apesar de começarem como um protesto contra o aumento das tarifas de transporte público, com pautas democráticas, rapidamente se expandiram para questões como corrupção e má qualidade dos serviços públicos, com o governo Dilma como principal alvo. Além disso, as repressões violentas durante esses protestos serviram como base para a “normalização” da militarização da segurança pública e reforçou o discurso de “lei e ordem”, que se tornou um elemento central do bolsonarismo e da agenda autoritária que prevaleceria nos anos seguintes. Esse processo preparou o terreno para o golpe parlamentar de 2016 e, ao longo do tempo, fortaleceu um discurso de rejeição às instituições democráticas, favorecendo a ascensão da extrema direita.

A crise econômica de 2015 por sua vez, também criou condições econômicas e sociais que impulsionaram o crescimento de movimentos reacionários. Além disso, ainda em 2015, a radicalização do cenário político ficou evidente, quando os protestos passaram a ser dominados pela direita, culminando no impeachment de Dilma Rousseff e na ascensão de um governo neoliberal, representado por Michel Temer. Esse cenário foi ampliado pela Operação Lava Jato, que, ao instrumentalizar a crítica à corrupção, atacou principalmente a esquerda, representada pelo PT. A operação teve um impacto significativo na desestabilização política do país e impulsionou um discurso conservador, que, aliado ao crescente antipetismo, abriu espaço para o fortalecimento da direita. Paralelamente, as redes sociais emergiram como um novo campo de mobilização, favorecendo a disseminação de desinformação e discursos de ódio, que alimentaram ainda mais a polarização política.

Em seguida, o golpe parlamentar-midiático-judiciário de 2016, que resultou no impeachment da presidenta, embora tenha envolvido uma confluência de diversos interesses, deu voz a uma nova direita no Brasil, fortalecendo o movimento neofascista que enfrentamos

atualmente. A instalação do governo de Michel Temer e a implementação de um projeto neoliberal aprofundaram a crise institucional. Esses processos que parecem isolados, possuem relações que culminaram na vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018, impulsionada pelo fortalecimento do pensamento neoconservador e pela perda de prestígio da esquerda no cenário político nacional.

Temos no contexto de 2018 a evidente articulação dos interesses de diferentes frações do capital, demonstrando uma notável convergência dos diversos setores da direita brasileira em torno de uma candidatura de extrema-direita, visando assegurar e expandir sua posição dominante e a acumulação de riqueza.

Dialogando com Marcelo Badaró (2021), a expressão política do bolsonarismo não se baseia apenas na repressão direta, mas também na disseminação do caos, do irracionalismo, na guerra cultural e na corrosão sistemática de processos democratizantes. Assim, o bolsonarismo, ao mesmo tempo em que ataca as bases das instituições democráticas, se apresenta como única alternativa contra um suposto inimigo interno — representado por movimentos sociais, partidos de esquerda, minorias e intelectuais.

Por sua expressão política, também podemos observar a luz das palavras de Tatiane Poggi (2019), que se é possível perceber o regime fascista propriamente instituído nas estruturas e instituições do Estado contribuem enormemente para a difusão desse tipo de visão. Porém, a construção do fascismo não precisa ascender por meio de uma ditadura instaurada, é por isso, que outra consideração que podemos fazer é que **o neofascismo de Bolsonaro tem se configurado como ideologia, articulação e mobilização social**. Portanto, embora as eleições de 2022 não tenham reeleito um representante do neofascismo, o fascismo não desapareceu “como realidade histórica, nem seu significado político nem sua influência ativa” (Fernandes, 2020).

Por isso, ressaltamos a compreensão que o fascismo é caracterizado como uma ditadura cujo regime político é um regime reacionário de massa, mas também:

deve ser denominado fascista o movimento social que luta pela instauração desse regime e a ideologia que mobiliza esse movimento e legitima a ditadura fascista. No Brasil, não temos uma ditadura fascista, [...] mas temos um movimento e uma ideologia fascistas que, dentro dos limites dados pela correlação política de forças existente, atenta contra a democracia burguesa e pode, dependendo da dinâmica da conjuntura, chegar à instauração de uma ditadura de tipo fascista no Brasil (Boito Junior, 2021, p. 3).

E é por isso, reforçando o que já dissemos, mesmo que Bolsonaro tenha sido eleitoralmente derrotado, o bolsonarismo se tornou efetivamente uma força política, que não

sairá tão cedo da cena política e da sociedade brasileira (Braz, 2022). É por isso que, nessa análise, destacamos que o combate ao neofascismo é parte de um enfrentamento ainda maior, é combate de toda forma de discriminação, opressão e exploração, ou seja, de combate à barbárie que vivemos. Isso porque, o neofascismo articula “estruturas de opressão, como o racismo e o patriarcado, que subsidiam a reprodução de processos de desumanização, tais como o genocídio da juventude negra, a LGBTfobia, a xenofobia, a misoginia, a intolerância religiosa e outros” (Moreira; Albuquerque; Pereira, 2021, p. 85).

Frente a impregnação das ameaças neofascistas nas estruturas de poder da sociedade, seus reflexos incidem sobre a realidade brasileira, especialmente nos últimos anos, mostrando que o fascismo continuou a “assombrar a particularidade nacional brasileira. Na década de 1990, após o processo de amadurecimento da nossa sociedade civil, o caráter antidemocrático do Estado volta a apresentar suas feições fascistas” (Santos, 2021, p. 92). Em países dependentes, como os da América Latina, as “propensões internas para o autoritarismo e o fascismo foram largamente intensificadas e recicladas pela crescente rigidez política das ‘democracias ocidentais’ diante do socialismo e do comunismo” (Fernandes, 2020, não paginado).

Bolsonaro foi “eleito na crista de uma verdadeira onda conservadora-reacionária” (Braz, 2022, p. 22) e que este, sendo representante de um movimento maior, é expressão e consequência mais emblemática “desses tempos difíceis em que vivemos no Brasil. E isso, exprime um ponto de chegada em que confluíram e convergiu uma miríade de eventos históricos carregados de retrocessos” (Braz, 2022, p. 22). Em vista disso,

No que respeita ao Brasil de hoje temos a ideologia neofascista, o movimento neofascista e um governo no qual os neofascistas ocupam a posição principal [...]. O que não temos no Brasil, pelo menos até agora, é um regime político fascista. O regime vigente no Brasil é uma democracia burguesa deteriorada e em crise (Mattos, 2022, p. 34).

Isso porque, mesmo que em 2018 um líder neofascista tenha conseguido ser eleito, “não significou, nem poderia significar, a imediata instalação de um regime político fascista no Brasil” (Poggi, p. 35), mas sua eleição e sua influência no conjunto da sociedade contribuíram significativamente para espalhar a ideologia fascista e criar condições mais favoráveis para a organização e legitimidade do movimento neofascista.

A sexta consideração que podemos pontuar do bolsonarismo, é **sua relação com a ascensão da extrema direita**, no qual podemos caracterizar como um movimento político formado por uma agenda autoritária, conservadora e nacionalista, é parte indispensável para

situarmos o neofascismo no país. Ela é formada por uma diversidade de grupos e figuras que se posicionam contra políticas progressistas, promovendo a defesa de valores tradicionais, especialmente aqueles ligados à família tradicional e à religião cristã, perseguindo qualquer outro modelo de família e religião. Conforme apresentado acima se fortaleceu nos últimos anos, esse movimento se fortaleceu nos últimos anos, especialmente após a crise econômica de 2015 e o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, inserindo-se em um contexto de polarização política e descontentamento popular. A agenda conservadora, autoritária e nacionalista, com forte antipetismo e oposição à esquerda, tornou-se a espinha dorsal do bolsonarismo e do avanço da extrema-direita no país.

No entanto, é importante destacar que, apesar da crescente ascensão de forças conservadoras e autoritárias, não devemos considerar todos os governos ou movimentos de extrema-direita como neofascistas. Como bem observa Rodrigues (2023, p. 44), "a extrema-direita do século XXI nos autoriza a adjetivá-la de neofascista", uma vez que muitas dessas correntes compartilham de traços comuns com o neofascismo, como o autoritarismo, a xenofobia e o nacionalismo exacerbado. Contudo, a generalização de todas as políticas ou lideranças de ultradireita como neofascistas é, segundo Arcary (2019), uma ação "apressada, teoricamente, superficial e, politicamente, ineficaz". Isso se deve ao fato de que o neofascismo não se configura de forma homogênea e sua manifestação pode variar dependendo das especificidades de cada contexto político e social. Portanto, é fundamental que essa definição seja feita de maneira cuidadosa, refletindo sobre as particularidades de cada movimento e evitando a redução simplista das complexas dinâmicas políticas contemporâneas.

Essa reflexão é crucial para compreendermos o neofascismo não apenas como uma etiqueta, mas como um fenômeno político que, ao se infiltrar nas estruturas democráticas, pode ser mais sutil e progressivamente destrutivo, desafiando a integridade das instituições democráticas e dos direitos civis.

No Brasil do século XXI, como aponta Demian Melo (2020), **vivenciamos uma crise orgânica**, sendo essa, a próxima caracterização. A crise orgânica no Brasil ultrapassou as disputas político-parlamentares, envolvendo a ação coordenada de diferentes setores das classes dominantes. Essa crise não se restringiu a um mero embate institucional, mas refletiu um cenário mais amplo de esgotamento do pacto social que sustentava a governabilidade do país, abrindo espaço para a radicalização política e o questionamento das estruturas democráticas.

No contexto do capitalismo contemporâneo, crises orgânicas como essa criam um terreno fértil para o avanço de ideologias autoritárias e reacionárias, entre elas o neofascismo.

Como vimos no capítulo anterior, esse fenômeno não é inédito na história: assim como a crise do pós-guerra na Europa do século XX resultou na ascensão do fascismo histórico, o colapso da ordem política e econômica em diversas partes do mundo no século XXI tem possibilitado o ressurgimento de regimes e movimentos de extrema-direita, que se utilizam da crise como justificativa para implementar projetos excludentes, nacionalistas e violentos.

A correlação entre crises estruturais e o avanço de forças políticas autoritárias evidenciam que o neofascismo não emerge espontaneamente, mas sim como uma resposta de setores dominantes e suas bases sociais diante da ameaça percebida às suas posições de poder. No caso brasileiro, essa ascensão se deu por meio da articulação entre grandes empresários, setores do aparato repressivo do Estado, fundamentalistas religiosos e a mídia tradicional.

Assim, compreender a crise orgânica brasileira no século XXI implica reconhecer os paralelos históricos entre o passado e o presente, observando como determinados padrões se repetem, ainda que sob novas formas, no processo de reconfiguração das hegemonias políticas e sociais.

Dentro desse cenário, além da recusa da oposição liberal aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) em aceitar o resultado das eleições de 2014 e do retorno da influência militar na política, essa crise foi impulsionada pelo agronegócio, pelo grande capital financeiro, pelo setor industrial, pelo rentismo e por conglomerados de mídia, todos alinhados à agenda de desregulamentação econômica e restrição de direitos sociais. O enfraquecimento das representações políticas tradicionais das elites, evidenciado pela decadência do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), acompanhou um processo mais amplo de recomposição das forças hegemônicas. Nesse contexto, de contrarreformas estruturais, de precarização do trabalho, como o exemplo do avanço da “uberização” e a fragmentação sindical atuaram como vetores centrais na desmobilização das classes trabalhadoras, consolidando um cenário de aprofundamento das desigualdades e de erosão da democracia.

A questão da democracia é outro ponto fundamental nessa discussão, isso porque, o neofascismo bolsonarista opera por meio de um processo ativo de **ressignificação da democracia**, esvaziando-a de seu conteúdo substantivo — como os direitos sociais, a pluralidade política, e o exercício crítico da cidadania — e reduzindo-a a um mero instrumento de legitimação do autoritarismo e da dominação burguesa. Sob o manto da legalidade democrática, promove-se a corrosão dos pilares civilizatórios fundamentais, substituindo o debate público e o dissenso pelo apelo à ordem, à obediência e ao nacionalismo de cunho excludente.

Essa resignificação se dá, em primeiro lugar, pela instrumentalização das instituições

democráticas para fins autoritários. A eleição de Bolsonaro, não foi uma ruptura formal com o regime democrático, mas a sua reconfiguração a partir de práticas e discursos reacionários. Como analisado por autores como Mota e Rodrigues (2020), o bolsonarismo representa uma forma de "ultraneoliberalismo protofascista", que conserva as estruturas institucionais da democracia liberal enquanto esvazia seu conteúdo progressista, promovendo a militarização da política, o culto à violência e o ataque sistemático aos direitos sociais.

Sob essa lógica, o Estado de Direito é mantido apenas formalmente, enquanto a democracia é reinterpretada como o direito do "cidadão de bem" (branco, cristão, heteronormativo, anticomunista) de reprimir a diversidade, negar o outro e defender privilégios. Isso equivale, como argumenta Gramsci (2007) em seus Cadernos do Cárcere, a uma forma de "democracia restrita", que atua como aparato de hegemonia das classes dominantes para manter a ordem sob aparência de consenso.

Desse modo, o bolsonarismo tem operado uma distorção ideológica da soberania popular, apresentando-a como simples vontade majoritária, descolada de qualquer compromisso com os direitos humanos ou os princípios constitucionais. Esse projeto político incorpora ainda elementos messiânicos e fundamentalistas, sobretudo no que se refere à influência das seitas neopentecostais, que contribuem para a construção de uma cultura política autoritária, com ênfase na submissão, no antintelectualismo e na desqualificação do debate crítico.

Portanto, a ressignificação da democracia no neofascismo de Bolsonaro é um processo de duplo movimento: por um lado, mantém as formas democráticas (eleições, parlamento, sistema judiciário); por outro, subverte seu conteúdo histórico ao instaurar um regime de exceção normalizado, que naturaliza a repressão, o ódio e a exclusão como formas legítimas de governo. Como bem destaca Florestan Fernandes (2020), compreender as novas racionalidade do poder é fundamental para "delimitar os contornos da democracia autoritária contemporânea, na qual o fascismo se atualiza enquanto projeto de classe, em meio à crise do capital".

Diante disso, seguimos com a afirmação de que o bolsonarismo tem se apresentado como variante brasileira do neofascismo, compondo, portanto, uma **tendência em curso que tem se apresentado num movimento bastante articulado internacionalmente**. Como apresentamos anteriormente, a ascensão da extrema-direita em diversos países, demonstra que o bolsonarismo faz parte de uma ofensiva global contravalores democráticos, progressistas e inclusivos. Isso posto, a articulação entre movimentos de extrema-direita em diferentes países cria uma rede internacional de apoio mútuo, que fortalece e legitima ideologias que se

posicionam contra os avanços democráticos e sociais. Há uma clara troca de experiências entre esses movimentos, seja por meio do intercâmbio de estratégias de comunicação política, seja pelo compartilhamento de estruturas institucionais de apoio, como think tanks<sup>27</sup> conservadores e redes de financiamento empresarial. A capacidade de mobilizar um conjunto de insatisfações populares contra o próprio povo, inicialmente, através de um movimento de contestação ao status quo, voltado contra a política institucional tradicional, representa um importante ponto de aproximação com o fascismo histórico. No entanto, apesar da retórica "antissistema", esse movimento passou a contar com o apoio estratégico de elites políticas conservadoras, agentes estatais, grandes empresas de tecnologia e demais setores do capital.

O neofascismo, longe de ser uma mera aberração política ou um desvio autoritário, representa **uma estratégia funcional aos interesses do grande capital**, especialmente em momentos de crise estrutural do capitalismo, sendo essa a nona colocação que podemos fazer. No Brasil, essa relação ficou evidente durante o governo Bolsonaro, que implementou um modelo econômico ultraliberal ao mesmo tempo em que promovia ataques sistemáticos aos direitos trabalhistas, aos sindicatos e aos serviços públicos essenciais, como saúde e educação. A aliança entre o bolsonarismo e o grande capital se deu de maneira explícita, com a adoção de políticas que favoreceram grandes empresários, banqueiros e investidores em detrimento da classe trabalhadora. A agenda econômica do governo, liderada por Paulo Guedes, priorizou privatizações, redução de direitos previdenciários, flexibilização das relações de trabalho e o aprofundamento das desigualdades sociais. Essas medidas seguiram a lógica de transferência de riqueza para os setores mais privilegiados, enquanto a população enfrentava desemprego, precarização e aumento do custo de vida.

Além disso, o bolsonarismo adotou com a retórica "antissistema" buscou promover a desmobilização a classe trabalhadora e canalizar insatisfações populares para pautas moralistas e autoritárias. Dessa forma, enquanto setores neoconservadores promoviam uma guerra cultural contra a esquerda, movimentos sociais e intelectuais, o grande capital se beneficiava da fragilização dos mecanismos de proteção social e do desmonte das políticas públicas (Carnut, 2022). É fundamental destacar a centralidade dos aparelhos privados de hegemonia, especialmente no contexto da ascensão do neofascismo no Brasil.

---

<sup>27</sup> Organizações que produzem e disseminam conhecimento estratégico, geralmente com objetivos políticos, econômicos e ideológicos bem definidos. No caso da extrema-direita, esses grupos funcionam como centros de formulação e difusão de discursos e políticas conservadoras, muitas vezes financiados por grandes empresários e fundações privadas. Nos estados unidos, um dos principais *think tanks* da nova direita é a *Heritage Foundation*, que desempenhou um papel central na formulação de políticas conservadoras desde a era Ronald Reagan e influenciou fortemente o governo Trump (Svartman, 2021).

Os meios de comunicação desempenham um papel crucial nesse processo, sendo usados como ferramentas para difundir a ideologia neofascista e mobilizar setores da sociedade em torno de uma agenda conservadora e autoritária. Exemplos como o *Brasil Paralelo*, uma plataforma de mídia que se dedica à produção de conteúdos revisionistas e de ataque às universidades públicas e aos princípios democráticos, ilustram bem esse fenômeno. Este tem se especializado na criação de narrativas que visam deslegitimar a educação pública, acusando-a de ser um espaço ideológico dominado pela esquerda e promovendo um discurso de "antiglobalismo" e "anti-elitismo". Esses ataques se alinham com uma estratégia mais ampla de desestabilização das instituições tradicionais, visando não apenas enfraquecer a esquerda, mas também destruir a base do conhecimento acadêmico e científico, que é vista como um obstáculo para a implementação de um projeto autoritário e nacionalista.

Além disso, o *Movimento Red Pill*, outro exemplo relevante, representa uma faceta do neofascismo que se utiliza de plataformas digitais e discursos de "despertar" para construir um novo imaginário social. Esse movimento tem como base a incitação a um feminismo de direita e a defesa a chamada "masculinidade dominante", com ataques constantes às conquistas sociais e de direitos humanos. Assim como o *Brasil Paralelo*, o *Movimento Red Pill* utiliza os meios de comunicação e as redes sociais como instrumentos para disseminar sua agenda e mobilizar os jovens, oferecendo um caminho de "despertar" contra um sistema que, segundo eles, estaria sendo controlado por elites esquerdistas e progressistas.

Esses exemplos revelam a estratégia eficaz do movimento neofascista em se apropriar dos meios privados de comunicação para desestabilizar instituições, manipular a opinião pública e fortalecer sua base de apoio. Em vez de se limitar a uma oposição explícita ao Estado, a tática envolve a utilização desses canais para corroer as estruturas sociais, políticas e culturais que sustentam a democracia, enquanto promove uma agenda que favorece a concentração de poder e recursos nas mãos de uma elite conservadora. Essa análise demonstra que a luta pelo controle da narrativa pública, especialmente através de meios de comunicação e plataformas digitais, tem sido um componente central da ascensão do neofascismo no Brasil, tornando ainda mais urgente a reflexão sobre o papel dos dispositivos de hegemonia na configuração do cenário político atual.

O enfraquecimento dos sindicatos e das formas de organização coletiva dos trabalhadores foi outro ponto essencial dessa estratégia. A retirada de recursos das entidades sindicais e o estímulo ao individualismo no mercado de trabalho visaram dificultar a resistência da classe trabalhadora contra a agenda neoliberal imposta pelo governo. O resultado foi uma maior precarização do trabalho, com o avanço da informalidade, do trabalho por aplicativo e

da ausência de garantias básicas, consolidando um cenário de exploração extrema (Waclawovsky, 2018).

Portanto, o bolsonarismo não pode ser compreendido apenas como um fenômeno autoritário isolado, mas como um projeto político profundamente alinhado às necessidades da burguesia em tempos de crise. Seu papel foi garantir a manutenção e a ampliação do poder econômico das elites, ao mesmo tempo em que reprimia, desmobilizava e desarticulava qualquer possibilidade de resistência popular. O neofascismo, nesse sentido, funciona como uma ferramenta de ajuste violento do capitalismo, operando como uma resposta autoritária às contradições e crises do próprio sistema.

Podemos afirmar que o Governo de Jair Bolsonaro não escondeu suas aspirações autoritárias frente ao aprofundamento da crise brasileira. Hoje ainda mais há evidências de que esse Governo, sustentando num movimento neofascista, tentou a construção de uma hegemonia que viabilizasse, de fato, a mudança no regime político. Segundo Melo (2020), a liderança de Bolsonaro, apesar de ter passado trinta anos no Congresso e de seguir práticas tradicionais da política institucional, como impulsionar a carreira política de seus filhos e empregar parentes em cargos estratégicos, sinaliza que seria um equívoco tratá-lo como uma figura plenamente integrada ao sistema. Sua posição periférica dentro do Parlamento é um dado concreto. Ignorar esse aspecto e classificá-lo simplesmente como membro da elite tradicional impede a compreensão de como ele conseguiu canalizar os efeitos da crise democrática a seu favor. Sua ascensão ao poder contou com o respaldo de setores do empresariado, da classe média, de segmentos populares desapontados com o lulismo e/ou ligados ao neopentecostalismo, do partido lavajatista liderado por Moro e Dallagnol e, crucialmente, do apoio das Forças Armadas e das Polícias Militares.

Dito isso, conforme aponta Ianni (1998, p. 112), é apenas dentro da estrutura capitalista, que se cria as “condições e os ingredientes [...] de modo difuso ou organizado, incipiente ou evidente”, que favorecem o surgimento e a consolidação desse fenômeno”, assim, os componentes neofascistas, no cenário atual das dinâmicas sociais, se expandem e se fortalecem à medida que a globalização neoliberal avança de forma dominante. Estas condições que têm seu semblante mais atroz ao encontrar alento na agenda econômica neofascista, neoconservadora e neoliberal de Bolsonaro. Desse modo, como sinaliza Florestan Fernandes (2020, não paginado):

O fascismo não perdeu, como realidade histórica, nem seu significado político nem sua influência ativa. Tendo-se em vista a evolução das ‘democracias ocidentais’, pode-se dizer que Hitler e Mussolini, com seus regimes satélites, foram derrotados no campo de batalha. O fascismo, porém, como ideologia

e utopia, persistiu até hoje, tanto de modo difuso, quanto como uma poderosa força política organizada. Não só ainda existem regimes explicitamente fascistas em vários países; uma nova manifestação do fascismo tende a tomar corpo: através de traços e mesmo de tendências mais ou menos abertas ou dissimuladas, a versão industrialista ‘forte’ da democracia pluralista contém estruturas e dinamismos fascistas.

Seria possível fazer uma associação entre as palavras de Florestan Fernandes e o fato de que o reacionarismo burguês brasileiro teria fomentado seu próprio tipo de fascismo, que é “difuso (e não sistemático), que é fluido (e não concentrado), em suma, um fascismo que tem seu nexos especificamente político dentro do Estado e do governo, mas que impregna socialmente todas as estruturas de poder” (Fernandes, 2020, não paginado).

Diante disso, pode-se entender o neofascismo como uma das atuais estratégias do capitalismo agonizante diante da crise em curso, possuindo:

Caráter subordinado e com resquícios coloniais, tendem a aprofundar o enfraquecimento do Estado garantidor de direitos sociais e nacionalmente soberano, além da permanente tentativa de fragmentação da classe trabalhadora e destruição dos ideários que alimentam os movimentos e as lutas sociais (Moreira; Albuquerque; Pereira, 2021, p. 85).

Essa estratégia tem encontrado apoio e espaço para crescer no grande capital que pretende “administrar violentamente a radicalização da miséria decorrente da elevação do patamar de superexploração da força de trabalho, caminho do capitalismo dependente para continuar acumulando em meio à crise” (Mattos, 2022, p. 37). Encontra, desse modo, no Estado brasileiro e em todas as suas marcas históricas uma “entidade que podia ser manipulável desde o início, a partir da situação de interesses das elites nativas, mas com vistas a sua progressiva adaptação à filosofia política do liberalismo” (Fernandes, 2006, p. 53).

Sua natureza fascista se evidencia não apenas na capacidade de articular diferentes correntes contrarrevolucionárias — incluindo militares, setores ultraconservadores religiosos, o agronegócio e milícias urbanas —, mas também em sua **mobilização de um nacionalismo excludente, no culto à violência como instrumento político, no autoritarismo anti-institucional e na negação de direitos fundamentais**, sendo esse, o décimo ponto dessa caracterização. Além disso, sua dinâmica de massas, estruturada em torno do carisma de uma liderança forte e da construção de inimigos internos, reforça sua afinidade com o fascismo histórico, ainda que adaptado às especificidades contemporâneas. Como fenômeno de massas, o bolsonarismo não se sustenta apenas pelo apoio da classe média, mas também pela adesão

de setores populares precarizados, que, diante da crise econômica e da falta de perspectivas, encontram autoritarismo e na guerra cultural um sentido para sua frustração e indignação.

Isso porque, como visto anteriormente, o fascismo, para se consolidar, precisa de um ambiente que legitime sua violência e seus modos de operar, seja pela destruição das organizações da classe trabalhadora, seja pela mobilização permanente do medo e da intolerância contra os de baixo. Assim, o bolsonarismo segue operando como uma ameaça constante, que pode se adaptar e evoluir de acordo com as condições políticas e sociais do país.

Para falar do neofascismo *à brasileira*, também é precisamos identificar quem são os **seus apoiadores**. Estes que constituem um grupo bastante diverso, no qual nem todos defendem abertamente um ideal fascista. Dentro desse grupo, podemos destacar uma parte de setores econômicos (especialmente a bancada da bala, ruralistas, empreiteiros e banqueiros) que está realmente interessada na implementação das reformas trabalhistas e previdenciárias que já foram anunciadas durante o governo Temer, mas que enfrentaram fortes críticas.

Outro grupo importante dentro dos apoiadores bolsonaristas é formado por evangélicos e políticos-pastores que promovem uma agenda moral conservadora e apoiam interesses econômicos alinhados com o programa de privatizações. Esse setor é o principal responsável por mobilizar as massas populares a favor de Bolsonaro através do trabalho nas igrejas. O bolsonarismo, por sua vez, aposta justamente nessa adesão massiva, ancorando-se no fundamentalismo neopentecostal para reforçar sua retórica conservadora. Além disso, há uma parcela da classe trabalhadora, desesperada por emprego, cansada da corrupção e desiludida com a política, que busca qualquer tipo de mudança (Poggi, 2019). Esse alinhamento ocorre em um cenário de aprofundamento da agenda neoliberal, que, ao intensificar a precarização social, contribui para a erosão das bases que sustentam os regimes democráticos liberais nos países centrais do capitalismo.

Sobre a composição militar e sua forte participação, de acordo com Sampaio (2019), o Governo Bolsonaro contou com cerca de 130 militares em cargos de confiança, tendo além de sua figura enquanto presidente e seu vice, ambos miliares, oito dos vinte e dois ministros eram egressos das Forças Armadas. Além desses, 1.271 militares da ativa, sem contar com os que já passaram à reserva, estavam cedidos ao Executivo federal, esses números que também representam algo ao tratarmos o neofascismo.

Por fim, existe um grupo específico de indivíduos que compartilham efetivamente de ideias fascistas, e que, antes, não encontrava espaço público para se manifestar. Com o avanço do conservadorismo e da cultura do ódio, esse grupo se sentiu mais à vontade para expressar suas opiniões. Esse grupo, composto principalmente por pessoas que defendem uma visão

autoritária e nacionalista, com forte aversão a minorias, progressistas e instituições democráticas, sempre teve suas ideias presentes, embora reprimidas, na sociedade. No entanto, com a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder, esses indivíduos passaram a se sentir representados, encontrando nele um porta-voz para suas e de aversão sociopática às mudanças sociais; ódio de classe contra os de baixo até então ocultos. O discurso de Bolsonaro, muitas vezes associado a retórica de exaltação da violência, da intolerância e do autoritarismo, despertou e encorajou esse grupo a se engajar politicamente e a se manifestar de forma mais explícita e organizada (Poggi, 2019).

No entanto, é importante destacar que a conformação de classe desse núcleo ideológico ainda é um campo de estudo em aberto. Embora muitos dos indivíduos que compartilham dessa ideologia estejam associados a setores da classe média, particularmente da classe média alta, não há uma definição clara sobre os contornos sociais desse grupo. Alguns estudiosos sugerem que ele pode ser composto, em grande parte, por extratos da classe média alta, com acesso a certos meios de comunicação, educação e recursos, que se veem ameaçados por mudanças sociais e políticas. Esse fenômeno é alvo de investigações mais aprofundadas, uma vez que a relação entre classe social e o apoio ao neofascismo no Brasil demanda uma análise mais precisa das condições materiais e simbólicas que sustentam esse núcleo ideológico.

Dessa forma, é possível afirmar que o bolsonarismo se manifesta por meio de diversos setores da sociedade. Ele se propaga desde influenciadores digitais e ativistas bolsonaristas nas redes sociais até organizações empresariais. Além disso, conta com o apoio de setores das polícias e das Forças Armadas alinhados à sua agenda, bem como de uma base popular fortemente ancorada em igrejas neopentecostais. No âmbito político, a figura de Bolsonaro e seus apoiadores representa uma estrutura concreta que materializa essa influência e consolida sua presença no cenário institucional. Assim, o bolsonarismo, até o momento, sustenta-se principalmente nesses grupos, aliando-se à intensa mobilização nas redes sociais, ao respaldo das igrejas pentecostais e neopentecostais – estas, de fato, bem organizadas entre os setores populares – e em processos de agitação e manifestações de rua. Exemplos dessas manifestações incluem os atos em apoio ao governo Bolsonaro e ao ex-juiz Sérgio Moro, como os ocorridos em 26 de maio e 30 de junho de 2021, e também as manifestações mais dramáticas de 8 de janeiro de 2023, que, ao contrário dos eventos anteriores, não foram pontuais. A invasão dos prédios dos Três Poderes, organizada por grupos bolsonaristas, evidenciou a profundidade e a continuidade do apoio à agenda de Bolsonaro, sendo um marco de resistência à transição política e à democracia brasileira.

Por fim, no Brasil contemporâneo, embora novas dinâmicas do capitalismo estejam em

curso, o avanço do neofascismo tem imposto outra grande evidência: **seu brutal retrocesso à classe trabalhadora, normalizando gradativamente a barbárie**. Esses retrocessos não são fenômenos isolados, mas decorrem de uma confluência de fatores estruturais e históricos: a consolidação do neoliberalismo como racionalidade política, a reconfiguração do papel do Estado sob uma lógica autoritária e a radicalização de uma cultura política excludente que mobiliza tanto o ressentimento das classes médias quanto os interesses do grande capital. Esse processo se articula à crise da democracia liberal, que, ao mesmo tempo em que perde legitimidade, se torna mais permeável a projetos políticos marcados pelo autoritarismo e pelo uso sistemático da repressão para a gestão da pobreza e do conflito social.

A precarização das condições de vida e trabalho não é um efeito colateral, mas um eixo central desse modelo, sustentado por reformas estruturais que desmontam direitos sociais, flexibilizam relações laborais e promovem a financeirização da economia em detrimento da produção e do emprego formal. Isso aprofunda a dependência histórica do Brasil na divisão internacional do trabalho, relegando amplos setores da população à informalidade e à uberização, enquanto os mecanismos estatais de proteção social são desmontados sob a justificativa de austeridade fiscal. Como resultado, a desigualdade social se agrava e as expressões da questão social se tornam ainda mais explosivas, levando o Estado a adotar respostas cada vez mais repressivas e moralizantes. O avanço desse modelo se sustenta em um pacto entre elites econômicas e setores políticos reacionários, no qual o desmonte da seguridade social, a privatização dos serviços públicos e a financeirização da economia se articulam à repressão estatal e ao esvaziamento dos mecanismos democráticos de participação popular. A fome, a expropriação de terras, a violência de gênero e a LGBTfobia são elementos dessa engrenagem, que opera pela combinação entre precarização da vida e fortalecimento de dispositivos de controle e disciplinamento social. Assim, longe de ser apenas um efeito do neofascismo, a barbárie contemporânea deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de reestruturação do capitalismo periférico, no qual a exploração da classe trabalhadora se intensifica sob novas formas, ao mesmo tempo em que os mecanismos de resistência são sistematicamente enfraquecidos por meio da fragmentação social e da criminalização dos movimentos populares.

Esse cenário se materializa em diversas dimensões da vida social brasileira. A crescente influência religiosa sobre políticas públicas exemplifica como a moralização da pobreza substitui políticas de assistência estruturadas: as Comunidades Terapêuticas assumem protagonismo no campo da saúde mental ao mesmo tempo em que o financiamento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) sofre sucessivos cortes. Paralelamente, há um processo de

reaproximação entre a igreja e o Estado, ampliando sua influência sobre legislações e normativas voltadas à educação, aos direitos reprodutivos e à diversidade de gênero. No campo da segurança pública, a criminalização da 'questão social' se intensifica, com o encarceramento em massa se consolidando como instrumento privilegiado de gestão da pobreza. A seletividade racial do sistema penal evidencia essa lógica: a população carcerária, que cresceu 212% entre 2000 e 2017, totalizando 726.354 pessoas em 2018, é majoritariamente composta por jovens negros e pobres, sendo que 32,4% sequer foram julgados.

Essas expressões de um processo estrutural de desigualdade e degradação social não se limitam apenas ao campo da justiça ou da saúde pública, mas também se refletem em questões ambientais e climáticas, que têm se intensificado nos últimos anos. A lógica de negligência e exploração desenfreada dos recursos naturais, com a intensificação dos:

Incêndios e os desmatamentos na Amazônia; o rompimento das barragens em Mariana e Brumadinho (MG); as enchentes e alagamentos constantes nas cidades brasileiras; as alterações climáticas são as expressões mais concretas e imediatas de um processo estrutural (CFESS, 2019, p. 01).

Também vivenciamos mais uma ameaça contra os povos indígenas, já pronunciada durante as campanhas eleitorais, pelo então candidato Jair Bolsonaro, com falas como: “se eleito, eu vou dar uma foçada na FUNAI (Fundação Nacional do Índio), mas uma foçada no pescoço. Não tem outro caminho. Não serve mais” (Survival, 2019, não paginado).

É possível identificar também nas relações de trabalho esse retrocesso civilizatório, que incluem o aumento no número de desemprego e do trabalho informal<sup>28</sup>, a destruição de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores através de intensas lutas. Todo esse cenário de austeridade é reforçado pelo avanço da ideologia do empreendedorismo, tendo o Estado nesse processo papel central, reduzindo gastos sociais em políticas e serviços públicos em detrimento da intensificação do processo de mercadorização desses mesmos serviços (Araújo, 2022) e favorecendo a pilhagem do fundo público no Brasil.

Conjuntamente a essas questões, a ascensão de ideologias reacionárias e neofascistas tem proclamado “uma verdadeira ‘caça às bruxas’ ao pensamento crítico como a chamada ‘escola sem partido’, a perseguição ao ‘marxismo cultural’ e à ‘ideologia de gênero’” (Moreira; Albuquerque; Pereira, 2021, p. 86). Como nos sinaliza Casimiro (2020), ao entender a configuração da nova direita brasileira, essa caçada também tem sido feita nos espaços da educação pública gratuita. Este setor tem enfrentado severos cortes orçamentários e ataques à

---

<sup>28</sup> Em 2019 a taxa de desemprego foi de 11,9%, e a taxa da informalidade no mercado de trabalho atingia 41,6% dos trabalhadores do país nesse mesmo ano (Politize, 2020).

gestão democrática, incluindo a imposição de gestores interventores e o desrespeito aos processos eleitorais internos. A esse passo, ainda temos a mercadorização de universidades e institutos federais que é impulsionada por políticas de sucateamento, enquanto a liberdade de cátedra dos professores é restringida com base no movimento "Escola sem Partido" e na alegada "guerra contra o marxismo cultural".

Além disso, temos o descrédito na produção de conhecimento e ciência, com também, posturas agressivas em relação a instituições essenciais, como INPE, IBGE e Fiocruz, que sofreram ataques com críticas infundadas, censuras, cerceamento da autonomia técnica e tentativas de violação de dados, como revelado em Nota Conjunta das entidades em agosto de 2019<sup>29</sup> (Casimiro, 2020). Tais mecanismos, evidentemente operados para a construção de hegemonia, podem se remeter às históricas estratégias desenvolvidas pelo movimento fascista, agora, mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação, redes sociais e plataformas digitais, que impulsionam velozmente falsas notícias sob o controle monopólico de grandes grupos empresariais. Dessa forma, instituições científicas e a própria noção de verdade são desqualificadas como meras construções manipuladas por forças obscuras voltadas para a captura da subjetividade.

Nesse ponto sobre a ciência é indispensável situar outra grande particularidade do neofascismo de Bolsonaro. Isso porque, o papel da ciência no fascismo histórico e no neofascismo contemporâneo, difere substancialmente, refletindo as distintas formas de instrumentalização e relação com o conhecimento científico em cada contexto. No fascismo histórico, a ciência foi profundamente instrumentalizada para sustentar as ideologias autoritárias e racistas do Estado. A biologia racial e a eugenia, por exemplo, foram utilizadas como "ciências" para legitimar a discriminação, a esterilização forçada e o extermínio de grupos considerados "inferiores", como judeus, ciganos e deficientes. Além disso, o regime fascista utilizou a ciência para avançar seus interesses expansionistas e militares, incentivando pesquisas tecnológicas que atendessem às suas necessidades bélicas e de controle social. A ciência, nesse contexto, era uma ferramenta de propaganda e controle, distorcida e manipulada

---

<sup>29</sup>Nota realizada conjuntamente entre Instituições Produtoras de Informação e Conhecimento. A nota pública foi assinada pelas entidades: AFBNDES (Associações dos Funcionários do BNDES); Afipea (Associação dos Funcionários do Ipea; Afin (Associação dos Empregados da Finep; Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior; Ascapes (Associação dos Servidores da Fundação Capes); Ascon (Associação dos Servidores do CNPq; Asfoc SN (Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Fundação Oswaldo Cruz; Asibama-RJ (Associação dos Servidores Federais da Área Ambiental no Estado do Rio de Janeiro; ASSIBGE-SN (ASSIBGE – Sindicato Nacional); Assinep (Associação dos Servidores do Inep; Fórum de C&T (Fórum de Ciência e Tecnologia); SINDCT (Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial; SINDGCT (Sindicatos Nacionais dos Servidores Públicos Federais da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura. Nota pública assinada em 26 de agosto de 2019.

para apoiar a ideologia do regime.

Já no neofascismo de Jair Bolsonaro, o papel da ciência é marcado por um negacionismo e uma desvalorização do conhecimento científico, principalmente em áreas cruciais como saúde pública e meio ambiente. Durante a pandemia de COVID-19, o governo Bolsonaro se alinhou a teorias da conspiração e questionou publicamente as recomendações científicas, como o uso de máscaras, as vacinas e as medidas de distanciamento social, ao invés de seguir as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e especialistas em saúde pública. Esse comportamento reflete uma tentativa de minimizar a gravidade da crise sanitária e de manipular a ciência para sustentar uma narrativa política que favorecia seus próprios interesses eleitorais e econômicos.

Além disso, o governo promoveu um retrocesso significativo nas políticas ambientais, com a diminuição de recursos destinados à pesquisa científica, o que afetou diretamente a pesquisa e proteção do meio ambiente no Brasil. O negacionismo climático e as políticas de desmatamento da Amazônia são exemplos claros de como a ciência foi desprezada em nome de interesses políticos e econômicos imediatos, com a diminuição da credibilidade de instituições científicas que se opunham a essas práticas.

Portanto, embora ambos os regimes, utilizem a ciência de maneira a servir aos seus objetivos políticos, há uma diferença crucial em como essa ciência é tratada. No fascismo histórico, a ciência era um instrumento de dominação e de legitimação de ideologias racistas e expansionistas, enquanto no neofascismo de Bolsonaro, a ciência se tornou um obstáculo à narrativa política, sendo frequentemente negada ou descreditada quando suas descobertas e recomendações contradiziam as políticas governamentais. A principal diferença reside no fato de que, enquanto o fascismo histórico utilizava a ciência como uma ferramenta de controle social e militar, o governo Bolsonaro, ao contrário, minimiza a ciência, recusa suas recomendações e manipula o conhecimento científico em benefício de uma agenda política e econômica imediata.

Dentro dessa lógica negativista o bolsonarismo segue promovendo ataques sistemáticos a essas instituições com o objetivo de fortalecer a ideia de que elas estariam sob o controle da chamada “esquerda globalista”, “gramscista” ou do suposto “marxismo cultural”. Além disso, a ausência de cobertura da mídia tradicional sobre as alegações conspiratórias é interpretada pelos adeptos como uma evidência de que intelectuais e veículos de imprensa fazem parte de um complô contra a "verdadeira" visão de mundo defendida pelo movimento.

Tudo isso envolve a atuação de grupos de intelectuais, instituições religiosas

conservadoras, meios de comunicação e novas mídias sociais, que propagam suas ideias e visões de mundo através de mídias, espaços acadêmicos e entidades setoriais. Isso amplia sua influência, resultando em debates políticos superficiais devido à reprodução automática e irrefletida de discursos, especialmente os moralizantes (Casimiro, 2020).

Ainda presenciamos diversas manifestações que reforçaram o completo desrespeito à dignidade humana, como as falas de apoio a governos autoritários, como a ditadura empresarial-militar e a figuras de torturadores, e os constantes ataques direcionados à oposição e às minorias, incluindo mulheres, pessoas LGBTQIA+, negros, adeptos de religiões afro-brasileiras, e a esquerda em geral. Entre as falas de Bolsonaro estão comparações de negros a animais, atribuições de comportamento promíscuo a essas comunidades e críticas às políticas de cotas raciais; também há declarações que rebaixam o valor da mulher, incluem agressões verbais e perseguição às mulheres na política. Além disso, foi promovido uma defesa abertamente à violência contra a população LGBT e a esquerda, culpando-a pela suposta destruição da família tradicional e da “moralidade” brasileira. Esse comportamento não apenas reforça tendências autoritárias, mas também evidenciam um viés fascista que busca eliminar aqueles que pensam de forma diferente. Tudo isso revela um desprezo pela diversidade que caracteriza a sociedade brasileira e o contexto global atual, violando direitos humanos fundamentais e negando o direito à existência e à livre expressão da oposição política. Oportunisticamente, o racismo e a misoginia são associados ao direito de liberdade de expressão. Pelos mesmos meios, passa-se a confundir a própria concepção de democracia, parte do irracionalismo do movimento neofascista.

Esse processo de retrocessos, tiveram uma grande expressão brutal e trágica no cenário da condução da crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19. A resposta do governo Bolsonaro à emergência de saúde pública escancarou o desprezo pelas vidas da classe trabalhadora e das camadas populares, ao negar a gravidade do vírus, sabotar medidas de prevenção, atrasar deliberadamente a compra de vacinas e promover desinformação em larga escala. Tal postura não foi um desvio momentâneo, mas a radicalização de um projeto político que naturaliza a morte dos mais pobres, reafirmando a lógica “necropolítica” do capitalismo periférico, agravada por uma racionalidade neofascista. As mais de 700 mil mortes contabilizadas no país não podem ser tratadas como fatalidades, mas como resultado de uma gestão autoritária, anticientífica e genocida, que reforçou desigualdades já existentes e expôs a precariedade das condições de vida impostas a grande parte da população brasileira (Rosa, 2023). Assim, a pandemia se tornou um marco da barbárie contemporânea, revelando como o bolsonarismo ressignificou a política pública como instrumento de extermínio, e não de

proteção social, intensificando o retrocesso civilizatório que atinge em cheio os fundamentos da dignidade humana e da democracia.

Sabemos que essa realidade de barbárie é tendência histórica já em curso na sociedade capitalista, porém, é a partir do neofascismo, que essas tendências se transformam abertamente em um programa político. Portanto, esses “episódios” parecem isolados, mas na verdade “possuem a mesma determinação, são consequências das insolúveis contradições do capitalismo, que, diante da grande crise, expressa a sua face anticivilizatória, a partir de uma direção neocolonial, ultraliberal e neofascista” (CFESS, 2019, p. 01). Esse contexto sinaliza o reforço de muitos aspectos da nossa própria formação social, tais como a restrição democrática, o autoritarismo e a violência estrutural como potência econômica.

Com base nesses elementos, podemos nos apoiar numa concepção que encontra semelhanças entre a ascensão do movimento neofascista na atualidade e a experiência histórica do fascismo no capitalismo monopolista. A marca da “crise orgânica” do capital, as soluções autoritárias e reacionárias que objetivam ampliar as expropriações e a exploração humana. Essa situação cria um ambiente favorável para a disseminação de discursos que desvalorizam a política, reduzindo-a a um símbolo de corrupção. Este que, como nos aponta Löwy (2019a), é um hábito antigo dos conservadores, desde os anos 1940: levantar a bandeira do combate à corrupção para justificar o poder das oligarquias tradicionais e, em alguns casos, legitimar golpes militares. Bolsonaro soube manipular esse sentimento legítimo de indignação contra o fisiologismo e o cretinismo parlamentar, imprimindo a associação com o PT. Com isso, o Estado passou a ser visto como um fardo pesado, símbolo de atraso e patrimonialismo. Como resultado, esse mesmo atraso e patrimonialismo é reconduzido, reciclado, mediado agora também pelo crescimento das milícias<sup>30</sup>.

Nesse cenário, a luta de classes, embora muitas vezes reprimida e invisibilizada, revela contradições estruturais profundas. De um lado, observa-se o fortalecimento do capital por meio de reformas neoliberais, precarização do trabalho e avanço das milícias e do agronegócio sobre territórios urbanos e rurais. De outro, a resistência das classes trabalhadoras se vê fragmentada pela criminalização dos movimentos sociais, pelo avanço de discursos moralizantes e pelo desmonte de direitos historicamente conquistados. Essas tensões resultam em um aumento da

---

<sup>30</sup> As milícias, compostas por agentes de segurança pública ativos e aposentados, expandiram-se como grupos que inicialmente combatiam o tráfico, mas que, ao longo do tempo, passaram a controlar territórios urbanos por meio da extorsão e do domínio sobre serviços essenciais, operando como um novo tipo de crime organizado (Manso, 2023).

violência social e política, onde o Estado, longe de atuar como mediador, se alinha a interesses dominantes, intensificando a repressão e ampliando o abismo entre as classes.

Entretanto, este não impede a resistência política da classe trabalhadora, que apesar do avanço das expressões neofascistas no Brasil nos últimos anos, tem sido fundamental. Diversos setores da sociedade civil organizada têm se mobilizado contra os ataques aos direitos sociais, aos territórios, à democracia e à vida. Essas resistências, mesmo que fragmentadas, expressam formas de luta política que confrontam, direta ou simbolicamente, o projeto autoritário, ultraneoliberal e antipopular em curso. A presença do neofascismo, portanto, não deve ser interpretada como uma hegemonia incontestada, mas como um projeto permanentemente tensionado por movimentos que se recusam a naturalizar a barbárie.

Entre os exemplos mais emblemáticos dessa resistência, destaca-se a luta dos povos indígenas. Em diversas ocasiões, especialmente durante os anos do governo Bolsonaro, lideranças e comunidades originárias ocuparam Brasília para denunciar o desmonte das políticas indigenistas, o avanço do agronegócio sobre terras demarcadas e a tentativa de legalizar o chamado “marco temporal”. Mobilizações como o "Levante pela Terra", em 2021, e o "Acampamento Terra Livre", realizado anualmente, ganharam visibilidade nacional e internacional, expressando uma forma concreta de enfrentamento coletivo ao projeto neocolonial e genocida do bolsonarismo. Tais ações evidenciam que os povos indígenas não são apenas vítimas, mas protagonistas ativos na defesa da vida, da natureza e dos direitos conquistados com muita luta.

Além da resistência indígena, também merecem destaque os atos organizados por frentes amplas da sociedade civil, como as manifestações #ForaBolsonaro, que ocorreram em diversas capitais do país entre 2021 e 2022. Esses atos reuniram movimentos populares, partidos de esquerda, coletivos juvenis, entidades sindicais e organizações feministas, em repúdio à condução genocida da pandemia, à destruição das políticas públicas e à crescente militarização do Estado. A própria rearticulação de fóruns como a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo representa uma resposta à tentativa de fragmentação da classe trabalhadora, reafirmando a centralidade da luta coletiva e da solidariedade de classe como instrumentos de enfrentamento ao autoritarismo.

O movimento estudantil e a juventude periférica também protagonizaram importantes formas de resistência. As ocupações de escolas e universidades, bem como os protestos contra os cortes na educação e a militarização do ensino, denunciaram os ataques à autonomia universitária, ao pensamento crítico e à liberdade de cátedra. Essas mobilizações, em sua maioria lideradas por jovens negros e negras, periféricos e LGBTQIA+, reafirmaram a

educação como território de disputa e resistência frente ao obscurantismo e à cruzada ideológica contra o saber científico.

No campo da luta urbana, os movimentos por moradia, como o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), seguiram ocupando terrenos e denunciando o aumento da desigualdade, a especulação imobiliária e o abandono das políticas habitacionais. Suas ações, mesmo diante da repressão policial e do boicote institucional, continuam a afirmar o direito à cidade e a exigir justiça social.

Esses exemplos demonstram que, mesmo em um cenário de intensificação da repressão, criminalização dos movimentos e crise democrática, a classe trabalhadora e seus aliados seguem resistindo e produzindo alternativas. A organização coletiva, a ocupação dos espaços públicos, as denúncias internacionais e o fortalecimento das redes de solidariedade são expressões contemporâneas de resistência ao neofascismo, que, embora duramente atacadas, revelam a persistência do projeto emancipatório no Brasil. Em suma, se o bolsonarismo representa a radicalização de um reacionarismo burguês, as lutas sociais seguem sendo o seu contraponto histórico — a reafirmação da vida diante da “necropolítica”.

Diante dos aspectos apresentados, ainda que o entendimento sobre a natureza da crise em curso permaneça em debate, é possível identificar no Brasil um processo que se configura como uma crise orgânica, caracterizada pelo esgotamento dos mecanismos tradicionais de dominação burguesa. De um lado, as classes dominantes enfrentam dificuldades crescentes para manter o controle político e econômico nos moldes anteriores, recorrendo a formas cada vez mais autoritárias de governança, como a militarização da política, o avanço do poder miliciano e o desmonte de garantias democráticas. De outro, a classe trabalhadora, embora submetida a um cenário de intensa exploração e precarização, ainda não conseguiu consolidar um projeto alternativo capaz de enfrentar e reverter essa correlação de forças. Nesse contexto, aprofunda-se um quadro de instabilidade estrutural, no qual as instituições perdem legitimidade, o pacto democrático se desfaz e a imposição da ordem se dá cada vez mais pela coerção e pela violência, consolidando a ditadura do grande capital como horizonte imediato.

Reconhecemos que o sistema capitalista, como dito, especialmente em períodos de crise, gera e perpetua fenômenos como o fascismo, o racismo, golpes de estado e ditaduras militares e que a origem desses problemas é sistêmica. E por essa razão, podemos entender que o que temos vivido hoje está nos afastando progressivamente de aspectos essenciais da nossa humanidade. Por isso, em contraponto, a luta antifascista nos parece adquirir um significado social e histórico central para potencializar outras lutas, como a do antirracismo, por melhores condições de vida e trabalho, a exemplo, a recente mobilização contra a jornada

6x1, que submete os trabalhadores a uma rotina exaustiva, garantindo apenas um dia de folga por semana e comprometendo sua saúde e bem-estar.

Diante desse cenário, compreender o bolsonarismo como uma manifestação neofascista exige uma análise que vai além do aspecto eleitoral, considerando sua base social, suas estratégias de mobilização e sua funcionalidade dentro da crise do capitalismo. Seu legado autoritário permanece operando nas instituições, na cultura política e nas dinâmicas sociais, reforçando desigualdades e aprofundando a precarização da vida. Assim, o enfrentamento ao neofascismo não se limita à disputa institucional, mas envolve a construção de alternativas políticas e sociais que fortaleçam a organização popular, a ampliação dos direitos e a defesa intransigente da democracia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que a disputa pela hegemonia nas sociedades capitalistas ultrapassa as esferas econômica e política, estendendo-se ao campo ideológico e cultural. Nesse sentido, aprofundar a compreensão da realidade torna-se essencial para sua transformação, o que implica, inevitavelmente, em uma análise histórica e dialética. O estudo do neofascismo no Brasil, assim como qualquer fenômeno social complexo, exige a retomada da centralidade da história, pois é na dinâmica temporal e na luta de classes que se configuram as condições materiais e ideológicas que o sustentam. Como propõe Gramsci (1999, p. 111), essa análise se concretiza por meio de uma "crítica real da racionalidade e historicidade dos modos de pensar", ou seja, uma crítica que considera as condições históricas e as contradições do sistema, sem perder de vista o contexto concreto em que as ideologias se manifestam e se reforçam. A compreensão profunda da realidade social, portanto, exige que se leve em conta tanto os processos históricos passados quanto as lutas ideológicas presentes, a fim de desvendar as raízes do neofascismo e suas implicações para o futuro da sociedade.

Historicamente, tanto no Brasil quanto no mundo, o Estado pode adotar formas mais autoritárias ou conciliadoras. O fascismo se destaca como uma variante ditatorial do Estado capitalista, distinta de ditaduras militares ou governos bonapartistas. Além de sua dimensão política, opera como uma ideologia que legitima e sustenta esse regime reacionário, consolidando e perpetuando a estrutura capitalista na qual está inserido.

Como exposto anteriormente, sabemos que o fascismo histórico nasceu no século XX nos países centrais, Itália e Alemanha, configurando-se a partir do reacionarismo de massa predominantemente da pequena burguesia e dos proprietários de terra. Sendo esses, cooptados pelo grande capital. Esse movimento chega ao poder com ações contra o movimento operário socialista e comunista, utilizando como instrumento a crítica conservadora à economia capitalista e à política parlamentar. Diante de todo esse apanhado, consideramos o neofascismo um fenômeno contemporâneo que visa preservar a estrutura capitalista e servir como um instrumento de controle social e político do capitalismo sobre a sociedade. Sendo a atual fase histórica do capitalismo, surge como resposta a crises estruturais e à necessidade da classe dominante de manter sua hegemonia sobre o Estado. Diferente do fascismo histórico, o neofascismo não precisa necessariamente se manifestar por meio de uma ditadura aberta. Ele pode continuar operando dentro de democracias liberais, limitando liberdades e adotando práticas autoritárias, sem recorrer a estruturas militares ou partidos únicos. Além disso, sua ascensão está diretamente ligada ao avanço do neoliberalismo, utilizando crises econômicas e

políticas para consolidar seu poder.

O estudo nos permitiu identificar tanto as continuidades quanto as rupturas entre o fascismo histórico e o neofascismo. Entre as semelhanças, ambos surgem em contextos de crise do capitalismo e instabilidade política, oferecendo uma resposta reacionária às ameaças percebidas pelas classes dominantes. O neofascismo mantém a lógica autoritária, a perseguição a opositores políticos, a militarização da sociedade e a mobilização de setores da pequena burguesia como base social, tal como ocorreu nos regimes fascistas da Itália e da Alemanha. Além disso, resgata elementos discursivos do fascismo histórico, como a exaltação do nacionalismo, a negação da luta de classes e o combate a qualquer perspectiva emancipatória.

Entretanto, há diferenças fundamentais. Enquanto o fascismo histórico consolidou-se como resposta violenta das elites para eliminar a ameaça comunista e social-democrata, o neofascismo opera em sintonia com o neoliberalismo, promovendo o desmantelamento do Estado, a privatização de serviços públicos e a redução de direitos trabalhistas, ao mesmo tempo em que reforça mecanismos de repressão política e social. No campo do nacionalismo, o fascismo histórico possuía um viés militarista e expansionista, buscando conquistas territoriais e a imposição de uma identidade racial superior. O neofascismo, por sua vez, manifesta-se na rejeição à globalização e à diversidade, promovendo uma ideologia xenofóbica e ultraconservadora, muitas vezes afirmando um racismo reverso.

Outra distinção essencial reside na estratégia de mobilização de massas. Enquanto no fascismo histórico essa mobilização ocorria por meio de grandes eventos de propaganda e controle estatal dos meios de comunicação, no neofascismo contemporâneo a manipulação da opinião pública ocorre predominantemente via redes sociais e fake news, criando um ambiente de desinformação e radicalização ideológica. No que se refere ao controle do Estado e da economia, o fascismo histórico promovia um intervencionismo estatal que subordinava a economia ao Estado e à guerra, enquanto o neofascismo busca consolidar um Estado autoritário aliado a radicalização do neoliberalismo, priorizando a desregulamentação econômica e a privatização em massa.

Além disso, a utilização da violência e repressão também apresenta diferenças. No fascismo histórico, grupos paramilitares, como as Camisas Negras na Itália e a SA na Alemanha, foram instrumentos centrais de repressão. No neofascismo, a violência é descentralizada, sendo promovida por milícias informais, discursos de ódio, movimentos sociais e ataques digitais, visando deslegitimar adversários políticos e reforçar a polarização social.

Em suma, compreendemos que o fascismo histórico representava a manifestação

política de racismo e violência como uma ideologia de Estado voltada para a conquista do domínio mundial. Já o bolsonarismo, em um país dependente, pode ser visto como uma forma de neofascismo. Essa corrente política surge como resposta à crise do pacto estabelecido pela Constituição de 1988 e ao ódio contra projetos igualitários e de esquerda, mesmo aqueles que se apresentam em formas mais moderadas e reformistas, como o lulismo, ganhando força popular após o golpe jurídico-parlamentar de 2016, servindo como uma expressão radical das camadas enfurecidas da classe média que se mobilizaram a partir de 2015. O bolsonarismo se apoia em um profundo ressentimento social da pequena burguesia e na nostalgia das décadas da ditadura empresarial-militar. Além disso, é alimentado pela politização do racismo, machismo e homofobia (Arcary, 2019).

A análise do bolsonarismo revelou que esse fenômeno se entrelaça com a formação social do Brasil, marcada por desigualdades estruturais e por uma elite historicamente resistente à democratização efetiva. O bolsonarismo articula-se com a militarização da política, o fortalecimento do fundamentalismo religioso, o discurso anticomunista e a retórica da violência como solução para os “problemas sociais”. Além disso, busca reconfigurar a institucionalidade do Estado como meio de garantir a hegemonia das classes dominantes, conforme argumenta Casimiro (2020). O bolsonarismo também se insere em um contexto mais amplo de ascensão da extrema direita global, com articulações internacionais que incluem o alinhamento com líderes e organizações neofascistas de outros países, o uso massivo de redes sociais para manipulação da opinião pública e a atuação de *think tanks* conservadores.

No Brasil, esse movimento não se limitou à figura de Bolsonaro, consolidando-se como uma força política estruturada que sobrevive à derrota eleitoral de seu principal representante. A aliança entre bolsonarismo e grande capital revelou que esse fenômeno não era um simples desvio autoritário, mas uma alternativa viável de reorganização da dominação burguesa diante do esgotamento do pacto democrático-liberal. Seu projeto econômico aprofundou a precarização do trabalho, atacou direitos sociais, desmantelou sindicatos e fortaleceu o domínio do capital financeiro.

Nesse contexto, o neofascismo configura-se como uma reatualização das estratégias reacionárias das classes dominantes, moldadas pela crise estrutural do capitalismo e pela necessidade de viabilizar a ditadura do grande capital (Ianni, 1982). Para tanto, não há pudor:

Em acelerar o processo de devastação do meio ambiente, em aniquilar pessoas (ou simplesmente deixar morrer, como no caso italiano em que impediram que um barco de refugiados atracasse) e em transformar a sociedade em uma guerra de todos contra todos em que sobrevive o mais armado – e isso não é

nenhum “retorno à Idade Média”, é o próprio ápice do desenvolvimento capitalista, cuja verdade não é nenhuma versão democrática e luminosa de sociedade, mas sim esse grande Nada destrutivo (Catalani, 2019, s.p.).

Desse modo, a instauração da “cultura regressiva da crise” (Mota, 2019b, p. 174) e da “banalização do humano” (Iamamoto, 2011, p. 257) fazem com que as multifacetadas expressões da questão social sejam “negadas, naturalizadas e utilizadas com finalidade de manter a ordem dominante vigente, a capitalista” (Silva *et al.*, p. 257, 2020) por meio da onda de ódio, aprofundamento do neoliberalismo e negação de direitos que tem se alastrando pelo Brasil no contexto mais recente.

É possível constatar na atual realidade brasileira que o discurso de combate ao “terrorismo” de esquerda, ao marxismo, à ciência e à corrupção, sustentado pelo mito de “O Brasil acima de tudo. Deus acima de todos” e da defesa da família tradicional, da Lei e da ordem, vem sendo acompanhado pelo alto índice de desemprego, pela política de privatizações, pelos cortes de direitos sociais e trabalhistas, e pelo aumento crescente da pobreza e da violência em suas diversas expressões. Em uma forte ofensiva conservadora, o país vivencia a legitimação de raízes fincadas no processo sócio-histórico em que se evidencia o racismo, a misoginia, o machismo, a lesbo-homo e transfobia, a intolerância religiosa, o moralismo e a militarização da vida cotidiana. Esse cenário político e ideológico contribui para a constituição de um movimento reacionário no interior do Serviço Social, tendo em vista que a profissão não é imune a tais mediações, visto ser ela própria expressão e resultado das relações sociais (Cisne *et al.*, 2020, p. 317).

Em síntese, o legado bolsonarista ultrapassa a figura de Bolsonaro, consolidando redes de influência em diversas esferas institucionais e sociais que seguem operando após seu governo, reforçando a necessidade de resistência organizada.

Diante dessas considerações, reafirmamos a necessidade da luta antifascista não apenas como uma resistência política e institucional, mas também como um movimento de reorganização da classe trabalhadora, resgate da memória histórica e construção de alternativas sociais emancipatórias. A compreensão crítica do neofascismo e de suas determinações históricas é um passo essencial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de enfrentamento e superação desse fenômeno regressivo que assola o Brasil e o mundo.

Compreender o bolsonarismo e seu aspecto neofascista no Brasil não é apenas um exercício teórico, mas um compromisso ético com a transformação social. Esse caminho ainda está em construção e tem se expressado em um conjunto de esforços, especialmente no âmbito da produção de conhecimento, revelando que se trata ainda de um debate em curso, polêmico, diverso e, em muitos aspectos, ainda em aberto. Espera-se que esta dissertação contribua para

o debate acadêmico e político, fortalecendo estratégias emancipatórias contra as diferentes frentes onde o neofascismo tem atuado. Que este estudo sirva como instrumento de resistência coletiva, reafirmando o Serviço Social como campo de pensamento crítico e profissão articulada com as diversas lutas e resistências das classes trabalhadoras no Brasil. Como afirmam Anunciação de Souza e Sitcovsk (2020, p. 193), é fundamental "a construção de linhas de resistência intelectual, cultural, ideológica e política frente às características reacionárias, obscurantistas e irracionais que se acirraram na conjuntura brasileira, a partir do assim chamado 'bolsonarismo'".

Por fim, afirmamos que o bolsonarismo, apesar de sua derrota eleitoral, continua sendo uma ameaça política e social. Seu legado se mantém na radicalização de setores da sociedade, na militarização da política, no avanço da extrema direita e na normalização da barbárie contra populações historicamente marginalizadas. Diante disso, a luta antifascista se coloca como uma necessidade histórica, não apenas para combater diretamente o neofascismo, mas também para fortalecer a resistência contra todas as formas de exploração e opressão que sustentam esse projeto autoritário.

Encerramos este estudo reafirmando que o estudo sobre a ascensão do neofascismo e suas implicações é essencial para a resistência e a construção de um projeto de sociedade comprometido com a emancipação humana. A realidade e a própria história nos oferecem sinais inequívocos da presença viva e pulsante do fascismo entre nós. Revelar suas nuances e sua nova face torna-se uma tarefa para aqueles/as comprometidos/as com a classe trabalhadora e com a construção de uma nova ordem societária.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Cynthia Studart et al. Saúde mental, drogas e reatualização do proibicionismo no governo Bolsonaro. **Argumentum**, Vitória, v. 15, n. 3, p. 65-78, set. 2023.

ALMEIDA, Guilherme Silva de. Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo e seu impacto nas políticas sociais. **Política, Revista Katálisis** Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 720-731, 2020.

ANUNCIÇÃO DE SOUZA, Jamerson Murillo Anunção de; OLIVEIRA, Marcellly Batista de. CONSERVADORISMO: Ideologia e estratégia política das classes dominantes. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Vitória, p. 1-14, dezembro, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22616>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ANUNCIÇÃO DE SOUZA, Jamerson Murillo; SITCOVSKY, Marcelo. Direitos humanos, democracia e neoconservadorismo. **Katálises**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 193-195, maio 2020.

ARCARY, Valério. **Questões sobre o neofascismo (e Bolsonaro)**. 2019. Disponível em: [https://aterraeredonda.com.br/questoes-sobre-o-neofascismo-e-bolsonaro/?doing\\_wp\\_cron=1631889937.2418580055236816406250](https://aterraeredonda.com.br/questoes-sobre-o-neofascismo-e-bolsonaro/?doing_wp_cron=1631889937.2418580055236816406250). Acesso em: 17 set. 2023.

ARAÚJO, Álison Cleiton de. **A mercadorização dos serviços sociais públicos: tendências contemporâneas e inflexões no exercício profissional de assistentes sociais**. 2022. 281 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 104. São Paulo: Cortez, 2015.

BELLO, Enzo et al. Operação Lava Jato: ideologia, narrativa e (re)articulação da hegemonia. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 1645-1678, jul. 2021.

BERNAL, Andrés Botero; ROMÁN, Javier Orlando Aguirre; SARMIENTO, Juan David Almeyda. Neopentecostalismo, teología de la prosperidad y neoliberalismo. Hacia una lógica religiosa para el Homo oeconomicus. **Entramado**, Bogotá, v. 19, n. 2, p. 1-17, jul. 2023.

BOITO JUNIOR, Armando. O caminho brasileiro para o fascismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/CSKYLS49WkF4Zr7fnFJTMmm/>. Acesso em: 05 set. 2023.

BOITO JUNIOR, Armando. O neofascismo no Brasil. **Brasil de Fato**. São Paulo, p. 1-16. abr. 2019b.

BOITO JUNIOR, Armando. **A terra é redonda e o governo Bolsonaro é fascista**. 2019c. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-terra-e-redonda-e-o-governo-bolsonaro-e->

fascista/. Acesso em: 08 set. 2021.

BOITO JUNIOR, Armando. **A terra é redonda e o governo Bolsonaro é fascista**. 2019d. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-terra-e-redonda-e-o-governo-bolsonaro-e-fascista/>. Acesso em: 08 set. 2021.

BOTELHO, Maurilio Lima. **Notas sobre o fascismo, o de ontem e o de hoje**. 2018. Disponível em: <https://blogdaconsequencia.wordpress.com/2018/10/02/notas-sobre-o-fascismo-o-de-ontem-e-o-de-hoje/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRAZ, Marcelo. O Brasil atual e tragédia bolsonarista: elementos históricos e conjunturais para pensar o projeto ético-político. **Diálogos do Cotidiano – Assistente Social: Reflexões sobre o trabalho profissional**, Brasília, p. 12-40, 2022. Caderno 2.

CALDEIRA NETO, Odilon. Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil. **Conhecer: Debate Entre O Público e O Privado**, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 120-140, Marcelo jan. 2020.

CAMBUIM, Raul Costa. **Política e fiscalidade no Brasil: uma crítica à teoria democrática contemporânea a partir do sul global**. 2022. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

CANETTIERI, Thiago. Violência explosiva, o novo radicalismo de direita e capitalismo em crise. 2021. Disponível em: <https://blogdaconsequencia.wordpress.com/2021/01/15/violencia-explosiva-o-novo-radicalismo-de-direita-e-capitalismo-em-crise-por-thiago-canettieri/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CATALANI, Felipe. 2019. **A decisão fascista e o mito da regressão: o Brasil à luz do mundo e vice-versa**. Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/07/23/a-decisao-fascista-e-o-mito-da-regressao-o-brasil-a-luz-do-mundo-e-vice-versa/> Acesso em: 10 de jan. de 2025.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. NEOCONSERVADORISMO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. **Temporalis**, Brasília, v. 16, n. 32, p. 231-259, jun. 2016.

CARNUT, Leonardo. “O que o burguês faz lamentando... o fascista faz sorrindo”: neofascismo, capital internacional, burguesia associada e o Sistema Único de Saúde. **Civitas**, Porto Alegre, v. 22, p. 1-11, 2022.

CARVALHO, Celso do Prado Ferraz de. EDUCAÇÃO, NEOCONSERVADORISMO E BARBÁRIE EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 279-301, jun. 2023.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A TRAGÉDIA E A FARSA: a ascensão das direitas no brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CISNE, Mirla; CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira; ARAÚJO, Luciene. "Renovação" do Serviço Social brasileiro: um *continuum* à ofensiva conservadora. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 307-327, jul. 2020.

CONGRESSO EM FOCO. **Veja quais deputados e senadores fazem parte da bancada evangélica**. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/veja- quais-deputados-e-senadores-fazem-parte-da-bancada-evangelica/>. Acesso em: 01 dez. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Carta de Belém. 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/48EncontroCfessCress-CartaBelem2019.pdf>. Acesso em: 05 de dezembro de 2023.

COUTINHO, Carlos Nelson (org.). **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. In: Encontros com a Civilização Brasileira, V. 9, 1979.

CUNHA, Otávio Augusto. **Crítica do empreendedorismo**. 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/critica-do-empreendedorismo/>. Acesso em: 09 mar. 2025.

DEMIER, Felipe; CISLAGHI, Juliana Fiuza. **O neofascismo no poder** (ano I): análises críticas sobre o governo bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 69-99.

ESCURRA, María Fernanda. Conservadorismo: uma ditadura conhecida?. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, p. 189-192, ago. 2012.

FERNANDES, Florestan. **Notas sobre o fascismo na América Latina**. [1968] 2020. Disponível em: [https://aterraeredonda.com.br/notas-sobre-o-fascismo-na-america-latina/?doing\\_wp\\_cron=1636027710.4993250370025634765625](https://aterraeredonda.com.br/notas-sobre-o-fascismo-na-america-latina/?doing_wp_cron=1636027710.4993250370025634765625). Acesso em: 10 out. 2023.

FERNANDES, Florestan. **Contribuição a crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, [1975] 2006.

FERNANDES, Florestan. **Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1979a.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: Hucitec, 1979b.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

GIOVANAZ, Daniel. **Imperialismo causa inflação**: economista explica alta de preços além dos aspectos monetários. Economista explica alta de preços além dos aspectos monetários. 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2021/10/imperialismo-causa-inflacao-economista-explica-alta-de-precos-alem-dos-aspectos-monetarios/>. Acesso em: 01 dez. 2021.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos. Vol. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2007, 6 v.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda. Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora. In: CFESS. **Diálogos do cotidiano – Assistente social**: reflexões sobre o cotidiano profissional. Brasília: Cfess, 2021. p. 16-48. Caderno 1. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/12021Cfess-DialogosDoCotidianoVol1-Site.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 36.ed. São Paulo: Cortez, 2012. (1ª ed. 1982).

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 7º. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IANNI, Octávio. Neoliberalismo e neofascismo. **Crítica Marxista**, Campinas, n.10, p. 111-121, 1998.

IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019 [1981] 356 p.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

IBGE. **Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país**. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais>. Acesso em: 01 dez. 2021.

KONDER, Leandro. **O marxismo na batalha das ideias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. *Dicionário gramsciano*. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**. Porto: Escorpião, 1974 [edição brasileira: São Paulo: Martins Fontes, 2003].

LÖWY, Michael. **Dois anos de desgoverno**: a ascensão do neofascismo. A ascensão do neofascismo. 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/dois-anos-de-desgoverno-a-ascensao-do-neofascismo/>. Acesso em: 06 dez. 2023.

LÖWY, Michael. **A resistível ascensão dos “novos” fascistas**. 2019a. Disponível em: <https://outraspalavras.net/author/aterraeredonda/>. Acesso em: 29 abr. 2024.

LÖWY, Michael. **Neofascismo: um fenômeno planetário**. 2019b. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/593814-neofascismo-um-fenomeno-planetario-o-caso-bolsonaro>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MANSO, Bruno Paes. **A Fé e o Fuzil: Crime e Religião no Brasil do Século XXI**. São Paulo: Todavia, 2023

MARA, Eduardo. A Marcha do Velho Novo: sobre as determinações do fascismo ontem e hoje. **Argumentum**, Vitória, v. 13, n. 2, p. 51-63, maio 2021.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luis Bonaparte**. In: Marx e Engels, São Paulo: Edições Sociais, Texto 3. 1852.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas em três volumes**. Rio de Janeiro: Vitória, 1963, v. 3

MASCARELLO, Marilandi Maria; REBELATTO, Leticia Maria; ALMEIDA, Diego Orgel dal Bosco. A onda neoconservadora no cenário ocidental: revisão histórica, social e política. **Revista Interritórios**, Recife, v. 10, n. 19, p. 1-33, jan. 2024.

MATTEI, Clara. **A Ordem do Capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo**. São Paulo: Boi Tempo, 2023.

MATTOS, Marcelo Badaró. Governo Bolsonaro Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. **Relações Internacionais**, Rio de Janeiro, n. 73, p. 25-39, mar. 2022.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Mais que uma analogia: análises clássicas sobre o fascismo histórico e o Brasil de Bolsonaro**. In: DEMIER, Felipe; CISLAGHI, Juliana Fiuza. O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 17-46.

MATTOS, M. B. **Sete notas: introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MELO, Demian. **O bolsonarismo como fascismo do século XXI**. (Neo) fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, p. 12-46, 2020.

Ministério da Justiça e Segurança Pública Departamento Penitenciário nacional. **Levantamento Nacional de Informações**

**Penitenciárias Atualização (Infopen) - Junho de 2017.**  
 2017. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=http%3A%2F%2Fantigo.depen.gov.br%2FDEPEN%2Fdepen%2Fsisdepen%2Finfopen%2Frelatorios-sinteticos%2Finfopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf&cflen=2781139&chunk=true>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MOREIRA, Ana Samilly Alexandre; ALBUQUERQUE, Cynthia Studart; PEREIRA, Evelyne Medeiros. DEMOCRACIA E SERVIÇO SOCIAL: sobre o revisionismo conservador da renovação crítica. **Qualitas Revista Eletrônica**, S. L, v. 22, n. 3, p. 78-931, set. 2021. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/QUALITAS/article/view/2452>. Acesso em: 02 dez. 2023.

MOTA, Ana Elizabete. A cultura da crise e as ideologias do consenso no ultraneoliberalismo brasileiro. In: DEMIER, Felipe; CISLAGHI, Juliana Fiuza. **O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019a. Cap. 6. p. 135-148<sup>a</sup>

MOTA, Ana Elizabete. 40 anos da virada do Serviço Social no Brasil: lições e desafios. In: MEDEIROS, E; NOGUEIRA, L; BEZERRA, L. (Orgs.). **Formação Social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate**. São Paulo: Outras Expressões, 2019b.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, p. 17-27, 2013.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio 2020. Disponível em: [https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais\\_vi\\_simposio/artigos\\_vi\\_simposio/GT6\\_ideologias/v13\\_mavi\\_G6.pdf](https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_vi_simposio/artigos_vi_simposio/GT6_ideologias/v13_mavi_G6.pdf). Acesso em: 13/02/2024.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Serviço Social e Saúde, São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. In: \_\_\_\_\_; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

OBSERVATÓRIO DE MORTES VIOLENTAS DE LGBTI+ NO BRASIL. **Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://observatoriomortesviolentaslgbtibrasil.org/>. Acesso em: 01 dez. 2021.

POGGI, Tatiana. **Fascismo a brasileira**. In: DEMIER, Felipe; CISLAGHI, Juliana Fiuza. O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 69-99.

POLITIZE. **Entenda o trabalho informal no Brasil e no mundo**. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/trabalho-informal/>. Acesso em: 01 dez. 2021.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e ditadura**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, 2013.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PENSSAN). **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil**.

2021. Disponível

em:

chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=http%3A%2F%2Ffolhepa.raafome.com.br%2FVIGISAN\_Inseguranca\_alimentar.pdf&clen=14065718&chunk=true.

Acesso em: 29 nov. 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

RODRIGUES, Mavi. Direita antissistema ou triunfo temporário do capitalismo manipulatório no século XXI? In: MARANHÃO, César; ALVES, Gláucia Lelis; RODRIGUES, Mavi (org.). **Capitalismo contemporâneo: crise e barbarização da vida social**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023. p. 43-57.

RODRIGUES, Mavi Pacheco; ALVES, Maria Elaene Rodrigues. Neofascismo e violência estrutural no Brasil: atualização da crítica ao conservadorismo na formação profissional. In: GHIRALDELLI, Reginaldo; ELIAS, Michelly (org.). **Diretrizes curriculares e formação em Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2024. Cap. 7. p. 213-238.

ROSA, Walterson. **Brasil chega à marca de 700 mil mortes por Covid-19**. 2023.

Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19>. Acesso em: 01 abr. 2025.

SAMPAIO, Cristiane. **Governo Bolsonaro tem cerca de 130 militares em cargos de confiança**. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/06/governo-bolsonaro-tem-cerca-de-130-militares-em-cargos-de-confianca/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SANTOS, José Whellison Brito dos. O fascismo no Brasil contemporâneo e o Estado de contrainsurgência. **Argumentum**, Vitória, v. 13, n. 2, p. 83-95, maio 2021.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **BOLSONARO: UMA AMEAÇA ATÉ AOS CONSERVADORES**. 2018. Disponível

em:

<https://blogdaconsequencia.wordpress.com/2018/10/11/bolsonaro-uma-ameaca-ate-aos-conservadores/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

SILVA, Segislane Moésia, *et al.* Conservadorismo como instrumento capitalista em tempos de barbárie. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 256-265, maio 2020.

SURVIVAL. “O que Jair Bolsonaro, presidente eleito, disse sobre os povos indígenas do Brasil”. *Survival Brasil*, 22 abr. 2019. Disponível em: Acesso em: 15 out. 2024.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Os think tanks dos Estados Unidos e a produção de ideias sobre o Brasil como país emergente, 2000- 2016. **Opinião Pública**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 997-1023, set. 2021.

TOGLIATTI, Palmiro. Lições sobre o fascismo. 1978. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

TOLEDO, Caio Navarro de. Ditadura empresarial-militar: uma análise crítica após sessenta anos do golpe no brasil ditadura empresarial-militar: uma análise crítica após sessenta anos do golpe no brasil. **A Ditadura Empresarial-Militar, O Grande Capital e As Lutas de Classes no Brasil**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 21-39, jan. 2024.

TRAVERSO, Enzo. *As Novas Faces do Fascismo*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2021. TROTSKY, Leon. *Como esmagar o fascismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

VATICAN NEWS. **Aumenta desapropriação de terras indígenas: tragédia ambiental e humana**. 2021. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/mundo/news/2021-07/aumentam-apropriacoes-de-terras-indigenas-relatorio-focsiv.html>. Acesso em: 01 dez. 2021.

VINICIUS, Bruno. **Governo federal vai apoiar comunidades terapêuticas com R\$ 150 milhões**. 2019. Disponível em:

<https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/drogas/2019/09/06/NWS,115700,70,693,NOTICIAS,2190-GOVERNO-FEDERAL-VAI-APOIAR-COMUNIDADES-TERAPEUTICAS-COM-150-MILHOES.aspx>. Acesso em: 01 dez. 2021.

WACLAWOVSKY, Luciana. **Enfraquecimento de sindicatos é estratégia para afundar mais ainda o país**. 2018. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/enfraquecimento-de-sindicatos-e-estrategia-para-afundar-mais-ainda-o-pais-e792>. Acesso em: 13 mar. 2025.

ZETKIN, Clara. **Como nasce e morre o fascismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.